

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

GABRIELA UCOSKI DA SILVA

**HISTÓRIA E ASPECTOS DO COTIDIANO DA
HOSPEDARIA DE IMIGRANTES DO CRISTAL
PORTO ALEGRE (1890-1898)**

Porto Alegre

2014

GABRIELA UCOSKI DA SILVA

**HISTÓRIA E ASPECTOS DO COTIDIANO DA
HOSPEDARIA DE IMIGRANTES DO CRISTAL
PORTO ALEGRE (1890-1898)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em História.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Núncia Santoro de Constantino

Porto Alegre

2014

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

S586h

Silva, Gabriela Ucoski da

História e aspectos do cotidiano da Hospedaria de Imigrantes do Cristal Porto Alegre (1890-1898) / Gabriela Ucoski da Silva. – Porto Alegre, 2014.

138 f.

Diss. (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, PUCRS.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Núncia Santoro de Constantino.

1. História. 2. Porto Alegre (RS) – História – Século XIX. 3. Imigração - Rio Grande do Sul. I. Constantino, Núncia Santoro de. II. Título.

CDD 981.651

Ficha Catalográfica elaborada por

Vanessa Pinent

CRB 10/129

GABRIELA UCOSKI DA SILVA

**HISTÓRIA E ASPECTOS DO COTIDIANO DA
HOSPEDARIA DE IMIGRANTES DO CRISTAL
PORTO ALEGRE (1890-1898)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em História.

Aprovada pela banca examinadora em 20 de março de 2014.

BANCA EXAMINADORA:

Prof^a. Dr^a. Cláudia Musa Fay
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

Prof^o. Dr^o. Luís Reznik
Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

Prof^o. Dr^o. Antonio de Ruggiero
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

À Núncia Santoro de Constantino (in memoriam), uma pequena homenagem pela grande admiração, carinho e saudade que, agora, levarei comigo.

AGRADECIMENTOS

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), pelo financiamento integral desta pesquisa, sem o qual a mesma não seria realizada.

À minha orientadora, Núncia Santoro de Constantino, que me acompanhou desde os tempos da graduação e que sempre acreditou no meu potencial, pelas orientações seguras e precisas e pelo incentivo em continuar trilhando no caminho da pesquisa.

Aos professores Marcos A. Witt e Eloísa Capovilla, que encontrei ao longo dessa jornada e que se interessaram pelo tema, contribuindo com informações e indicações que foram sempre muito importantes.

À professora Ismênia Martins, por tão gentilmente ter atendido ao meu pedido enviando um trabalho pelo qual eu tinha grande interesse.

Ao professor Alberto Tavares, pelas trocas significativas e envio de materiais fundamentais para a realização dessa pesquisa.

Aos amigos e colegas de pós-graduação, pessoas queridas que tive o prazer de conhecer e conviver: Janete Machado, Paula Joelsons, Tatiane Bartmann, Leonardo Conedera, Danielle Viegas, Eduardo Rouston, Débora Soares, e a todos os outros de quem não cito nomes aqui, mas que estão em minha memória, pelos auxílios ainda durante o período de realização das disciplinas; pela preocupação com o andamento do trabalho e por compartilhar as dúvidas e angústias desse ciclo.

Aos meus amigos e colegas desde os tempos da graduação, pelos momentos de descontração e divertimento, além das palavras incentivadoras e confortantes.

À Daniela Reis, pela amizade sincera, por estar sempre presente em momentos importantes; pelos conselhos, pelas risadas, pelas conversas, e pela companhia maravilhosa e sem igual na viagem realizada em 2013, momento em que aliamos estudos e diversão, e que se tornou inesquecível.

A Lucas Silva. Cá estamos nós, mais uma vez, em agradecimentos. Obrigada por todos os auxílios, conselhos e estímulos. Por estar presente, novamente, em mais um

momento importante que se conclui, e por ter sido um dos maiores incentivadores desse processo.

Por último, mas tão importante, à minha família.

Aos meus pais, Mauro e Teresa, aos meus avôs Vicente, Paula e Sueli, à minha dinda Marlene e aos meus primos, Renan e Renata, por estarem sempre presentes nos momentos mais importantes; por torcerem pela minha felicidade e pelo meu sucesso; por todos os momentos divertidos que passamos juntos; e por todos os esforços realizados para que eu pudesse chegar e estar onde estou. Muito obrigada!

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo problematizar a organização, o funcionamento e o cotidiano da Hospedaria de Imigrantes do Cristal, espaço criado para recepção dos imigrantes recém-chegados a Porto Alegre na última década do século XIX. A partir de meados deste, tem início um amplo trânsito de pessoas que deixam seus países em busca de uma nova vida, especialmente nas Américas. Diante desse fato, inúmeras políticas destinadas a tratar da imigração e da colonização foram criadas, destacando-se as voltadas aos procedimentos adotados no momento da chegada desse fluxo populacional. Dentre elas, constava a criação das hospedarias de imigrantes, instituições que se tornaram comuns nesse período. O Rio Grande do Sul, por sua vez, obedecendo aos decretos do governo central, tratou de providenciar tais instituições, especialmente em Porto Alegre. Entretanto, pouquíssimos estudos versam sobre este assunto. Ademais, um vasto *corpus documental* da Hospedaria de Imigrantes do Cristal possibilitou conhecer como se deu a acomodação dos imigrantes no momento em que o fluxo imigratório foi intenso, além da história dessa instituição. O estudo permitiu, ainda, compreender a política imigratória brasileira e rio-grandense voltada à recepção e acomodação dos recém-chegados, bem como as mudanças, os problemas e as dificuldades enfrentadas ao longo do tempo nesse empreendimento, singularmente no Rio Grande do Sul.

Palavras-Chave: Imigração. Política imigratória. Hospedaria de Imigrantes.

ABSTRACT

The purpose of this paper is to question the organization, functioning and everyday life of the Immigrant's Inn of Cristal District, space created to the reception of the new coming immigrant in Porto Alegre in the last decade of the XIX century. From this century on, a wide flow of people starts to leave their countries in search of a new life, especially in the three Americas. In front of this fact, innumerable politics intended to treat the immigration and the colonization were created, standing out the ones involved with the procedures adopted in the moment of the arrival of these population flow. Among them, there was the creation of the immigrant's inn, institutions that became common in that period. Rio Grande do Sul, in its turn, obeying to the central government mandate, cared for providing such institutions, especially in Porto Alegre. Meanwhile, few studies deal with this subject. Furthermore, a great "corpus documental" of the Immigrant's Inn of Cristal District made it possible to know how the immigrant's accommodation happened in the moment that the immigration flow was intense, beyond the history of that institution. The study permitted, still, understand the Brazilian and Rio Grande do Sul immigration politician turned back to the reception and accommodation of the new comers, as well as changes, problems and difficulties faced alongside the time in that enterprise, singularly in Rio Grande do Sul.

KEYWORDS: Immigration. Immigration Politician. Immigrant's Inn.

LISTRA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Hospedaria de Imigrantes da Rua Voluntários da Pátria.....	67
Gráfico 1 - Número total de entradas na Hospedaria de Imigrantes do Cristal.....	82
Tabela 1 - Número de entradas na Hospedaria de Imigrantes do Cristal divididas por nacionalidades.....	83
Gráfico 2 - Média de presenças na Hospedaria de Imigrantes do Cristal.....	84
Figura 2 - Boletim diário de julho de 1891 a julho de 1892.....	90
Figura 3 - Boletim diário a partir de julho de 1892.....	91
Gráfico 3 - Média dos imigrantes que utilizaram os serviços da enfermaria.....	94
Figura 4 - Planta Topográfica e Orográfica do Município de Porto Alegre – 1896.....	96
Figura 5 - Bairro Cristal atualmente com a localização da antiga Hospedaria.....	97
Gráfico 4 - Fluxo de entradas e saídas da Hospedaria de Imigrantes do Cristal.....	98

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 A IMIGRAÇÃO NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX	19
2.1 O CONTEXTO DAS “GRANDES MIGRAÇÕES”	19
2.2 O BRASIL COMO PAÍS DE DESTINO	24
2.3 A IMIGRAÇÃO NO RIO GRANDE DO SUL	31
3 A IMIGRAÇÃO E O CENÁRIO POLÍTICO BRASILEIRO	42
3.1 AS OSCILAÇÕES DA POLÍTICA IMIGRATÓRIA BRASILEIRA	42
3.2 A RECEPÇÃO DOS RECÉM-CHEGADOS PELA LEGISLAÇÃO DO GOVERNO CENTRAL	48
3.3 A RECEPÇÃO DOS RECÉM-CHEGADOS PELA LEGISLAÇÃO DO GOVERNO LOCAL	56
3.4 AS HOSPEDARIAS DE IMIGRANTES POR AQUELES QUE VIRAM E VIVERAM	67
3.4.1 Hospedaria de Imigrantes em Rio Grande	68
3.4.2 Hospedarias de Imigrantes em Porto Alegre	69
4 HOSPEDARIA DE IMIGRANTES DO CRISTAL	77
4.1 UM NOVO LOCAL DE HOSPEDAGEM EM PORTO ALEGRE	78
4.1.1 Estrutura e Condições de acomodação	79
4.1.2 Procedimentos	85
4.1.2.1 Castle Garden	85
4.1.2.2 Rio de Janeiro – São Paulo – Porto Alegre	88
4.2 ASPECTOS DO COTIDIANO NA HOSPEDARIA DO CRISTAL	99
4.2.1 Bagagens	106
4.2.2 Funcionários	107
4.2.3 Imigrantes	111
4.2.4 Doenças e mortes	115

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	118
REFERÊNCIAS	123
APÊNDICES.....	129

1 INTRODUÇÃO

Um dos pressupostos básicos de qualquer viagem empreendida leva em consideração o local onde se vão passar os dias em trânsito. Entretanto, no século XIX a preocupação em hospedar se deu por parte daqueles que recebiam os que chegavam. Isto porque, em meados desse século, teve início um movimento denominado “Grandes Migrações” (KLEIN, 1999) originado nos países europeus em direção às Américas.

Motivados pela busca de melhores condições de vida, essas pessoas vinham com o objetivo de permanecer no país receptor pelo tempo que necessitassem, quando não definitivamente. Estimulados por fatores de repulsão e por fatores de atração, os imigrantes empreenderam longas viagens a fim de alcançar seus sonhos e objetivos.

Recepcionar os que chegavam tornou-se uma tarefa a ser cumprida pelos governantes da época, pois organizar o fluxo e definir os rumos finais dos recém-chegados transformou-se em uma tarefa essencial.

Foi, portanto, nesse momento, que se pensou em locais destinados ao acolhimento dos que vinham de longe, dotados de acomodações suficientes e de assistência inicial e básica, como cuidados médicos e alimentação. Assim surgem as chamadas Hospedarias de Imigrantes, tanto no Brasil quanto nos demais países receptores de imigrantes.

Parte importante da história da imigração, esses locais são objetos de estudo, vide as famosas hospedarias norte-americanas de Castle Garden (1855-1890) e de Ellis Island (1892-1954), e as localizadas em São Paulo e Rio de Janeiro, denominadas de Hospedaria de Imigrantes do Brás (1887-1978) e Hospedaria de Imigrantes da Ilha das Flores (1883-1966), respectivamente.

O Rio Grande do Sul, pautado pela legislação que previa a instalação de hospedarias em diversas partes do país, tratou de estabelecer locais de hospedagem, principalmente em Porto Alegre. No entanto, escassos estudos foram realizados sobre este tema no estado, limitando-se a pequenas referências em obras diversas.

Todavia encontraram-se, no Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, inúmeros documentos da Hospedaria de Imigrantes do Cristal, localizada em Porto Alegre e ativa na década de 1890. Ao analisá-los, notou-se a possibilidade de conhecer o seu funcionamento e alguns aspectos da sua vida cotidiana, acrescentando ao conhecimento histórico da Imigração.

Partindo da curiosidade de conhecer melhor a história desta hospedaria, buscaram-se outras referências suas. Na obra de Isabel Rosa Gritti (2001) e de Sérgio da Costa Franco (1998), há breves menções sobre sua existência; outras rápidas alusões foram encontradas em relatos de imigrantes e de viajantes que lá transitaram. Não obstante, estas breves referências, por vezes, mostraram-se confusas e contraditórias.

Assim, a falta de trabalhos concernentes ao assunto da recepção e da hospedagem dos imigrantes recém-chegados ao Rio Grande do Sul, aliada à existência de fontes documentais ainda não exploradas, construíram a motivação para a realização desta pesquisa.

Os documentos deixados por esta hospedaria datam da última década do século XIX, concentrando-se no período de 1890 a 1898. Assim, analisando as informações contidas nestas fontes, delimitou-se o tema da pesquisa entre estes anos. Através do seu *corpus documental* – na maioria inédito – constituído principalmente por ofícios da administração da hospedaria à Delegacia da Inspeção Geral de Terras e Colonização, responsável pela sua organização, obteve-se conhecimentos sobre fatos ocorridos e característicos desse estabelecimento. Sabe-se, também, do seu dia-a-dia pelos registros diários de entrada e saída, pelo receituário da enfermaria e pelos dados sobre as rações fornecidas aos imigrantes.

Dessa forma, percebendo a possibilidade de elaborar uma história cotidiana, buscou-se problematizar a pesquisa através dos seguintes questionamentos: Como funcionava e como estava organizada a Hospedaria de Imigrantes do Cristal? Que aspectos fizeram parte do cotidiano de imigrantes e funcionários que lá transitaram?

Para respondê-los, traçaram-se objetivos que visavam auxiliar o entendimento do processo imigratório do século XIX e seus mecanismos de recepção. Assim, inicialmente, tornou-se importante compreender o momento histórico em que se insere a construção das hospedarias de imigrantes, não só no Brasil, mas também nos demais países envolvidos nesse transcurso. Portanto, pretendeu-se analisar o contexto da Grande Migração do século XIX, com seus fatores determinantes, examinando, ainda, como se deu a inserção do Brasil e do Rio Grande do Sul no processo.

Meritório se fez, igualmente, descrever as principais políticas imigratórias dos governos no que tange à recepção e acomodação dos imigrantes. Neste caso, compreender a trajetória política que levou à criação da Hospedaria de Imigrantes do Cristal e os passos traçados para montar a estrutura desse estabelecimento constituíram-se em objetivos significativos a serem alcançados. Para tanto, buscou-se relatar as principais leis e decretos

que mencionavam a construção desses estabelecimentos e sua evolução ao longo dos anos em que se presenciou a chegada de imigrantes.

Atingindo, portanto, o momento em que se criou a Hospedaria de Imigrantes do Cristal, objetivou-se explicitar o funcionamento e a organização desta instituição, descobrindo quais eram os procedimentos adotados para acolher aqueles que chegavam após tantos dias de viagem, quase sempre penosos.

Quantificar os fluxos de imigrantes que usufruíram da hospedaria integrou a lista de objetivos dessa pesquisa, a fim de elucidar a dimensão desse estabelecimento e compará-lo as necessidades da época, tornando possível avaliar até que ponto sua existência foi importante para o mecanismo de recepção criado pelo governo rio-grandense e sua eficiência nesse empreendimento.

Por fim, buscou-se analisar os principais aspectos e fatos da vida cotidiana na hospedaria, vividos tanto por imigrantes quanto por funcionários, visto que corroboram para a concepção geral de sua história, suas funções e sua adequação àquilo que se previa por lei.

Definida a problemática e traçados os objetivos, colocou-se em prática a metodologia que melhor atendia aos desafios propostos. Inicialmente, para trabalhar com o período das Grandes Migrações e a inserção do Brasil e do Rio Grande do Sul nesse contexto histórico, optou-se por uma revisão bibliográfica que contemplava os motivos que desencadearam esse fenômeno, bem como as razões que levaram esse contingente populacional a se dirigir ao Brasil e ao Rio Grande do Sul. Neste sentido, estruturou-se o primeiro capítulo dessa dissertação a partir de tais esclarecimentos.

Intitulado de *A imigração na segunda metade do século XIX*, o primeiro capítulo divide-se em outros três subcapítulos que objetivam contar, brevemente, a situação vivida nos países europeus – que influenciou a decisão de milhares de pessoas a deixá-los para iniciar uma nova vida nas Américas. Igualmente, buscou-se analisar os fatos que ocorriam no Brasil e no Rio Grande do Sul que fizeram com que essa população europeia fosse recepcionada e desejada no país.

Assim, o foco foi o país a partir de 1850, quando este passou a receber imigrantes em maior número, bem como a incentivar a sua vinda pela necessidade que tinha de substituir a mão-de-obra escrava pela mão-de-obra livre. Vivia-se em um contexto no qual o tráfico foi abolido, concomitantemente, com o crescimento cada vez maior de desejos abolicionistas. A

carência que o escravo deixava, principalmente nas lavouras de café em São Paulo, levou o país a estimar a vinda de imigrantes (HOLANDA, 1982).

Ademais, nesta época, o Império possuía uma grande quantidade de terras devolutas não aproveitadas, especialmente no Rio Grande do Sul (ROCHE, 1969). Povoá-las e fazê-las produzir significava aumentar o comércio e abrir estradas para facilitar as comunicações, promovendo, assim, o desenvolvimento, especialmente em uma época onde, paulatinamente, o Brasil se inseria no mercado internacional. (CONSTANTINO, 1990) (PESAVENTO, 1992).

Assim, a vontade de emigrar, aliada ao incentivo do Brasil para atrair imigrantes, causou a entrada de milhares de pessoas no país, sobretudo a partir de 1874. Para tanto, viu-se a necessidade de recepcionar a população que chegava. Como em outros países receptores de imigrantes, foram criadas políticas de hospedagem e, conseqüentemente, instalaram-se hospedarias de imigrantes.

Deve-se ressaltar, contudo, que questões profundamente específicas não foram adentradas, especialmente em relação a nacionalidades em particular, tendo em vista que este trabalho busca compreender o fenômeno migratório como um todo, que desencadeou políticas de recepção nos países que fizeram parte do processo – neste caso, o Brasil – ainda que se tenha utilizado bibliografias mais características.

O segundo capítulo dessa dissertação, de título *A imigração e o cenário político brasileiro*, foi estruturado em quatro subcapítulos e pretendeu demonstrar as oscilações da política migratória brasileira que afetaram diretamente as ações propostas para hospedagem de imigrantes. Nesse sentido, trabalhou-se com a legislação promulgada pelo governo central e pelo governo local e a conduta adotada na recepção dos que chegavam ao longo de toda a segunda metade do século XIX. Não somente, ainda trouxe informações sobre as hospedarias criadas no Rio Grande do Sul, anteriores a do Cristal, traçando a trajetória desses espaços no decorrer dos anos.

Portanto, o segundo capítulo investigou como se deu a instalação das hospedarias de imigrantes, singularmente no Rio Grande do Sul. Constatou-se que, no Brasil, há referências ao serviço de recepção e hospedagem desde meados do século XIX, embora somente em 1876, com a criação da Inspeção Geral de Terras e Colonização pelo decreto n°. 6129 de 23 de fevereiro, instituiu-se a sistemática de organização desses ambientes. A Inspeção foi

dividida em duas seções, cabendo à segunda o tema relativo ao desembarque, agasalho e sustento dos imigrantes, além do depósito e da entrega das bagagens. (IOTTI, 2001)

Já pela legislação gaúcha, a preocupação do governo com relação à chegada de imigrantes deu-se desde 1854, como a lei nº. 304 de 30 de novembro, ainda que nada mencione sobre locais específicos para a hospedagem (IOTTI, 2001). No entanto, em 1857, buscou-se dotar Rio Grande e Porto Alegre com a incumbência da recepção (IOTTI, 2001). Daí por diante, verifica-se que inúmeras leis e decretos foram criados referindo-se à criação dessas instituições.

Para a análise das políticas imigratórias, foi fundamental a leitura de Luiza Iotti (2001), *Imigração e colonização: legislação de 1747 a 1915*, um consistente trabalho de compilação da legislação voltada à imigração e à colonização, que proporcionou uma revisão das principais leis voltadas para a recepção e para o alojamento dos imigrantes ao passar dos anos, contribuindo para os objetivos propostos.

Igualmente, foram imprescindíveis os relatórios dos presidentes da província do Rio Grande do Sul e os relatórios do Ministério da Agricultura, pois trouxeram informações sobre as hospedarias existentes nas colônias do estado e da capital, bem como as datas de suas criações, os motivos para sua implantação e as suas condições estruturais.

Ademais, alguns depoimentos de imigrantes e de viajantes foram significativas fontes para o conhecimento das condições das hospedarias, confirmando, ou não, as descrições dos relatórios oficiais. É o caso, por exemplo, dos imigrantes: Júlio Lorenzoni (1975), *Memórias de um imigrante italiano*; Josef Umann (1997), *Memórias de um imigrante boêmio*; João Stawinski, em *Primórdios da imigração polonesa no Rio Grande do Sul: 1875-1975*, de Alberto V. Stawinski (1999) e os viajantes Oscar Canstatt (2002), *Brasil: terra e gente (1871)* e Vittorio Buccelli (1906), *Un Viaggio a Rio Grande Del Sud*, cada um narrando sobre diferentes hospedarias no Rio Grande do Sul.

O terceiro capítulo desse trabalho, *Hospedaria de Imigrantes do Cristal*, dividido em dois grandes subcapítulos, centrou-se no estudo da mesma, apresentando informações sobre sua estrutura física e as condições de acomodação que dispunha, bem como dos procedimentos que realizava ao atender os imigrantes que recepcionava. Neste momento, uma revisão bibliográfica sobre as demais hospedarias do Brasil foi essencial para compreender a organização destes serviços em outras partes do país. Assim, pode-se realizar uma comparação com as fontes documentais deixadas pela Hospedaria de Imigrantes do Cristal,

pois os documentos utilizados nesta pesquisa, ainda que possibilitem um conhecimento amplo da sua organização, não permitem a reconstituição integral das suas funções.

Do mesmo modo, buscou-se conhecer como se deu a hospedagem nos Estados Unidos, país que mais recebeu imigrantes e que, desde cedo, instituiu o acolhimento dos que chegavam. Para tanto, o livro de George J. Svejda (1968), *Castle Garden as na Immigrant Depot, 1855-1890* foi essencial para compreender a origem das hospedarias que, posteriormente, foram criadas no Brasil. Igualmente, tem-se em Paiva e Moura (2008), *Hospedaria de Imigrantes de São Paulo*, um estudo completo sobre a Hospedaria de Imigrantes do Brás que serviu enormemente como base para o entendimento da organização e do funcionamento da Hospedaria de Imigrantes do Cristal, sendo possível observar que as hospedarias no Brasil seguiram protocolos de atendimento padrão.

Utilizando as fontes da própria Hospedaria de Imigrantes do Cristal, outrora citados, um estudo quantitativo referente ao número de imigrantes que passaram pela hospedaria ofereceu novos subsídios para inferir sobre sua organização, funcionamento e cotidiano.

O objetivo principal do trabalho não se pautou neste estudo quantitativo, mas esses dados foram utilizados como forma de acrescentar conhecimento ao objeto estudado nessa dissertação e a própria história da imigração no Rio Grande do Sul. Julio Aróstegui (2006, p. 538) coloca que:

A quantificação permite encontrar relações, explicações de comportamentos, que muitas vezes permanecem ocultas a uma pesquisa qualitativa. O poder da quantificação reside essencialmente na possibilidade que oferece de estabelecer *relações exatas*. Mas quantificar não é nunca um fim em si mesmo.

Para tanto, os dados quantificados foram analisados em conjunto com a revisão bibliográfica selecionada e expostos em tabelas e gráficos a fim de melhor visualizar os resultados obtidos.

Compreendendo as características físicas da hospedaria e o atendimento oferecido por ela, passou-se a analisar alguns fatos de seu cotidiano, constituído das mais diversas situações. Assim, atendendo ao objetivo principal dessa pesquisa e concluindo a resposta a sua problemática, foram utilizados os ofícios da administração da Hospedaria de Imigrantes do Cristal à Delegacia da Inspeção Geral de Terras e Colonização. Nestes, relataram-se situações ocorridas no estabelecimento, que iam desde problemas de bagagens até casos de

abandono de recém-nascido, pedindo-se, em geral, soluções para os fatos descritos. Foram estas fontes documentais que permitiram observar a repetição de certos casos constantemente ao longo do tempo. Reconstruir integralmente o cotidiano vivido por todas as pessoas dentro da hospedaria foi tarefa impossível; porém, estes ofícios permitiram conhecer alguns momentos dessa vida cotidiana, que se mostraram corriqueiros ou raros.

Para a análise destes ofícios, aplicou-se a metodologia proposta por Roque Moraes (2007), *Análise Textual Discursiva*. Segundo o autor, uma análise precisa e profunda das fontes trabalhadas exige, após uma leitura atenta e cuidadosa, sua desconstrução e unitarização, ou seja, concentra-se em buscar detalhes e pormenores nos textos estudados a fim de que se possa realizar uma análise mais completa dos mesmos. Em seguida, criaram-se categorias conforme as unidades de análises estabelecidas, com o objetivo de reorganizar as informações obtidas. Neste caso, as categorias concebidas privilegiaram os aspectos e os fatos que ocorriam cotidianamente na hospedaria, constituindo-se em: *bagagens, funcionários, imigrantes, doenças e mortes*, além das referentes a *estrutura e condições de acomodação e procedimentos*.

O último processo da *Análise Textual Discursiva* consiste na produção do que Roque Moraes (2007) chama de metatexto – ou seja, a construção do texto a partir da descrição e interpretação dos sentidos e dos significados elaborados a partir da análise do *corpus documental*. Nesta etapa, trabalhou-se ainda com a conceituação de “*vida cotidiana*”, a fim de elucidar aquilo que se entende por aspectos e fatos do cotidiano da Hospedaria de Imigrantes do Cristal, que sustentam a construção de sua história.

Encontrou-se em Agnes Heller (2000), *O Cotidiano e a História*, a definição que melhor se enquadrou à problemática e aos objetivos propostos. A partir do pensamento inicial da autora de que “a vida cotidiana é a vida de todo o homem”, e que este “[...] participa na vida cotidiana com todos os aspectos de sua individualidade, de sua personalidade” (HELLER, 2000, p. 17), inferiu-se que a vida cotidiana da Hospedaria de Imigrantes do Cristal é a vida de todos os imigrantes e funcionários que por lá circularam, sendo as suas atitudes, as suas ações e as suas características, os fatores determinantes do seu cotidiano, pois na vida cotidiana “colocam-se ‘em funcionamento’ todos os seus sentidos, todas as suas capacidades intelectuais, suas habilidades manipulativas, seus sentimentos, paixões, idéias, ideologias” (HELLER, 2000, p. 17).

Além disso, Heller (2000, p. 20) coloca que “a vida cotidiana não está ‘fora’ da história, mas no ‘centro’ do acontecer histórico”. Portanto, partindo desta afirmação, pode-se definir que a história da Hospedaria de Imigrantes do Cristal foi marcada pelos fatos que ocorreram no seu cotidiano, composto também pela sua organização e o pelo seu funcionamento.

Entretanto, Heller vai além quando escreve que a vida cotidiana possui características que assim a definem; essas certamente puderam ser registradas durante a permanência de imigrantes e funcionários na hospedaria, e serão analisadas no último capítulo da presente dissertação. Assim, é a partir dessas premissas que a história desta hospedaria se configura.

2 A IMIGRAÇÃO NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX

2.1 O CONTEXTO DAS “GRANDES MIGRAÇÕES”

O século XIX foi marcado por diversos acontecimentos que mudaram profundamente as sociedades da época e geraram consequências importantes para o destino de inúmeras pessoas, dentre os quais se destaca o fenômeno das grandes migrações. Originadas, principalmente, nos países europeus, a busca de novas terras para viver levou milhares de pessoas a enfrentar longas e difíceis viagens.

Acompanhando as mudanças da época, os novos meios de transporte se modificaram e permitiram grandes deslocamentos com mais rapidez. Entretanto, era impossível pensar nestes movimentos sem uma organização prévia, que considerava, entre outros fatores, locais para hospedar os migrantes.

Locais de hospedagem para aqueles que viajavam existem desde os tempos antigos. A palavra “hospício”, do latim *hospitium-i*, originalmente designava o local em que os viajantes podiam obter alimentos e repouso; já a palavra “hospital”, do latim *hospitale-icum*, referia-se as hospedarias ou casa de hóspedes (DIAS, 2002). Ambos os locais foram recorrentes na Europa do século XI, localizando-se às margens das antigas estradas romanas para abrigar aqueles que por ali passavam, oferecendo estadia e tratamentos médicos. (DIAS, 2002)

Ainda que estas palavras tenham mudado o seu significado original, percebe-se que foi comum oferecer àqueles que viajavam um local para o descanso, para a alimentação e para os cuidados médicos. Esta premissa voltou de forma imprescindível a partir da segunda metade do século XIX, quando os deslocamentos populacionais tomaram grandes proporções. Os locais de hospedagem se modificaram com o tempo, adequando-se aos transportes e às viagens. Os hotéis se difundiram e se incrementaram cada vez mais. Segundo Dias (2002, p. 103), “desde a antiguidade até os nossos dias, uma forma incipiente ou equivalente de hotel sempre acompanhou os passos dos viajantes”.

Contudo, diante das grandes migrações, esses estabelecimentos não bastavam para garantir os objetivos de tais deslocamentos. Foi, então, que surgiram as chamadas Hospedarias de Imigrantes. Estas:

[...] construídas em vários países do continente americano a partir da segunda metade do século XIX, cumpriram uma função de destaque na dinâmica dos deslocamentos populacionais. Na Alemanha, no Japão e na Itália, hospedarias de emigrantes foram erigidas no mesmo período. Em ambos os lados do processo migratório – saída (emigração) e chegada (imigração) -, elas foram os locais para a expedição ou aferição de documentos, o controle médico-sanitário, o registro e encaminhamento para o local de destino. (PAIVA; MOURA, 2008, p. 13)

Para compreender o momento em que esses espaços são instituídos, cabe retomar os motivos que levaram inúmeras pessoas a deixar seus países de origem e se dirigirem a outros, entre os quais o Brasil.

Muitos são os acontecimentos apontados como fatores responsáveis pelas grandes ondas emigracionais que se originaram nos países da Europa na segunda metade do século XIX. Para Loraine Giron (1992, p.47) o “fenômeno migratório” “[...] está associado às transformações sociais, políticas e econômicas que ocorrem no mundo ocidental, em decorrência da expansão do capitalismo, e às novas formas de produção que então serão adotadas”.

Um dos fatores de grande impacto foi a chamada Segunda Revolução Industrial, também conhecida como Revolução Científico-Tecnológica, iniciada na segunda metade do século XIX. Esta foi responsável por transformações significativas na vida das pessoas, trazendo, ao cotidiano, mudanças nos hábitos e nos costumes, nos transportes e nas comunicações, e, principalmente, no trabalho. (SEVCENKO, 2006)

Inovações no campo da farmácia e da medicina propiciaram uma melhora nas condições de vida das populações, refletindo na queda das taxas de mortalidade e, concomitantemente, no aumento das taxas de natalidade. Segundo Klein (1999, p. 14), “pela primeira vez na história mundial, as taxas de mortalidade mantiveram-se estáveis durante décadas e começaram a decrescer lenta mas progressivamente, até alcançar os atuais níveis históricos baixos”. Esse aspecto ocasionou um crescimento demográfico nunca visto antes. Zuleika Alvin (1999) afirma que a população da Europa cresceu duas vezes mais.

Ligada à Revolução Industrial está a expansão do capitalismo. Sevcenko (2006, p.12) escreve que:

[...] esse novo salto produtivo gerou gigantescos complexos industriais, com equipamentos sofisticados e de grande escala, como as turbinas elétricas ou as usinas siderúrgicas, envolvendo em cada unidade até dezenas de milhares de trabalhadores. Essa prodigiosa escala da produção obviamente tanto

implicava uma corrida voraz pela disputa das matérias-primas disponível em todas as partes do mundo, como também exigia a abertura de um amplo universo de novos mercados para absorver seus excedentes maçicos.

Dessa forma, a Revolução Industrial, ligada à expansão do sistema capitalista, gerou mudanças profundas que atingiram, sobretudo, as sociedades de economias agrícolas que sofreram frente ao rápido processo de industrialização.

Como consequência, a mecanização da agricultura passou a exigir cada vez menos mão-de-obra, sem deixar, no entanto, que sua produção diminuísse. Além disso, esse processo ocorreu num período em que o crescimento populacional aumentava devido às melhoras nas condições de vida. Assim, não só os agricultores viram seu trabalho substituído pelas novas tecnologias, mas também os operários foram trocados por máquinas. O que se viu, portanto, foi um aumento de mão-de-obra excedente que levou inúmeros trabalhadores ao desemprego e à miséria. “Começava a sobrar gente nos campos, e as cidades não estavam em condições de absorver tantas pessoas, oferecendo-lhes emprego nas indústrias que iam surgindo”. (DE BONI; COSTA, 1984, p. 52-53)

A renda familiar dos agricultores diminuía, ao mesmo tempo que os preços dos produtos agrícolas também caíam e os impostos aumentavam. Esta situação não mostrava sinais de melhora e a vida no campo começou a ser insustentável (DE BONI; COSTA 1894). Ademais, o aumento da população levou à necessidade de divisão das terras entre os herdeiros das famílias, tornando a situação ainda mais complicada. (KLEIN, 1999)

Deste momento em diante, a fome começou a fazer parte daqueles que se viam excluídos das mudanças que ocorriam na sociedade. De Boni e Costa apresentam a situação vivida na Itália neste período:

A dieta alimentar da população rural deteriorou-se. A carne desapareceu praticamente das mesas, sobrando para os pobres a perspectiva de matar alguns passarinhos para complementar o regime alimentar. Aumentava entretanto o consumo de produtos à base de milho, principalmente de polenta. A subnutrição trazia consigo a predisposição para inúmeras doenças [...]. A pelagra, uma forma de avitaminose, devido ao consumo quase exclusivo de milho, grassava assustadoramente o norte do país. (DE BONI; COSTA, 1984, p. 52-53)

Soma-se a isto a escassez de moeda circundante. Constantino (2006, p. 398) afirma que o dinheiro era “indispensável para fazer frente à voracidade fiscal, representada pelos

impostos fundiários, dívida hipotecária e colônica, altos encargos de transmissão, usura”; assim, a impossibilidade de conseguir dinheiro vivo impulsionou a emigração.

Diante da situação em que se encontravam esses trabalhadores, passou-se a pensar na emigração como saída para os problemas. Foi, então, que as últimas décadas do século XIX conheceram o período das “Grandes Migrações”, inseridas entre 1880 e 1914.

Outro acontecimento apontado como uma das causas da emigração em massa é a Grande Depressão de 1873. Para Giron (1992, p. 49), a crise foi causada pelo “aumento do custo de mão-de-obra, em níveis mais elevados do que o das matérias-primas, ocasionando a falência de muitas empresas, criando condições favoráveis para a emigração.”

Giron (1992, p. 49) afirma, também, que “a mesma expansão técnica que expulsava os homens garantia seu transporte para outras terras, através de navios a vapor”. Ou seja, da mesma forma que a Revolução Industrial trouxe mudanças drásticas à vida de muitas pessoas, ela possibilitou a criação de novos meios de transporte, mais rápidos e mais baratos, que fez crescer a esperança de uma solução para a complexa situação a que estavam sujeitas.

Grande parte dos emigrantes que decidiram tentar uma nova vida teve como destino a América. Esta se apresentava aos emigrantes como o oposto da Europa: enquanto a terra era abundante e estava disponível, necessitava-se, ao mesmo tempo, de mão-de-obra, já que esta era escassa e cara. Os emigrantes, por conseguinte, viam a possibilidade de conseguir suas próprias terras em um curto espaço de tempo (KLEIN, 1999). Klein (1999, p. 14) apresenta como dominantes três fatores para esse deslocamento:

[...] o primeiro é o acesso à terra e, portanto, ao alimento; o segundo, a variação da produtividade da terra; e o terceiro, o número de membros da família que precisam ser mantidos. [...] Nas grandes migrações dos séculos XIX e XX – época em que chegaram à América mais de dois terços dos migrantes – o que de fato contava era uma combinação desses três fatores.

Ao saírem, os imigrantes pensavam na possibilidade de acumulação de riqueza para, posteriormente, voltarem aos seus países de origem; contudo, nem sempre isso acontecia. Em geral, os imigrantes eram homens jovens e solteiros em busca de emprego. Segundo Klein (1999, p. 24):

“Fazer a América” era o lema de quase todos os imigrantes que cruzavam o Atlântico. Para eles, a prioridade básica consistia em acumular poupanças com as quais esperavam poder desfrutar de uma vida melhor em seus países de origem. Por isso, aceitavam quaisquer trabalhos que lhes oferecessem,

ainda que de baixo status, porque esses trabalhos aparentemente sem perspectivas proporcionavam-lhes melhores salários do que os pagos em seus países.

Contudo, a saída da terra natal não era totalmente desejada, pois muitos migrantes não tinham vontade de abandonar suas comunidades. O fenômeno migratório passou a acontecer no momento em que as pessoas perceberam que não conseguiam manter-se nos seus locais de origem. Em outros casos, quando as pessoas passaram a ser perseguidas por sua nacionalidade ou credo religioso. (KLEIN, 1999)

Na Polônia, por exemplo, país que se fez presente na Hospedaria do Cristal através de imigrantes, a situação era complexa. No final do século XIX, encontrava-se dividida entre a Rússia, a Prússia e a Áustria. Neste período, os poloneses viviam num período de opressão, e os agricultores, em um regime de servidão. As regiões ocupadas pela Rússia e pela Prússia sofreram com medidas drásticas contra a população, como fechamento de todas as escolas polonesas, proibição do uso da língua materna nas escolas, nas igrejas, nas repartições públicas e em todos os atos oficiais. (WENCZENOVICZ, 2007)

Por outro lado, as migrações não ocorrem somente por motivos de repulsão, mas também devido a fatores de atração. Leite (1999, p. 183) assim explica:

O tema da repulsão ou atração (push-pull) não deve ser visto como um exercício de seleção de um fator e eliminação de outro, uma vez que nem a atração nem a repulsão existem de termos absolutos, antes se definem uma em relação à outra. Por outras palavras, as migrações não acontecem em função exclusiva da necessidade ou da oportunidade, mas, sim, da conjunção, em situações concretas, da necessidade com a oportunidade.

O Brasil esteve entre os locais de destino dessa população. Oferecendo fatores de atração, inúmeros imigrantes aportaram no país a partir da segunda metade do século XIX até o início do século XX. Com o início da Primeira Guerra Mundial, em 1914, a era das “Grandes Migrações” foi interrompida retornando somente após a década de 1920. Entretanto, a quantidade desse fluxo é inferior quando comparada à época das migrações em massa, período não abordado devido a delimitação temporal que o tema da pesquisa propôs. Portanto, cabe compreender as razões que levaram a migração para este país, analisando o contexto histórico vivido no momento em que um grande fluxo populacional começou a chegar aos portos brasileiros.

2.2 O BRASIL COMO PAÍS DE DESTINO

Atrair imigrantes para o Brasil foi, desde cedo, um objetivo a ser alcançado. D. João VI buscou introduzir imigrantes europeus a fim de “diminuir a assustadora percentagem de população escrava [...]; substituir o trabalho escravo pelo trabalho livre, a grande propriedade pela pequena propriedade” (LAZZARI, 1980, p. 31). Esta deveria se desenvolver ao lado da grande propriedade, sendo subsidiária desta e não concorrendo com ela no mercado de trabalho; ainda, seria responsável por ocupar os espaços vazios, promovendo a valorização fundiária e criando condições para o aparecimento de uma classe intermediária entre os latifundiários e os escravos. Esperava-se que a nova camada social pudesse ser, ao mesmo tempo, mão-de-obra, mercado consumidor e produtora de gêneros diversificados para a economia. (PETRONE, 1982)

Objetivou-se trazer europeus não portugueses, pois seriam policultores em pequena propriedade. Estes foram vistos como agentes modernizadores e transformadores da sociedade e da economia brasileira. Segundo Petrone (1982, p. 18):

Com experiências agrícolas e de criação de gado diferentes, com técnicas artesanais novas, com hábitos de vida outros que os das populações existentes, esperava-se que o imigrante contribuísse para tirar o país da situação de atraso a que o sistema colonial o tinha relegado.

Como marco inicial desse processo no Brasil, tem-se a fundação de São Leopoldo, em 1824, apesar da experiência anterior com a criação de Nova Friburgo. O motivo para a escolha deste marco foi o sucesso da iniciativa e a utilização de seu modelo para os empreendimentos posteriores. (PETRONE, 1982)

Entretanto, o desejo de colonizar o país encontrou forte oposição do Parlamento, formado em grande parte por grandes proprietários de terra que, com a independência do Brasil, tornaram-se políticos influentes. (LAZZARI, 1980)

Considerada como um empreendimento revolucionário, a colonização foi combatida fortemente por ir contra a estrutura sócio-econômica vigente até então: o latifúndio e o trabalho escravo. Entre as alegações contra a política de colonização, argumentou-se sobre o alto custo do projeto, além de a questão ser julgada como uma aderência à campanha inglesa de proibição do tráfico de escravos. (LAZZARI, 1980)

Por outro lado, o contexto vivido neste momento era propício ao fim do trabalho escravo, tornando a mão-de-obra estrangeira não só desejada, mas também necessária. Ainda no século XVIII, com o advento da Revolução Industrial¹, os grupos ligados ao chamado Capitalismo Industrial passaram a condenar a escravidão, já que os escravos não representavam um mercado consumidor. A partir de então, viu-se movimentos antiescravistas ganharem importância, e, desde então, passou-se a combater o sistema. Desde 1807, havia uma lei declarada pela Inglaterra que proibia o tráfico de escravos. (HOLANDA, 1982)

No Brasil, desde o início do século XIX e mesmo com a oposição do Parlamento, havia manifestações favoráveis à abolição, ainda que fossem pouco expressivas. Nessa época, a cultura cafeeira se expandia e a utilização da mão-de-obra escrava se fazia cada vez mais necessária. O crescimento das plantações de café tornava os escravos amplamente importantes; conseqüentemente, a sociedade se mostrava extremamente dependente dessa força de trabalho. Acabar com ela era colocar em risco a sua produção; sendo assim, o tráfico prosseguiu independente de qualquer ato visando ao seu fim. Além disso, colocava-se a continuação do tráfico como questão de honra nacional e desafio aos ingleses, pois não se concordava com as atitudes tomadas pelo governo britânico, posto que súditos ingleses radicados no Brasil possuíam escravos, além do fato de seus produtos invadirem o mercado brasileiro. (HOLANDA, 1892)

Por volta da década de 1840, a economia brasileira se modificou com o crescimento da produção do café, substituindo definitivamente o açúcar como principal produto, e o centro econômico do país deslocando-se para São Paulo. A grandiosidade das lavouras de café exigia um grande contingente de trabalhadores, porém os escravos não se mostravam em número suficiente para a grande demanda que este tipo de produção necessitava.

A pressão inglesa em relação ao tráfico, por sua vez, aumentava – e medidas mais severas começaram a ser tomadas contra os contrabandistas. Holanda (1982, p. 144-145) explica como esse processo ocorria:

[...] a marinha inglesa, equipada com navios mais aperfeiçoados e com ordem de entrar nos portos e apresar os navios suspeitos de tráfico, fez recrudescer a vigilância. Esses fatos criaram condições favoráveis para a solução definitiva da questão. Medidas severas foram tomadas contra os contrabandistas pela lei de 4 de setembro de 1850. Traficantes estrangeiros

¹ Nesse caso, refere-se à Primeira Revolução Industrial, visto que no tópico anterior tratou-se da Segunda Revolução Industrial.

foram expulsos do país e as autoridades reforçaram a fiscalização. [...]. Os últimos desembarques de que se tem notícia datam de 1856.

Dessa forma, em 1850, tem-se a extinção do tráfico. A situação nas lavouras cafeeiras, por conseguinte, agravou-se ainda mais com o problema da falta de mão-de-obra. A partir de então, a vinda de estrangeiros passou a ser desejada e o governo brasileiro voltou a se dedicar à política de colonização e imigração.

Uma das primeiras soluções ocorreu entre as décadas de 1840 e 1850 e foi proposta pelo Senador Nicolau Vergueiro, no ano de 1847. Tratou-se da introdução de imigrantes europeus através do chamado sistema de parceria, que consistiu um acordo assinado entre os imigrantes e proprietários das fazendas de café. Neste contrato, estabeleceu-se o pagamento da passagem transatlântica e do transporte do porto para a fazenda, além de uma ajuda para as primeiras colheitas; em troca, ao invés de salários e pagamentos por empreitada, os trabalhadores foram obrigados a dividir seus lucros com o proprietário das lavouras como forma de pagamento pela ajuda prestada durante a sua chegada, tendo, inclusive, de pagar com juros os adiantamentos que lhes foram concedidos. (KLEIN, 1994)

Contudo, esse sistema enfrentou dificuldades, pois “além de contrair uma dívida, da qual dificilmente se livraria pelo resto da vida, o imigrante era colocado a trabalhar ao lado de escravos e acabava recebendo um tratamento idêntico ao do negro cativo” (DE BONI; COSTA, 1984, p. 29). Devido a esses problemas, o sistema foi abandonado anos mais tarde.

Cogitou-se utilizar a mão-de-obra nacional; no entanto, era dito que os brasileiros eram preguiçosos e que representavam o atraso, pois viviam na ignorância e conseguiam sobreviver com o pouco que tinham, não demonstrando interesse em melhorar suas condições. (HOLANDA, 1982)

Neste momento crítico, pensou-se até em trazer ao Brasil trabalhadores chineses; os defensores desta idéia afirmavam serem eles os responsáveis pela riqueza e pela prosperidade nas colônias onde trabalhavam, como o que aconteceu em regiões das Américas e da Europa. Contudo, esta idéia teve oposição e não foi posta em prática. Holanda (1982, p. 165) explica os motivos:

Falou-se do perigo de mongolizar o país. Pintaram-se retratos assustadores: os chins eram viciados, corruptos por natureza, fracos e insolentes. A Sociedade Brasileira de Imigração e a Sociedade Central de Imigração, ambas empenhadas em estimular a imigração européia, movimentaram-se

contra o projeto. No Parlamento, Martinho Prado, representante dos setores cafeeiros mais dinâmicos atacou os adeptos dos coolies.

Além da necessidade de mão-de-obra, a imigração foi justificada pelo desejo de branqueamento da população brasileira e pela vontade de civilizar o país através da introdução de brancos europeus. A elite intelectual e os legisladores do Império ressaltavam a superioridade da população branca e a necessidade de evitar o surgimento de um “Império Negro” no Brasil, que levariam ao fracasso nacional devido ao grande número de pretos, mulatos e mestiços (GIRON, 1992, p. 55).

A escolha dessa população branca europeia deu-se pelas características que acreditavam possuir, ligadas ao campesinato e à submissão. Seyferth (2002) explica que a responsabilidade com o trabalho e com a família, o respeito às autoridades, e o domínio das habilidades necessárias eram as condições que os caracterizavam como “bons colonos”, merecendo destaque os alemães e italianos, nacionalidades “mais frequentemente situadas no topo da hierarquia dos desejáveis ‘bons agricultores’”. (SEYFERTH, 2002, p. 120)

O governo brasileiro desejou agenciar imigrantes no Reino Unido, especialmente na Irlanda e na Escócia, pois eram considerados “ ‘corajosos’, de ‘natureza forte e robusta’, ‘ativos, empreendedores, dados à lavoura e industriais’, facilmente sujeitos aos ‘regimes coloniais’”. (SEYFERTH, 2002, p. 124)

Contudo, com o fracasso do regime de parceria a imigração decaiu, tendo como uma das consequências a proibição da emigração para o Brasil por parte dos alguns governos europeus (PETRONE, 1982). Como o número de imigrantes permaneceu reduzido e a campanha abolicionista crescia, em 1867 o governo passou a elaborar vantagens para a vinda dos imigrantes, tais como: “lote rural pago em 10 anos, viagem gratuita dentro do país, ajuda nos primeiros tempos, assistência médica e religiosa” (DE BONI; COSTA, 1984, p. 31). As vantagens geraram resultados positivos, aumentando, pois, o número de imigrantes que chegavam ao Brasil a partir de 1870.

O período compreendido entre os anos de 1874 e 1889 foi marcado pela promulgação de leis que davam facilidades à imigração e à colonização a fim de estimular a vinda de imigrantes para o Brasil. O aumento do número de imigrantes no país também estava ligado à participação de empresas particulares no processo que, desde meados do século XIX, eram os

responsáveis pela introdução de um número significativo de imigrantes e pela formação de diversos núcleos coloniais. (IOTTI, 2001)

Muito importante, ainda, foi a propaganda feita pelo governo brasileiro para atrair os imigrantes. Nesta propaganda, o Brasil era exibido como o país em que poderiam alcançar os seus objetivos e onde a situação era bem diferente daquela vivida na Europa na segunda metade do século XIX. Os motivos do insucesso do sistema de parceria se tornaram conhecidos nos países de origem dos imigrantes, que passaram a criar uma idéia negativa em relação ao Brasil; a propaganda, naquele momento, apresentou-se como a solução para melhorar a imagem do país no exterior.

Falava-se nessas propagandas de “um Brasil afável, gentil, onde tudo se multiplicava à larga” com “uma natureza luxuriante e benfazeja, da qual seria possível extrair alimentos à vontade” e, o mais importante, onde “seria fácil enriquecer”. (ALVIN, 2006, p. 219)

Nos anos finais do Império, o número de imigrantes que se dirigiu ao Brasil aumentou consideravelmente graças à situação que se verificava nos países da Europa, aliado à propaganda e aos atos realizados pelo governo brasileiro.

Por outro lado, não se pode deixar de destacar o papel exercido pelas redes e/ou cadeias migratórias. Oswaldo Truzzi (2008, p. 206) afirma que:

A pessoa ou a família que pensava em emigrar tendia a confiar mais nas informações fornecidas, ao vivo ou por carta, por um parente, vizinho ou amigo, por exemplo, do que nos folhetos de propaganda distribuídos por um agente recrutador, cujos lucros dependiam apenas do número de indivíduos que conseguisse colocar a bordo de um vapor.

Assim, conforme o autor, fosse em cadeias ou em redes migratórias, concepções mais restritas e mais abrangentes de emigração, que aqui não cabe a discussão, muitos decidiram emigrar após se informarem das oportunidades e das dificuldades que encontrariam.

O papel da propaganda brasileira e o das redes e/ou cadeias migratórias, esteve ligado à conjuntura que ia se verificando nas décadas finais do século XIX, no Brasil. As ideias abolicionistas ganhavam cada vez mais força e apoiadores. Assim, sabendo da possibilidade do fim da escravidão, a introdução de imigrantes em grande quantidade se fazia cada vez mais necessária, uma vez que se tratava de mão-de-obra disponível.

Muitos fazendeiros, então, passaram a apoiar a ideia do fim da escravidão. Holanda (1982, p. 178) relata o pensamento de João Elisário de Carvalho Montenegro, em 1875,

proprietário de colônias consideradas como modelo na época. Dizia ele, nas palavras de Holanda, que os estrangeiros tinham certa repugnância em trabalhar com escravos e que a permanência desse sistema fazia com que se espalhasse, na Europa, ideias desmoralizantes sobre o Brasil. Afirmava, ainda, que a falta de mão-de-obra se dava, em parte, pelo regime escravista.

Igualmente, os economistas passaram a mostrar aos fazendeiros os benefícios da abolição. Segundo aqueles, “[...] o trabalho servil era antieconômico, já pelo próprio preço do escravo, já pela sua pequena produção em comparação com o braço livre [...]” (HOLANDA, 1982, p. 275). Até mesmo os imigrantes já estabelecidos no Brasil passaram a apoiar a abolição incentivando os escravos a se rebelarem. De fato, os últimos anos da escravidão foram marcados por diversas rebeliões nas senzalas. (HOLANDA, 1982)

Em 1888, finalmente, tem-se o fim do sistema escravista, com a lei de abolição. No ano seguinte, houve a mudança política com a Proclamação da República e a imigração, com o governo de Deodoro da Fonseca, ganhou novo estímulo. Diégues Jr. (1964, pg. 51) demonstra em números esta afirmação:

[...] no decênio 1881/1890 entraram, no Brasil, 523.375 imigrantes, no seguinte, 1891/1900, esse número elevou-se a 1.443.892. É o período em que as correntes imigrantistas começam a crescer não somente em quantidade como também na variedade dos grupos étnicos.

Por outro lado, Manfroi (1975) afirma que o aumento da imigração para o Brasil, concomitantemente com a abolição da escravidão, foi mera coincidência. Segundo ele:

Esse crescimento surpreendente do movimento imigratório nos anos decisivos da abolição levou a maioria dos autores, que abordaram esse problema, à conclusão de que o aumento da imigração foi devido à abolição da escravatura. Considerando que um dos maiores obstáculos à emigração européia ao Brasil, durante o século XIX, foi a presença de escravos nas mesmas lavoura em que trabalhavam os colonos europeus, a conclusão pareceria lógica e evidente. Entretanto, ela carece de fundamento histórico. O crescimento da imigração não teve relação causal com a abolição. (MANFROI, 1975, p. 44-45)

Esse aumento estaria ligado ao início da chegada dos italianos, cuja presença tornou-se muito significativa a partir de 1875. Nesse sentido, os anos compreendidos entre 1888 a 1914

são, para Diégues Jr. (1964), o “período áureo” da imigração, posto que chegaram ao Brasil cerca de dois milhões e meio de imigrantes, sendo 40,97% italianos.

Neste período de intensificação do movimento imigratório, novas diretrizes foram tomadas. Após a Proclamação da República, transferiu-se para os estados o compromisso de desenvolver esse processo, objetivando acentuar a vinda de imigrantes europeus, pois se considerou que o poder central era incompetente para atender as necessidades regionais e locais. (PETRONE, 1990)

Mudou-se, portanto, a sistemática instituída desde o Império com o advento da Constituição de 1891, quando as terras devolutas passaram a ser domínio dos estados, e com a lei orçamentária de 1894, que transferiu a imigração e a colonização para a tutela dos mesmos, obedecendo ao desejo dos federalistas em descentralizar as tarefas. Entretanto, devido aos recursos obtidos durante o processo imigratório, apenas São Paulo teve condições suficientes para continuar gerindo e incentivando a vinda de imigrantes europeus; os demais apresentaram dificuldades, fazendo com que o governo central voltasse a intervir novamente em 1907. (PETRONE, 1990)

De qualquer forma, a introdução de europeus no Brasil, tanto para as lavouras de café, quanto para o povoamento das regiões com terras devolutas ou pouco povoadas, permeou as décadas que se seguiram até os primeiros anos da República. Dizia De Boni e Costa (1984, p.83) que a colonização:

[...] apresentava-se ante a sociedade brasileira como algo potencialmente revolucionário. Ao latifúndio opunha-se a pequena propriedade; à monocultura, a policultura; à escravidão, o trabalho familiar. Sua célula de produção era a família – compreendendo esta os pais e filhos – e não a grande unidade do engenho, da fazenda ou da estância.

Entre os estados que mais receberam imigrantes está o Rio Grande do Sul, especialmente após a mudança de regime político, período que coincide com a construção da Hospedaria de Imigrantes do Cristal – tema deste trabalho.

Cabe ressaltar, ainda, que a imigração não se deu apenas para as lavouras de café e para o povoamento, mas também foi importante no processo de urbanização das cidades, seja pela industrialização crescente ou pela mudança na composição étnica e cultural da mesmas. Em geral, devido a escassez de terras nas colônias ou em busca de empregos nas indústrias

que cresciam na época, os imigrantes retornavam das áreas rurais ou se estabeleciam diretamente nelas. (SEYFERTH, 1990)

Com sua presença, as cidades brasileiras modificaram sua organização. Criaram-se diversas associações de imigrantes e descendentes, como, por exemplo, as de caça e tiro, as de bocha, de centros de tradições, cuja intenção era estabelecer áreas de lazer ou defender os interesses dos grupos étnicos. A arquitetura, o traçado e a vida urbana das mesmas também se modificaram através da influência dos que vinham de fora e procuravam reproduzir elementos de seus países de origem no novo país. (SEYFERTH, 1990)

Modificando, portanto, tanto a sociedade rural quanto a urbana, a imigração foi parte preponderante na história política, economia e cultural do Brasil. Resta, nesse sentido, examinar como se deu esse transcurso no Rio Grande do Sul durante os anos referidos, na busca de compreender o contexto em que a Hospedaria de Imigrantes do Cristal foi criada.

2.3 A IMIGRAÇÃO NO RIO GRANDE DO SUL

O Rio Grande do Sul foi o território com mais terras devolutas pertencentes ao Império que se desejou povoar (ROCHE, 1969). Diferente da necessidade das grandes lavouras de café que precisavam de braços devido a escassez de escravos, o Rio Grande do Sul buscava imigrantes para povoar as terras virgens não aproveitadas, o que permitiria o aumento da produção e do comércio, além do desenvolvimento do estado com a abertura de estradas que facilitariam as comunicações. (PESAVENTO, 1992)

De Boni e Costa (1984, p. 38) assim descrevem o estado no início do século XIX:

[...] No Rio Grande do Sul havia um grande vazio demográfico: a metade norte, compreendendo a zona de floresta na planície, à margem dos grandes rios do estuário do Guaíba, a Encosta Nordeste da Serra e os matos do Alto Uruguai. Povoara-se, até então, a região de campanha e o litoral, onde o gado representava fonte imediata de renda, com a vantagem de quase não exigir investimento de capital. Relegara-se a mata virgem, de difícil exploração, requerendo contingentes maiores de mão-de-obra, tão escassa na época, e cujo modelo de ocupação sequer fora definido, por não saber exatamente a que tipo de produção haveria de servir. Fora para estas regiões que foram enviadas os imigrantes.

Era desejado que essas terras devolutas fossem ocupadas por estrangeiros, pois a experiência passada de colonização com mão-de-obra servil não alcançou êxito. Foi, então, solicitado pelo presidente da província da época o recrutamento de imigrantes alemães sob direção do agente direto do governo brasileiro, o Major Shaeffer.

Assim, o processo de colonização iniciou em 1824 com a fundação da colônia de São Leopoldo, com imigrantes alemães. Entretanto, encontraram-se dificuldades iniciais, especialmente relacionadas à medição de terras, visto que o mapa da colônia apresentou problemas e teve que ser refeito. (DE BONI; COSTA, 1984)

Para tal empreendimento, ofereceram-se diversas vantagens aos imigrantes, como o pagamento da viagem, concessão gratuita de lotes de terra, subsídios diários por dois anos, bois e cavalos, naturalização imediata, liberdade de culto e isenção por dez anos do pagamento de direitos. (PORTO, 1996)

Contudo, essas vantagens foram consideradas excessivas pelos imigrantistas e chegaram a causar desconfiças dos próprios colonos quanto a sua prática. De fato, algumas delas não foram cumpridas, já que a constituição do Império era contra a isenção do pagamento de impostos, a naturalização imediata e a liberdade de culto, pois tinha a religião católica como oficial (PORTO, 1996). O governo provincial, por sua vez, não possuía recursos suficientes para manter as demais vantagens, que representavam pesados encargos para a administração.

Já em 1826, projetou-se colonizar as terras de mata, junto ao litoral, enviando imigrantes para Torres. Alguns dirigiram-se para regiões como São Pedro de Alcântara, Três Forquilhas, São Francisco de Paula e Bom Jesus (DE BONI; COSTA, 1984). Já nessa época, falava-se sobre locais de hospedagem para os imigrantes durante o período de espera da entrega dos lotes, embora sem as mesmas premissas das que seriam construídas posteriormente, quando o número de chegados se elevou. (ROCHE, 1969)

A partir de 1830, esse processo começou a sofrer mudanças e a colonização foi paralisada com a supressão de créditos da Lei Orçamentária de 1830, sob alegação de que os gastos com as vantagens oferecidas aos imigrantes era demasiado. Segundo Roche (1969), a atitude do Parlamento contra os créditos colocava em risco as tentativas de colonização e as colônias já existentes. Em São Leopoldo, houve agitação dos colonos; suas indenizações vencidas e as que ainda tinham a receber foram cortadas, restando apenas seu descrédito quanto ao governo brasileiro.

Com a abdicação de D. Pedro I, deu-se início ao período da Regência, em 1834. A partir de então, transferiu-se para as províncias a competência sobre os assuntos da imigração e da colonização; contudo, em 1835, teve início a Revolução Farroupilha que, até 1845, dificultou o desenvolvimento da província gaúcha, e, concomitantemente, as questões ligadas à imigração e à colonização, tornando a colonização mais viável apenas após o seu término. (ROCHE, 1969)

Em 1848, a Lei Geral n.º 514, de 28 de outubro, concedeu as províncias trinta e seis léguas quadradas de terras devolutas, destinadas exclusivamente à colonização. Com o intuito de desenvolver a agricultura, estabeleceu-se que os colonos seriam donos das terras que recebessem somente após cinco anos de trabalho e exploração das mesmas, sendo proibido o trabalho nelas. Porém, dois anos mais tarde, uma nova Lei Geral, a n.º. 601 de 18 de setembro de 1850, mudou as disposições da lei anterior; a partir de então, o único meio para se tornar proprietário das terras seria através da compra (ROCHE, 1969). No Rio Grande do Sul, a venda das terras foi instituída através da Lei Provincial n.º. 304 de 1854, podendo o pagamento ser realizado à vista ou no prazo de cinco anos sem juros (DE BONI; COSTA, 1984).

Diante das novas disposições e buscando atrair mais imigrantes, especialmente diante da supressão do tráfico, o governo brasileiro concedeu inúmeras vantagens aos recém-chegados nos anos finais da década de 1860, fazendo florescer o número dos que aportavam. Em 1869, sob alegação de que as terras concedidas pelo governo imperial já estavam ocupadas, a província solicitou mais trinta e duas léguas quadradas para continuar com a colonização. Dessas terras, criaram-se as colônias de Conde d'Eu e Dona Isabel. (DE BONI; COSTA, 1984)

Segundo Manfroi (1975, p. 58), a razão principal que explica o desejo de adquirir mais terras e prosseguir com a colonização foi o objetivo de abrir estradas que “escalariam o escarpamento da Serra, ligando, assim, a Depressão Central com o Planalto”; a criação de colônias nessas regiões seria o marco inicial de tal projeto. Ademais, deve-se lembrar do contexto vivido no restante do país, quando as ideias abolicionistas estavam ganhando cada vez mais força, tornando, portanto, a atração de imigrantes ainda mais necessária.

Por outro lado, Jean Roche (1969, p.106) lembra que o desejo da Assembleia Legislativa Provincial foi a colonização espontânea, pois pensavam eles:

[...] vale mais empregar o dinheiro da Província na construção de pontes, estradas, escolas nas regiões colonizadas, e até na criação de uma companhia de navegação direta entre a Alemanha e o Rio Grande do Sul, a qual receberia assim imigrantes espontâneos. ‘A colonização deve ser livre... Tais contratos provocam a desconfiança a respeito da sorte que espera o colono’, cuja vida é apresentada como ‘uma escravidão disfarçada’.

No entanto, os números da imigração espontânea foram insignificantes. Manfroi (1975) afirma que até meados de março de 1871, não havia mais que 37 lotes ocupados em Conde d’Eu e nenhum em Dona Isabel. Não querendo se lançar à procura de colonos na Europa, o que prevaleceu foi o sistema de subvenção dos imigrantes; além disso, por falta de recursos da província, esta passou a se associar à iniciativa privada através de companhias de colonização. (IOTTI, 2001).

O contrato mais importante foi assinado com a empresa Caetano Pinto e Holtzweissig, em 1871, que se comprometeu a introduzir 40 mil colonos em 10 anos. O contrato, porém, não produziu os resultados esperados: em 1872 começaram a chegar os primeiros imigrantes; “somaram, ao total, 1.354. No ano seguinte, foram 1.607. Em 1874, porém, o número baixou para 580 e em 1875 para apenas 315”. (DE BONI; COSTA, 1984, p. 64)

De Boni e Costa (1984, p. 64) explicam os motivos do fracasso:

Na Europa Central, principalmente na Alemanha, havia prevenção contra o Brasil; a guerra franco-prussiana e a conseqüente unificação da Alemanha dificultavam ainda mais o recrutamento; o governo imperial, pagando 70\$000 por colono transportado (em vez dos 60\$000 oferecidos pelo governo provincial) tornava-se um concorrente com quem era difícil competir. Para a Província, os gastos com o pagamento das novas colônias elevar-se-ia a 288:000\$000, o que equivalia a 1/6 de seu orçamento.

A partir de 1874, o governo rio-grandense distanciou-se do projeto de colonização, deixando de fundar novas colônias e emancipando as antigas. Delegaram-se as funções para o governo imperial que, entretanto, apresentou interesses diferentes ao dirigir esses assuntos. Criaram-se constantes atritos entre ambos os governos, pois o Império se interessou mais em promover uma colonização propaganda que atraísse imigrantes para o país. (DE BONI; COSTA, 1984)

Neste contexto, Manfroi (1975, p. 62) destaca que “os serviços que a província devia cumprir em matéria de colonização, como a hospedagem e o transporte dos imigrantes até as colônias, eram realizados nas mais precárias condições”. Tal afirmação será analisada no

próximo capítulo, através do estudo das políticas imigratórias referentes à hospedagem dos recém-chegados.

Tomando para si a colonização, o governo imperial buscou atrair estrangeiros oferecendo vantagens a fim de povoar as novas colônias criadas, tais como Caxias, Alfredo Chaves e Silveira Martins. Passou-se, então, a buscar imigrantes na Itália. Dizia Roche (1969) que o governo e a opinião pública da província se preocupavam com a “homogeneidade de povoamento”, já que os alemães habitavam cada vez mais regiões. Além disso, prossegue o autor, tinha-se medo de formar na província uma “pequena Alemanha”.

É a partir de 1875 que se vê chegar ao Rio Grande do Sul os imigrantes italianos. A vinda desses imigrantes esteve ligada à difícil situação vivida na Itália, após a Unificação. Como dito no tópico anterior, os italianos corresponderam ao maior contingente imigratório dirigido ao Brasil, contribuindo para isto a propaganda brasileira da época e as políticas realizadas pelo governo. Assim como os alemães, os italianos destinaram-se à colonização de terras. Naquele país, o desejo de emigrar era tanto que, querendo o governo agricultores para as terras da província, muitos imigrantes italianos diziam-se agricultores para serem aceitos, mesmo que alguns não fossem e que tivessem a intenção de realizar outra atividade. (DE BONI; COSTA, 1984)

O crescimento da imigração dirigida à província acabou pesando nos cofres gerais. Por este motivo, em 1879, o governo decidiu suspender as vantagens anteriormente oferecidas e anulou os engajamentos oficiais em favor dos imigrantes. O Império buscou, ainda, livrar-se das responsabilidades que tinha com as colônias fundadas anteriormente através da sua emancipação. (MANFROI, 1975)

De Boni e Costa (1984) relatam que a administração das colônias dirigida do Rio de Janeiro era onerosa e que a corrupção imperou, servindo de indício a diferença nos gastos com São Leopoldo e com as demais colônias italianas. Assim, emancipou-se Conde d’Eu, Dona Isabel e Caxias, em 1884. (MANFROI, 1975)

Neste momento, as autoridades alegaram que a prosperidade das colônias deveria surgir da expansão da agricultura e da capacidade de trabalho dos colonos. Entretanto, com o abolicionismo cada vez mais próximo, o Império optou por retomar a colonização na província e voltou a criar novas colônias a partir de 1885 (MANFROI, 1975). Giron e Herédia (2007) afirmam que, de todo o Brasil, o Rio Grande do Sul foi o estado onde mais se criou colônias.

A criação de novas colônias coincidiu com a abolição da escravatura e com o aumento da imigração; juntamente, instaurou-se o novo momento político vivido pelo país com o advento da República. A partir daí, a colonização passou a ser dirigida por ambos os governos, local e central, apresentando os maiores índices de entradas no estado. Foi, então, que se construiu a Hospedaria de Imigrantes do Cristal.

Para o Rio Grande do Sul interessava a colonização das terras devolutas, então sob sua propriedade. Entretanto, a Constituição de 1891 deixou o governo central com algumas competências em relação ao desenvolvimento da agricultura e da imigração. Ademais, “a transmissão das colônias fundadas, na antiga Província, pelo Governo Imperial, foi demorada e provocou uma confusão prejudicial à boa marcha do serviço, assim como ao interesse dos colonos”. (ROCHE, 1969, p. 120)

Somado a isto, um acontecimento importante na história do estado – a Revolução Federalista – iniciou em 1893 e estendeu-se até 1895, concentrando-se, portanto, durante a época de grande fluxo imigratório. O início da Revolução prejudicou a colonização e a imigração, pois paralisou qualquer tipo de iniciativa e cortou todos os créditos destinados a ela (DE BONI; COSTA, 1984). Segundo Giron e Herédia (2007, p. 28), ainda, a mesma “interrompeu não só a colonização estadual como também a consolidação da sociedade livre”.

Assim, até 1895 a gestão da colonização continuou assegurada pelo governo federal. Após esta data, passou-se a responsabilidade dessas questões ao estado, que enfrentou dificuldades financeiras para manter o empreendimento. O número de imigrantes, assim como a diversidade de nacionalidades, tornou-se maior nesse período, especialmente em 1891 e 1892. (PETRONE, 1990)

Não só os italianos começaram a chegar ao Rio Grande do Sul nas últimas décadas do século XIX. O aumento das facilidades que estimularam a emigração e a forte propaganda brasileira atingiu outros países da Europa fazendo aportar, no país, imigrantes oriundos de outras regiões do continente europeu.

Imigrantes da Polônia foram registrados em quantidade considerável. Estudos realizados sobre essa corrente migratória revelam que estes estavam presentes no estado desde 1875. Contudo, é entre os anos de 1891 até 1894 que se tornaram numericamente expressivos. As razões de sua vinda estavam ligadas ao contexto, já explicado, da segunda metade do século XIX, aliada à forte propaganda brasileira que se fazia na Polônia. Os imigrantes

poloneses eram, em sua maioria, camponeses, e emigraram pelo desejo de se tornarem proprietários de terra. (GRITTI, 2001)

Assim como os poloneses, também se dirigiram ao estado imigrantes russos. Estes buscavam melhores condições de vida e foram impulsionados pela propaganda brasileira e pelas dificuldades a que estavam sujeitos, principalmente, a falta de terras. Afirma Zabolotsky (2007), em seu estudo feito sobre imigração russa no Rio Grande do Sul, que o clima extremamente frio foi um dos fatores decisivos.

Espanhóis e portugueses também chegaram ao solo gaúcho no final do século XIX. Os últimos, apesar de não tão expressivos neste território quanto às correntes migratórias anteriormente citadas, marcaram presença. As razões que trouxeram estes imigrantes são semelhantes ao que já foi exposto. Klein (1994, p. 47) explica que “os espanhóis vinham principalmente como trabalhadores dos cafezais”, enquanto os portugueses eram destinados às outras províncias.

Menos significativos numericamente, mas igualmente presentes, têm-se registros na Hospedaria de Imigrantes do Cristal de austríacos, belgas, suecos, ingleses, franceses, entre outros (ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL, 1891-1895). Certamente, outras nacionalidades não citadas chegaram ao Rio Grande do Sul em anos diferentes.

Diégues Jr. (1964, p. 51) comenta que:

Se no decênio 1881/1890 entraram, no Brasil, 523.375 imigrantes, no seguinte, 1891/1900, esse número elevou-se a 1.443.892. É o período em que as correntes imigrantistas começam a crescer não somente em quantidade como também em variedade dos grupos étnicos. O que, aliás, se vinha manifestando desde os últimos anos do período anterior.

Segundo Petrone (1990, p. 129), entraram em solo gaúcho 20.739 imigrantes em 1891 e 8.496 em 1892, decaindo gradativamente nos anos subseqüentes. Contudo, apesar das dificuldades enfrentadas pelo estado quanto à colonização, De Boni e Costa (1984) lembram que os anos compreendidos entre o início do período republicano e o início da Primeira Guerra Mundial foram os mais bem organizados, pois as autoridades acompanharam de perto o desenvolvimento das regiões coloniais, abriram estradas e administraram de forma mais honesta do que no período imperial. Para os autores, o fato devia-se à formação positivista dos governadores.

Frente às dificuldades enfrentadas pelo estado em continuar com a subvenção de imigrantes, em 1908 o governo central voltou a apoiar o processo imigratório para o sul do país através do pagamento das passagens, auxílios durante a estadia em Porto Alegre e nos primeiros momentos nas colônias. (PETRONE, 1990)

Todavia, o número de imigrantes enviados para o Rio Grande do Sul pela União ultrapassou o limite estabelecido, causando transtornos. O envio excessivo foi justificado através das alegações de preferência pelo clima sulino e pela impossibilidade de separar famílias e amigos que desejavam permanecer juntos na nova pátria (MANFROI, 1975). Entretanto, os motivos reais não eram esses, mas:

A verdadeira razão [...] residia na grave crise do café paulista. Com efeito, a extraordinária expansão do café, que absorvia uma importante mão-de-obra, provocou uma superprodução, cujas conseqüências foram a baixa do preço no mercado internacional e a diminuição da procura de mão-de-obra. Os estoques das sacas de café invendáveis atinam números alarmantes. . (MANFROI, 1975, p. 68)

Em vistas das complicações causadas pelo aumento considerável de imigrantes no estado, especialmente na recepção em Porto Alegre e a instalação nas colônias, rompeu-se definitivamente com o acordo em 1914. Assim, dali por diante “quem [...] se dirigisse ao Rio Grande do Sul, a nada mais teria direito, a não ser um lote rural pago 1/3 à vista e o restante em 5 anos”. (DE BONI; COSTA, 1984, p. 67). Contudo, o início do primeiro conflito mundial, neste mesmo ano, foi responsável pelo fim do processo emigratório, somente reiniciado após o seu término.

Esse longo processo imigratório não foi difícil apenas para o governo. Ao contrário, dificuldades muito maiores viveram os imigrantes que decidiram se empenhar nessa jornada, desde o ponto de embarque até os primeiros anos na sua nova propriedade. Sujeitos às adversidades das viagens nos navios, às hospedagens nos primeiros dias após a chegada, e aos desafios de desbravar as terras adquiridas, a imigração deixou marcas profundas para a maioria dos recém-chegados.

Logo no início, deviam passar longos dias de viagem em navios com condições extremamente ruins; superlotação, falta de higiene e de iluminação, alimentação precária e calor foram as condições enfrentadas pelos imigrantes. Diante desse quadro, não raros foram os casos de doenças e mortes. De Boni e Costa (1984, p. 97) reproduzem uma reportagem

feita pela revista *Veja*, de 1975, que retratou um pouco da situação nesses locais ao publicar uma edição sobre a história da imigração italiana:

Sem médico a bordo, transportando pessoas junto com animais, com normas de higiene pouco observadas, com alimentação precária e deficiente, o navio facilmente se transformava em fantasma de peste e de morte. De uma feita, contam inúmeros imigrantes gaúchos da região de Bento Gonçalves e Veranópolis, a peste, e o pânico ante ela, fizeram com que a tripulação se dirigisse aos familiares dos contagiados, quando estes, devido à febre, encontravam-se já sem sentidos; explicava-se então aos parentes a inutilidade de qualquer outro cuidado e o risco cada vez maior de contágio de novos passageiros. Pouco depois, após a absolvição pronunciada pelo padre, numa cena dantesca, e tomando-se um verso de Castro Alves, ouvia-se “o baque de um corpo no mar!”

Atenta-se, entretanto, que um regulamento sobre o transporte dos imigrantes foi criado desde 1858, mas sem eficiência. Por ele, nenhuma embarcação poderia transportar um número de passageiros que excedesse a carga permitida, além de ter a obrigação de abrigar os imigrantes em compartimentos com altura mínima de sete palmos. Igualmente, não poderiam ser acomodados em locais com menos de trinta palmos quadrados; o leito deveria ter, no mínimo, nove palmos de comprimento por dois e meio de largura. Nesses locais, não era permitido cargas que não fossem os objetos de uso a bordo; as bagagens deveriam ser acomodadas no porão ou em outro lugar coberto. Ademais, os compartimentos deveriam ser bem ventilados a fim de possibilitar a renovação do ar. (NOGUEIRA; HUTTER, 1975)

As mulheres teriam acomodações isoladas das dos homens, ficando apenas os casais permitidos de viajarem no mesmo camarote. Já a alimentação deveria ser da melhor qualidade, em quantidade suficiente e bem acondicionada, equiparando-se à recebida pelos marinheiros. Por último, as embarcações com número elevado de passageiros deveriam contar com um médico e um ambulatório, além de desinfetantes e instrumentos cirúrgicos. (NOGUEIRA; HUTTER, 1975)

Infelizmente, esse regulamento não foi praticado. Aqueles que conseguiam passar por esta experiência inicial esperavam encontrar bons locais de hospedagem, com alimentação adequada e os devidos cuidados necessários após os difíceis dias de viagens. Porém, nem sempre foi o que ocorreu. Barracões improvisados foram quase uma regra quando se fala em recepção dos recém-chegados, especialmente nas colônias do estado. João Stawinski,

imigrante polonês que chegou ao Rio Grande do Sul em 1890, narrou sua passagem por alguns desses locais, entre eles o barracão instituído na colônia Caxias.

Segundo ele:

Ao penetrarmos nos barracões, não suspeitávamos encontrar em tão desoladora situação os nossos patrícios, chegados aqui em novembro. Um surto de violenta epidemia irrompera nos barracões. No decorrer de dezembro de 1890, dezenas de crianças tinham morrido. Outras tantas estavam à beira da morte. Não passava dia sem se registrarem mortes de crianças e de algum adulto. Sem contar as 22 crianças, falecidas em dezembro, durante o mês de janeiro de 1891 morreram mais de 80 crianças, de sete anos para baixo. (STAWINSKI, 1999, p. 89)

Em 1886, o relatório apresentado ao Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas pelo engenheiro Manoel Maria de Carvalho, relatou-se a situação da casa destinada a receber os imigrantes em São João do Montenegro:

[...] serve de hospedaria uma velha casa sem cômodos, sendo os imigrantes agasalhados no porão, preferindo, por isso, abrigarem-se na praça debaixo de seus chapéus do sol durante os dias em que aguardavam os meios de transporte. (BRASIL, 1885, p. 12)

Em Porto Alegre, a situação não foi muito diferente, mas este ponto será aprofundado nos próximos capítulos.

Somado a tudo isto estava a desilusão dos imigrantes frente à situação que encontravam ao chegar aos seus trajetos finais, pois percebiam que a nova realidade que enfrentariam não era a mesma retratada nas propagandas feitas pelo governo e pelas associações privadas. Recebiam lotes de terras em meio à mata virgem, tendo de iniciar sua vida com a derrubada de florestas e com a construção de sua casa. Nos tempos em que os auxílios foram cortados, essas tarefas se tornaram ainda mais difíceis. De Boni e Costa (1984, p. 93) colocam que o número de suicídios entre os imigrantes foi alto, bem como o de loucos, que se constatou ser 4 vezes maior do que entre os nativos.

Mesmo com os empecilhos, muitos imigrantes conseguiram explorar terras até então nunca cultivadas, proporcionando um crescimento do mercado interno rio-grandense. Deve-se o desenvolvimento do estado, em parte, aos seus esforços, bem como o crescimento das cidades e da capital através da urbanização.

Apesar do conhecimento sobre a história da imigração no Rio Grande do Sul, pouco se conhece sobre as hospedarias para os recém-chegados, parte importante da ampla estrutura criada pelo governo para angariar imigrantes, principalmente nos anos em que o fluxo foi acentuado. São citadas com certa frequência, embora rapidamente, as passagens por estes locais, mas não há estudos que mostrem a real situação e história dessas instituições no Rio Grande do Sul, assim como os caminhos que levaram às suas criações. Este é, portanto, o assunto do capítulo seguinte.

3 A IMIGRAÇÃO E O CENÁRIO POLÍTICO BRASILEIRO

3.1 AS OSCILAÇÕES DA POLÍTICA IMIGRATÓRIA BRASILEIRA

O aumento do número de imigrantes chegados ao Brasil, a partir de meados do século XIX, causou mudanças profundas no país. O governo viu-se designado a tratar da recepção e acomodação daqueles que chegavam, providenciando decretos e leis capazes de organizar esse fluxo populacional, visto que o bom andamento do processo dependia das ações realizadas pelo governo.

Nas palavras de Roche (1969), a política imigratória brasileira sofreu a influência da história política brasileira, pois se dividiu em dois grandes períodos distintos: o primeiro, que vai do início da colonização até a queda do império; e o segundo, estendendo-se pelo período republicano.

Entretanto, a divisão em duas fases diferentes não resultou em uma simplicidade da política imigratória; ao contrário, a legislação produzida foi vasta e, por vezes, contraditória, oscilando entre o governo geral e os governos locais ao longo desse período. (IOTTI, 2010)

Para compreendê-la, cabe voltar, brevemente, aos anos iniciais do período imperial. Segundo Roche (1969), quando os primeiros imigrantes começaram a chegar, não havia uma legislação competente quanto a tais questões, tão pouco havia funcionários especializados e delimitação das funções das autoridades. Somente com a constituição de 1824, D. Pedro I se responsabilizou pela questão da colonização, implantando um projeto destinado à ocupação e à defesa de parte do território nacional. (IOTTI, 2010)

Foi neste período que se criaram algumas colônias, destacando-se a de São Leopoldo, em 1824. Utilizando terras pertencentes à Coroa, sua fundação iniciou com o recrutamento de colonos na Alemanha, aos quais se concederam diversas vantagens (ROCHE, 1969). Contudo, a iniciativa de D. Pedro I provocou reações. Lazzari (1980, p. 33) afirma que este,

[...] Quando se propôs a levar adiante a obra de colonização com imigrantes europeus, sofre uma forte reação dos grandes proprietários que, com a independência do país, haviam-se tornado políticos influentes. Acusam a obra da colonização de muito dispendiosa e sem interesse para os brasileiros e como uma aquiescência à campanha internacional, principalmente inglesa, em favor da abolição do tráfico de escravos.

A reação do parlamento à política imperial acabou por levar à declaração da Lei do Orçamento, em 1830, que suspendeu os créditos para a colonização estrangeira (IOTTI, 2010). A Lei foi, ainda, uma das causas que contribuíram para a abdicação do imperador do trono brasileiro, em 1831, resultando no abandono da imigração subsidiada pelos cofres públicos. (ROCHE, 1969)

Para De Boni e Costa (1984, p. 27):

Enquanto as forças agrárias, no início do império, não conseguiam reestruturar-se ante a nova situação, a política imigratória do governo prosseguiu triunfante. Quando, porém, os parlamentares – em grande parte senhores de terra – mediram devidamente a política imperial, iniciou-se sem demora uma luta que só haveria de cessar com o corte de verbas para a colonização e a renúncia do imperador.

O período regencial pouca atenção deu à colonização, visto que, através do Ato Adicional de 12 de agosto de 1834, transferiu para as províncias a responsabilidade deste assunto. Contudo, além de não terem suas atribuições esclarecidas, os imigrantes estavam impossibilitados de fundar colônias por não possuírem patrimônio próprio. O Rio Grande do Sul, por sua vez, pouco pode fazer neste período, visto que em 20 de setembro de 1835 começou a Revolução Farroupilha que, por dez anos, impediu o desenvolvimento da província. (ROCHE, 1969)

A partir de 1848, tem início uma nova fase para a imigração e para a colonização, pois o governo imperial voltou a se interessar pelo tema. Segundo Lazzari (1980), o fim do tráfico, a expansão da lavoura cafeeira e a crise de mão-de-obra, levaram o parlamento a rever sua posição em relação à chegada de estrangeiros. Nesse sentido, a Lei 514 concedeu terras devolutas às províncias destinadas à colonização, possibilitando a criação de colônias imperiais e provinciais.

Em 1850, a influência dos grandes proprietários ficou evidente no parlamento quando seus interesses foram atendidos com a criação da Lei Geral de 18 de setembro, que definiu que as terras devolutas não seriam mais concedidas, mas vendidas. Contrários à colonização, mas favoráveis à imigração, a intenção era atrair europeus, dificultando-lhes, contudo, o acesso à propriedade agrícola, visto que o interesse se concentrava em atrair mão-de-obra para as lavouras de café (DE BONI; COSTA, 1984).

A partir desse momento, inaugurou-se uma nova fase, pois, além da venda das terras, aumentou “ainda mais o interesse da iniciativa privada que, diante de um empreendimento potencialmente lucrativo, passou a concorrer com o Estado na implantação de núcleos coloniais”. (IOTTI, 2010, p. 49)

Segundo a autora, diversos decretos foram promulgados, a partir de 1850, autorizando o funcionamento de sociedades colonizadoras e aprovando contratos entre o governo e particulares. A iniciativa privada teve papel importante, não só na venda e na colonização das terras devolutas, mas também na criação de locais para receber os recém-chegados, ficando responsável, em diversos contratos, por estabelecer hospedarias de imigrantes.

Contudo, mesmo com o auxílio de particulares, o número de imigrantes dirigidos ao Brasil permaneceu baixo. Por este motivo, em 1867, pelo Decreto 3784 de 19 de janeiro, aprovou-se o regulamento para as colônias do Estado, que concedeu inúmeros favores aos imigrantes, entre os quais o pagamento das terras em cinco prestações, a contar do fim do segundo ano de seu estabelecimento. (IOTTI, 2010)

No Rio Grande do Sul, o governo imperial só interveio diretamente na colonização em 1870, pois até esta data a província organizou e dirigiu a administração local (ROCHE, 1969). A primeira lei provincial específica sobre a colonização data de 1851; por esta:

O Presidente da Província deve mandar cadastrar lotes de 100.000 braças quadrados (48ha) em todos os núcleos que será estabelecidos em terras concedidas pela Lei de 1848. Distribuir-se-ão esses lotes gratuitamente aos colonos. Gratuitamente ainda os colonos receberão instrumentos e sementes. Além disso, terão direito à indenização de viagem e ajuda em dinheiro, durante o período de instalação. (ROCHE, 1969, p. 102)

Entretanto, em 1854, promulgou-se uma nova lei, estabelecendo que as terras seriam vendidas, quer à vista ou a crédito, a exemplo da Lei Geral de 1850. As vantagens concedidas, anteriormente, pela lei de 1851, pesaram no orçamento provincial, ficando concedidas, gratuitamente, apenas a hospedagem e a manutenção dos colonos do Porto de Rio Grande até o seu trajeto final (ROCHE, 1969). Iotti (2010) afirma que a colonização provincial teve seu início efetivo apenas a partir da lei de 1854. Por outro lado, ainda que o período compreendido entre 1848 a 1874 seja caracterizado como o de maior investimento, a verba destinada à imigração e à colonização nunca chegou a atingir 10% do orçamento previsto para as despesas provinciais. (IOTTI, 2010)

A partir de 1874, novas ações foram tomadas para incentivar a vinda de imigrantes ao Brasil. Todavia, mesmo depois do governo provincial ter reduzido as vantagens oferecidas aos imigrantes com a Lei de 1854, os gastos com este empreendimento ainda pesavam no orçamento da província; por isso, o controle e os gastos com esses assuntos voltaram a ser conduzidos pelo governo imperial (IOTTI, 2010). Dessa forma, entre 1874 a 1889, tem-se uma “frieza” do governo local com essas questões, que passam a ser assumidas, novamente, pelo governo imperial. (ROCHE, 1969)

Segundo Iotti (2010), pela Lei de maio de 1878, o presidente da província foi autorizado a emancipar colônias da província e a transferir o controle para o governo imperial; em 1879, cortes foram realizados ao suprimir os cargos de diretores das colônias. A imigração, daí por diante, passou a ocorrer por conta da iniciativa privada ou por conta do Império. Com a transferência para estas esferas, a questão predominante na legislação provincial passou a ser a venda das terras devolutas da província e a cobrança da dívida colonial.

Até o final do período imperial, constantes atritos ocorreram entre as duas administrações, pois o Rio Grande do Sul criticava as ações tomadas pelo governo imperial, acusado de desperdiçar créditos, mal administrar os núcleos e mal escolher os colonos, que tentavam ficar ou voltar para Rio Grande e Porto Alegre. (ROCHE, 1969)

Entre suas ações constavam a demarcação dos lotes nas terras públicas e a entrega de títulos de propriedade aos colonos; a medição de todas as terras públicas devolutas da província; o estabelecimento de uma Inspeção de Terras e Colonização, uma delegacia da Inspeção Geral de Terras e Colonização, criada em 1876 e o regulamento de várias questões administrativas, como o pagamento de subsídios aos recém-chegados. Porém, em 1879, as despesas com a imigração foram suspensas e, mais tarde, a venda de terras públicas foi autorizada aos particulares ou às sociedades que se comprometessem a colonizá-las. Segundo Roche (1969), o Rio Grande do Sul se encontrava empobrecido e a colonização estava embaraçada.

Em 1885, “quando ficou claro que a escravidão estava com seus dias contados”, o governo geral passou a incentivar a imigração através de propagandas, auxílios no transporte e reorganização do serviço de cadastragem e venda de terras. O número de imigrantes voltou a subir e a colonização ganhou um novo impulso. (DE BONI; COSTA, 1984, p. 31)

O advento do período republicano trouxe novas mudanças na política imigratória. No período de 1889 a 1914, inúmeras alterações foram realizadas na legislação, reflexo do contexto político-econômico do período (IOTTI, 2010); a Constituição de 1891 transferiu para os estados o domínio das terras devolutas, ficando a eles, também, os encargos com a colonização e a imigração (DE BONI; COSTA, 1984).

Roche (1969, p. 120) ressalta que o governo federal ainda possuía “certa competência concernente ao desenvolvimento da agricultura e da imigração”. No Rio Grande do Sul, o fato gerou dificuldades, visto que “a transmissão das colônias fundadas, na antiga Província, pelo Governo Imperial, foi demorada e provocou uma confusão prejudicial à boa marcha do serviço, assim como ao interesse dos colonos”.

Diante dos problemas, a gestão da colonização continuou a cargo do governo federal que manteve, no Rio Grande do Sul, uma Delegacia Especial para Terras e Colonização, dirigida por José Montaury, que mais tarde veio a ser prefeito de Porto Alegre. Em 1895, contudo, a lei orçamentária passou a missão da colonização e da imigração ao estado. (ROCHE, 1969)

Neste novo período, entretanto, Petrone (1990) afirma que somente São Paulo teve condições de manter a imigração subvencionada. Segundo a autora, “em decorrência dessa medida e da extinção da Inspetoria de Terras e Colonização, os últimos anos do século e os primeiros do seguinte não se revelam nada favoráveis quanto à imigração”. (PETRONE, 1990, p. 99)

O Rio Grande do Sul, ainda que tenha recebido um auxílio da União de 200.000 réis, não teve condições de investir na colonização, que ainda se mostrava um encargo muito pesado, especialmente pelo comprometimento das finanças do estado durante a Revolução Federalista. Dessa forma, a União continuou a intervir na colonização através do pagamento da viagem dos imigrantes até Porto Alegre, ficando o estado com a tarefa de alojamento, de transporte até a colônia e de instalação no lote concedido. (ROCHE, 1969)

Diante das dificuldades, não só do Rio Grande do Sul, mas de outros estados brasileiros, o governo federal tomou novas medidas com o objetivo de promover a imigração. Em 1907, criou as bases para o Serviço de Povoamento do Solo e, posteriormente, a Diretoria Geral do Serviço de Povoamento em acordo com os demais estados, a fim de aumentar o fluxo de imigrantes para o Brasil. (PETRONE, 1990)

Conseqüentemente, o número de imigrantes aumentou e dificuldades surgiram com esse crescimento. Para tanto, um acordo com a União foi realizado em 1908, buscando limitar o número de imigrantes enviados; ademais, um auxílio financeiro foi disponibilizado para o estabelecimento de famílias, devendo ser reembolsado pelo estado, posteriormente. Pelo acordo, seriam enviados 400 imigrantes mensalmente, mas a União logo deixou de cumprir o combinado e chegou a enviar, em janeiro de 1909, 1361 imigrantes juntos. Segundo Roche (1969, p. 122):

Os meios de transporte e alojamento eram insuficientes bem como o número de lotes medidos de antemão. Os imigrantes esperavam, amontoados, em Ijuí ou eram desviados para as colônias particulares. O Estado queixava-se disso, pois perdia, assim, não só o montante de seus adiantamentos, como também a possibilidade de lhes controlar a instalação.

Solicitou-se, então, a rescisão do contrato, efetivada em 1914. Ainda neste ano, o Decreto 2098 de 13 de julho suprimiu todos os créditos para a imigração, esperando que esta ocorresse espontaneamente; juntamente com o início da Primeira Guerra Mundial, teve fim a imigração oficial ao Rio Grande do Sul. (IOTTI, 2010)

Independente das oscilações da política imigratória, ora a cargo do governo central, ora a cargo dos governos locais, esteve presente, na legislação brasileira, o tema da recepção dos recém-chegados. Este, não deixou de sofrer com as constantes mudanças e contradições presentes na legislação, ao contrário, serviu como um exemplo claro de tais características.

Desde cedo, buscou-se dotar o Brasil com locais de hospedagem destinados a acolher os imigrantes assim que aportavam no país, onde deveriam receber acomodação, alimentação e auxílios médicos pelo tempo necessário até que seus caminhos finais fossem decididos.

Utilizando como modelo a hospedagem adotada pelos Estados Unidos, destacando-se as importantes hospedarias de Castle Garden, criada em 1855, e Ellis Island, em 1892 (SEGAWA, 1989), grandes e importantes hospedarias também foram estabelecidas e regidas pela legislação imigratória no Brasil, especialmente nas últimas décadas do século XIX.

Convém conhecer, portanto, aquilo que foi promulgado pelo governo brasileiro, nesse sentido, até culminar com a criação da Hospedaria de Imigrantes do Cristal, em Porto Alegre, na última década do século XIX.

3.2 A RECEPÇÃO DOS RECÉM-CHEGADOS PELA LEGISLAÇÃO DO GOVERNO CENTRAL

A recepção dos imigrantes fez parte dos temas tratados pela política imigratória brasileira e, assim como esta, sofreu modificações e apresentou-se contraditória ao longo dos anos. Esperava-se, com essa legislação, “[...] montar uma estrutura exemplar para o recebimento e a instalação de imigrantes nos seus respectivos territórios.” (IOTTI, 2010, p. 149). Para tanto, tratou-se de providenciar serviços de hospedagem aos recém-chegados a partir de meados do século XIX, quando o processo imigratório passou a ganhar força no Brasil.

Durante o Império, período em que o governo central manteve o domínio sobre essas questões, buscou-se coordenar o estabelecimento de hospedarias de imigrantes nas diversas partes do país. Esse processo, inicialmente, se deu a partir da iniciativa privada, que passou a se interessar pela criação de núcleos coloniais, haja vista seu alto lucro. Dessa forma, a partir de 1850, diversos decretos foram promulgados, autorizando o funcionamento de sociedades colonizadoras². (IOTTI, 2010)

Nos contratos celebrados com o governo, dispôs-se que eram de responsabilidade das associações o estabelecimento de locais para hospedar os recém-chegados. Assim ocorreu em 1855, quando o governo autorizou a incorporação e aprovou os estatutos da Associação Central de Colonização, pelo Decreto 1584 de 2 de abril, que teve como finalidade a importação de emigrantes morigerados, agricultores e industriais, que quisessem vir para o Império. Dentre suas obrigações constavam:

Ter em lugar apropriado para o desembarque dos colonos acomodações precisas, onde sejam recebidos à sua chegada, e tratados convenientemente enquanto não acharem destino, dando-lhes, casa e comida por preço razoável, aconselhando-os, dirigindo-os, e promovendo, ou facilitando o seu pronto emprego no país por todos os meios que estiverem ao seu alcance”. (IOTTI, 2001, p. 155)

² A partir deste momento todas as informações referentes a Decretos e Regulamentos promulgados pelo governo central foram retirados de: IOTTI, Luiza Horn, org. **Imigração e colonização: legislação de 1747 a 1915**. Porto Alegre: Assembléia Legislativa do Estado do RS. Caxias do Sul: EDUCS, 2001.

Em 1857, quando se aprovou o contrato entre o governo imperial e a Associação, na qual esta se comprometeu a importar e receber 50 mil colonos, ficou registrado que era seu dever providenciar, logo à chegada dos imigrantes, casas ou alojamentos provisórios, e enfermarias munidas de tudo o que fosse necessário para que pudessem ser tratados os que adoecessem; à sua custa, ainda, seriam mantidos os médicos e enfermeiros que fossem precisos.

Para o estabelecimento desses locais, o governo colocou a disposição da Associação terrenos de Marinha devolutos que seriam isentos de impostos. Estipulou, também, que o prazo para a instituição das hospedarias seria de seis meses, a contar da aprovação do contrato, e que nelas seriam recebidos tanto os colonos importados, quanto os que “espontaneamente vierem para o Império sem contrato com empresa alguma; contanto que estes tenham meios para pagar as despesas que tiverem de fazer”. (IOTTI, 2001, p. 196) Portanto, era responsabilidade da Associação a criação desses estabelecimentos, ainda que contassem com alguns auxílios do governo. Por outro lado, tal decreto nada menciona sobre os imigrantes que não tivessem condições de pagar por estas despesas.

A partir do primeiro triênio de funcionamento da Associação, exigiu-se que esta deveria ter pronta, pelo menos, uma grande hospedaria definitiva, sendo a planta do edifício, suas condições higiênicas e regulamentos internos dependentes da aprovação do governo, ao qual cabia, também, aprovar o preço do alojamento e dos comestíveis. Nas províncias em que houvesse demanda de colonos, deveriam ser criados, dentro de dois anos, depósitos e hospedarias semelhantes as já citadas, sendo os preços dos comestíveis e dos alojamentos aprovados pelos presidentes das respectivas províncias.

Já em setembro de 1857, foi aprovado um regulamento provisório que deveria ser seguido pela Associação. No que tange a recepção dos imigrantes, estabeleceu-se que esta se comprometia a fornecer alojamento, sustento e o que mais fosse indispensável para os imigrantes, nas suas hospedarias, por conta daqueles que os tivessem encomendado. Nos portos de desembarque em que não houvesse tais estabelecimentos, a Associação deveria responsabilizar-se por providenciar abrigo e subsistência, até que os imigrantes tivessem construído ou recebido suas moradias definitivas, debitando as despesas aos seus “engajadores”, que não poderiam exigir retribuição alguma pelo alojamento provisório.

Neste novo regulamento, comentou-se sobre os imigrantes espontâneos que não tinham condições de pagar sua estadia. Definiu-se que eles poderiam ser recebidos nas

hospedarias e depósitos da Associação, devendo pagar em dinheiro ou em trabalho as despesas que ali fizessem, ou, ainda, apresentar atestados de boa conduta, aptidão e trabalho. Na falta destas condições seriam aceitos abonos ou recomendações de seus cônsules, ou de pessoas de conceito.

Percebe-se, por esses decretos, a falha inicial da legislação ao não tratar da recepção dos imigrantes que não viessem por conta da Associação e não tivessem condições de pagar suas despesas. Assim, mudanças realizaram-se a fim de proporcionar essas funções para todos que chegavam.

Segundo Iotti (2010), apesar das tentativas de atrair imigrantes, o índice imigratório permaneceu baixo. Com isso, o Decreto 3784 de 1867, concedeu diversas vantagens para aqueles que quisessem vir para o país. Foi somente neste ano que se mencionou a construção de edifícios, por parte do governo, para o alojamento dos imigrantes que chegavam.

O Decreto 3784, que aprovou o regulamento para as colônias do Estado, teve como objetivo regular e uniformizar a criação e a administração das colônias, a fim de melhor atender os imigrantes instalados. No seu terceiro capítulo, tratou da recepção e do estabelecimento destes, constando as disposições sobre a hospedagem dos imigrantes. Conforme ele, cada colônia deveria ter um edifício principal para instalar provisoriamente os recém-chegados, até que estes recebessem o seu lote. Entretanto, a estadia nesses estabelecimentos deveria ser reembolsável. Em um de seus artigos, constava que: “durante os dez primeiros dias de estada, os colonos, que o reclamarem serão sustentados à custa dos cofres da colônia, debitando-se-lhes a importância do adiantamento para ser reembolsado na forma do art. 6º”. (IOTTI, 2001, p. 301)

O referido “art. 6º” tratava do pagamento das terras recebidas, visto que desde 1850 elas eram vendidas. Tal pagamento poderia ser realizado à vista, a prazo – com acréscimo de 20%, pago em cinco prestações iguais a contar do fim do segundo ano de seu estabelecimento – ou ainda a prazo, sendo o pagamento realizado antes do vencimento; neste último caso, o valor teria um abatimento de 6%. Dessa forma, os custos durante a estadia dos imigrantes, nas hospedarias, deveriam ser acrescidos ao valor das terras, pagos nessas condições.

De 1870 em diante, foram realizados diversos outros contratos com associações privadas para a introdução de imigrantes em solo nacional. Nestes, a recepção, alimentação e transporte dos imigrantes, até as colônias, ocorriam por conta das mesmas, exceto o contrato feito com Joaquim Caetano Pinto Júnior, em 1874, cujo objetivo era importar 100.000

imigrantes europeus. Por este, a hospedagem e a alimentação foi concedida gratuitamente pelo governo durante os oito primeiros dias após a sua chegada. Igualmente, o contrato com Francisco Ferreira de Moraes, feito em 1879, previa os gastos com os imigrantes pelo período de dez dias.

Com tais vantagens, as décadas seguintes foram marcadas pelo fortalecimento do fluxo migratório, com destaque para os italianos. Novas disposições quanto à imigração e à colonização foram necessárias, bem como em relação à organização das hospedarias de imigrantes, que recepcionavam um crescente número de pessoas.

Em 1876, buscando ampliar as competências da antiga Repartição-Geral de Terras Públicas, criou-se a Inspeção Geral de Terras e Colonização pelo Decreto 6129 de 23 de fevereiro, que se destinou, entre outros, a fiscalizar e dirigir todos os serviços atinentes à imigração e à colonização. Iotti (2010, p. 203) afirma que:

A inspeção envolvia de forma mais detalhada e abrangente os assuntos ligados à imigração e colonização. Para tal, foi dividida em duas seções: uma dedicada às questões da terra e outra específica para os serviços relativos à imigração e à colonização.

Entre as competências ampliadas da Inspeção estavam a recepção e o alojamento dos imigrantes, não existentes na Repartição-Geral. Na segunda seção, responsável pela imigração e colonização, constava os serviços relativos ao desembarque, agasalho e sustento dos imigrantes, depósito e entrega das bagagens, bem como a remoção dos enfermos para o hospital, nos casos em que estes não pudessem ser tratados nos prédios das hospedarias. Ademais, eram de sua responsabilidade o registro e matrícula dos imigrantes, que deveriam ser inscritos nos livros competentes, constando dados como nome, estado, nacionalidade, profissão, lugar de destino, dia da entrada e da saída. Ou seja, era esta seção a responsável pelas hospedarias.

A partir de então, as hospedarias seriam fiscalizadas por um ajudante do Inspetor Geral e administradas por um funcionário indicado por este último. As incumbências do administrador eram as de providenciar medidas acerca do tratamento dos imigrantes e da guarda de suas bagagens, bem como de manter a ordem do estabelecimento. Por conseguinte, deveria informar ao Inspetor Geral tudo o que ocorria nas hospedarias, solicitando a este as providências indispensáveis ao bem-estar dos imigrantes, além de fazer cumprir todas as

regularidades do serviço. Para ajudar no desempenho de seus deveres, o administrador tinha guardas sob sua direção, igualmente indicados pelo Inspetor Geral.

Ficaram instituídos, ainda, os cargos de intérprete – cuja função era servir de intermediário entre os imigrantes e os empregados –, e os guardas, que deveriam dirigir e guiar os imigrantes, além de receber, acondicionar e entregar-lhes as bagagens.

Com o decreto de 19 de janeiro de 1867 e com a organização da Inspetoria Geral de Terras e Colonização, ficou estabelecido a instituição e o regulamento para a hospedagem dos imigrantes, assim como as obrigações deste serviço. Para garantir a sua prática nas províncias, foram nomeados Inspetores Especiais de Terras e Colonização e extinguidas as Repartições Especiais de Terras Públicas, passando aqueles a desempenhar as tarefas que antes cabiam aos presidentes das províncias. Contudo, de acordo com Iotti (2010), os presidentes continuaram a exercer suas funções. Segundo a autora:

Ao que parece, essa situação não se manteve por muito tempo, porque [...] trouxe prejuízos ao bom andamento dos serviços relacionados a imigração e a colonização. Logo em seguida, os presidentes voltaram a assumir a responsabilidade e o controle da implementação da política imigratória e colonizatória imperial, mas sob a supervisão, nem sempre atenta, mas sempre presente do Ministério da Agricultura. (IOTTI, 2010, p. 205)

Apesar da organização instaurada, uma nova mudança na legislação estabeleceu outras diretrizes. Em 1879, o Decreto 3784 de 19 de janeiro de 1867 foi suspenso, sendo falta de verbas a alegação, o que impossibilitava a execução das suas ações. De Boni e Costa (1984) afirmam que o aumento considerável de imigrantes foi o motivo de tal decisão. No ano seguinte, declarou-se qual a norma adotada pelo governo, a fim de esclarecer as possíveis dúvidas sobre os procedimentos tomados a partir daí.

Segundo a declaração, o governo não assumiria nenhum compromisso com o desembarque, o sustento e a colocação dos colonos nos seus respectivos lotes; ademais, as ajudas só voltariam a ser concedidas quando as condições financeiras assim permitissem. Entretanto, o governo continuaria a proporcionar hospedagem aos imigrantes, por um período que não excedesse quinze dias, e na medida em que os recursos assim possibilitassem.

Após a Proclamação da República, período que coincidiu com o aumento do fluxo de imigrantes chegados ao país, novas ordens foram publicadas visando atender os interesses da imigração. Ainda durante o governo provisório, o Ministro e Secretário de Estado dos

Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, general de brigada Francisco Glicério, apresentou ao Presidente da República uma proposta de reorganização da Inspetoria Geral de Terras e Colonização. O objetivo era proporcionar um melhor desempenho dos serviços ligados à imigração e garantir a atração de mais imigrantes, pois alegava que o pessoal encarregado dessas tarefas havia se tornado deficiente. Glicério propôs, ainda, a criação de delegacias e de agências de terras e colonização nos estados para o funcionamento dos serviços.

Reorganizada pelo Decreto 603 de 26 de julho de 1890, a Inspetoria passou a ser composta pela Repartição Central de Terras e Colonização, com sua sede na capital federal; por delegacias, agências de colonização e comissões técnicas nos estados; e, por último, pelas hospedarias de imigrantes.

A Repartição Central seria administrada pelo Inspetor Geral, e eram de sua dependência as hospedarias de imigrantes localizadas na capital federal e nos municípios próximos. Ademais, era sua responsabilidade nomear ou demitir o pessoal das hospedarias sob sua administração; expedir as instruções e regulamentos para o serviço destas e inspecionar, ou fazer inspecionar, as hospedarias – além dos núcleos coloniais e serviços a cargo das delegacias e comissões.

Cargo importante instituído através dessa reorganização foi o de Segundo Ajudante, cuja função consistiu em fiscalizar, além das hospedarias, o embarque e desembarque de imigrantes e suas bagagens, ficando todo o pessoal incumbido desta tarefa subordinado a ele. Quanto aos intérpretes, coube-lhes a importante função de encaminhar os que não quisessem se recolher nas hospedarias, o que deixava claro que a estadia nesses locais era optativa.

As hospedarias localizadas em outros estados tiveram a sua administração modificada; ficaram elas subordinadas aos delegados e aos agentes de imigração e colonização, sendo regidas pela legislação respectiva, exceto as localizadas na capital federal e municípios próximos.

Após a reorganização da Inspetoria Geral foi aprovado, no Decreto 927 de 5 de julho de 1892, o regulamento das delegacias da Inspetoria Geral nos estados da República; teriam estas, como atribuições, a direção e a fiscalização dos serviços referentes ao recebimento e ao alojamento dos imigrantes, a expedição e a colocação de imigrantes nos núcleos coloniais, além das concessões de terrenos agrícolas.

Por este decreto, as hospedarias de imigrantes seriam subordinadas às delegacias, ou aos agentes de imigração e colonização, e seriam organizadas de acordo com o que designava estes delegados e agentes. Muito importante neste momento eram as funções dos delegados, que deveriam realizar a inspeção, sempre que achasse conveniente, das hospedarias e dos núcleos coloniais; além disso, poderiam propor ao Inspetor Geral a nomeação de médicos para as colônias ou hospedarias, administradores para os mesmos serviços, além de agentes auxiliares e escriturários das comissões. O serviço de hospedagem dos imigrantes tinha, portanto, uma nova organização

Novamente, entretanto, realizaram-se mudanças. O governo central, aos poucos, foi se afastando das questões referentes à imigração e à colonização. Assim, em 1895, suprimiu a Inspetoria Geral de Terras e Colonização e, em 1897, a Agência Central de Imigração, transferindo as tarefas por ela oferecidas à Diretoria Geral da Indústria. Ao seu diretor geral coube, dali por diante, nomear o pessoal da hospedaria de imigrantes a cargo do Governo Federal, exceto os respectivos administradores. Exerceu, neste sentido, todas as atribuições conferidas ao inspetor geral das terras e colonização, pelo decreto 603 de julho de 1890.

Segundo Iotti (2010), diante das dificuldades dos estados em gerir e manter a imigração e a colonização, o governo central viu-se obrigado a intervir novamente processo. Como já mencionado, o decreto 6455 de 19 de abril de 1907 aprovou as bases para o Serviço de Povoamento do Solo Nacional, que seria promovido pela União em acordo com os estados, empresas de viação férrea ou fluvial, companhias ou associações outras, e particulares.

Entre suas atribuições, constou que a União forneceria gratuitamente e sem indenização, nos portos nacionais onde houvessem instituídas hospedarias, recepção, desembarque, agasalho, alimentação, tratamento médico e medicamentos, pelo tempo necessário até que os imigrantes seguissem para a localidade de sua escolha.

No capítulo destinado à recepção, ao desembarque e à hospedagem, mencionou-se que, nos portos estaduais, tais incumbências estariam a cargo dos estados, podendo a União auxiliar nos gastos, desde que os imigrantes tivessem sido introduzidos pelo Governo Federal ou fossem espontâneos. Caso contrário, os custos ocorreriam por conta daqueles. Ademais, colocou-se que, sem licença prévia, não poderiam as empresas, associações ou particulares encarregarem-se do desembarque dos imigrantes.

Os auxílios seriam compostos por uma quota fixada por imigrantes e por um tempo que não deveria passar de seis dias, salvo em casos de doenças em que precisassem ser

tratados nas enfermarias. Os estados interessados na quota deveriam informar o governo federal, que passaria a manter um funcionário nas respectivas hospedarias para computar o valor dos auxílios a serem pagos.

Ainda em 1907, o Decreto 6479 de 16 de maio criou a Diretoria Geral do Serviço de Povoamento. A esta coube promover a introdução de imigrantes e superintender os serviços de recepção, desembarque, hospedagem e expedição dos mesmos. Sob sua dependência ficaram as hospedarias de imigrantes, no Rio de Janeiro, e outros estabelecimentos custeados pela União. Mencionou-se, também, que nos estados em que afluíssem imigrantes por conta da União e existissem núcleos colônias por ela auxiliados, haveria um preposto da diretoria geral junto às hospedarias, além de inspetores do serviço de povoamento.

Já em 1911, pelo Decreto 9081 de 3 de novembro, deu-se nova organização ao serviço de povoamento. Quanto à recepção, hospedagem, sustento e expedição de imigrantes, houve uma mudança no prazo de permanência nas hospedarias que recebiam auxílios por quota do governo federal, ampliando-se de seis para oito dias o tempo de hospedagem. Quanto à sua diretoria, estabeleceu-se que a 3ª seção seria responsável por questões ligadas às hospedarias, tais como: preparo da correspondência a ser expedida aos administradores, organização da estatística das hospedarias e tombamento dos imóveis pertencentes às mesmas. Em relação aos intérpretes auxiliares, competia-lhes não permitir o acesso de agentes de hospedarias particulares sem que ao imigrante fosse oferecido o favor de desembarque e hospedagem por conta do Governo Federal. Estabeleceu-se, também, que existiriam inspetorias do serviço de povoamento nos estados da República.

Após essa data, até 1915, não se fazem mais referências à recepção dos imigrantes na legislação do governo central, ainda que novos decretos tenham sido promulgados. Iotti (2010, p. 210) afirma que “o Decreto 10.105, de 5 de março de 1913, aprovou o novo regulamento de terras devolutas da União, que, modificado em julho do mesmo ano, foi suspenso em 1915, pelo Decreto 11.485, de 10 de fevereiro”.

Dessa forma, percebem-se as várias mudanças na legislação imigratória brasileira, alterando a de recepção e acomodação dos recém-chegados ao longo das décadas. Verifica-se que estas tarefas foram aperfeiçoadas e melhor geridas com o passar do tempo, tendo as hospedarias das últimas décadas do século XIX uma organização mais sistemática.

Diferente do que se poderia pensar até então, a permanência e a assistência dos imigrantes nas hospedarias teve um custo. Nesses locais, coube aos imigrantes arcar com as

despesas de hospedagem e alimentação até 1907, quando ficou disposto, na legislação, a gratuidade dos serviços. Até esta data, o governo apenas adiantava os custos, que precisaram ser reembolsados mais tarde.

No Rio Grande do Sul, as leis referentes à recepção e acomodação dos imigrantes também sofreram alterações, procurando adequar-se ao que era exigido pelo governo central. Tanto a organização das hospedarias, quanto os pagamentos pelos seus serviços, foram alterados constantemente pelo governo, de acordo com os interesses de quem estava no poder. Assim, cabe verificar tais leis, bem como conhecer as principais hospedarias de imigrantes do estado, a fim de compreender melhor o que foi realizado pelo governo local.

3.3 A RECEPÇÃO DOS RECÉM-CHEGADOS PELA LEGISLAÇÃO DO GOVERNO LOCAL

A partir de 1850, o governo do Rio Grande do Sul propôs leis que tinham como um dos objetivos a construção de edifícios apropriados para o recebimento e acomodação dos imigrantes que chegavam aos portos gaúchos. Importante fonte para conhecer o que foi realizado são os Relatórios dos Presidentes da Província, através dos quais se pode tomar conhecimento acerca das ações realizadas pelo governo e perceber as condições dos locais destinados ao alojamento de imigrantes, bem como o que se realizou a fim de melhorá-los. Segundo Iotti (2010, p. 149):

[...] quando se cruzam essas duas fontes – relatórios e legislação - pode-se perceber que, na prática, a política imigratória brasileira e gaúcha se mostrou, na maioria das vezes, confusa e contraditória. As leis eram modificadas, praticamente, todos os anos. Repartições, cargos e serviços eram criados e extintos com muita rapidez. Some-se a isso a falta de verbas e de funcionários habilitados a exercerem funções ligadas à medição e demarcação de terras e, em especial, ao trato com os imigrantes.

Igualmente, Roche (1969) afirma que a organização administrativa concernente à recepção, instalação e tutela dos colonos foi constantemente modificada. Tais mudanças afetaram a hospedagem dos imigrantes, que se caracterizou por uma menor ou maior organização ao longo dos tempos. Os recursos investidos também se modificavam, refletindo

em hospedarias mais bem estruturadas ou precárias. Portanto, compreender o caminho percorrido pelo Rio Grande do Sul na recepção dos imigrantes mostrou-se importante para entender o contexto em que a Hospedaria de Imigrantes do Cristal foi construída.

Pela legislação da segunda metade do século XIX, alusiva à recepção dos imigrantes, mencionou a Lei 304, datada de 30 de novembro de 1854, como deveria proceder a colonização na província. Esta determinou que as terras não mais fossem doadas, mas sim vendidas – à vista ou a crédito – e pagáveis em cinco anos, sem juros. Segundo Roche (1969, p. 102), esta lei “foi, até fins do século XIX, a verdadeira carta da colonização no Rio Grande do Sul”. A economia gerada pela venda das terras permitiu ao presidente da província fazer tudo o que fosse necessário para a acomodação dos colonos enquanto estes não se dirigissem aos lotes coloniais, sem que fossem obrigados a reembolsar o governo pelo serviço. No entanto, não constava, nesta lei, referência à construção ou ao estabelecimento de prédios específicos para essa função.

Somente em 1857 a Lei Orçamentária 367 de 4 de março autorizou o presidente da província a utilizar a quantia de 1,241:924\$256 réis para o estabelecimento, nas cidades de Rio Grande e Porto Alegre, de casas destinadas à hospedagem e à alimentação dos imigrantes até que estes não tivessem seu rumo decidido. (IOTTI, 2001)

Naquele ano, disse o vice-presidente da província, em seu relatório, que mandou estabelecer na capital e em Rio Grande, de acordo com a referida lei, casas apropriadas para receber os imigrantes, nas quais estes seriam acomodados, alimentados e teriam suas enfermidades tratadas. Em Porto Alegre, a função foi realizada na casa que servia de depósito provincial, após a realização dos reparos necessários; já em Rio Grande, alugou-se uma casa, em local próximo de onde desembarcavam os imigrantes, pela quantia de 70\$ réis. Ordenou-se, também, o estabelecimento de casas apropriadas em Rio Pardo para os imigrantes que por ali passavam e prosseguiam para a colônia de Santa Cruz. (RIO GRANDE DO SUL, 1857)

O estabelecimento de hospedarias, nos locais citados, cumpria uma função específica, explicada por Roche (1969). Em Rio Grande, pois era o local de desembarque; em Porto Alegre, onde deviam preencher diversas formalidades; e em Rio Pardo, de onde eram mandados para a maior parte das colônias fundadas entre 1848 e 1870.

Ainda neste mesmo ano, elaborou-se o regulamento sobre a recepção e o encaminhamento dos imigrantes para as colônias. Por este, foram nomeados para receber, acomodar e distribuir os imigrantes que chegavam à província, um Agente Intérprete e um

Agente Mordomo. O primeiro era o responsável pela recepção dos imigrantes e por sua condução até a casa destinada ao seu alojamento; o segundo era encarregado por receber os colonos na respectiva casa, acomodá-los e alimentá-los até que fossem levados para as colônias³.

Dispôs-se, da mesma forma, que nas hospedarias, além de acomodação, os imigrantes receberiam alimentação de acordo com a faixa etária; assim, colonos maiores de 12 anos receberiam ração inteira de alimentos, já os menores de 12 anos receberiam meia. Escolheu-se, ainda, o horário no qual os imigrantes deveriam se reunir para serem comunicados sobre seu local de destino, bem como outro em que as portas da hospedarias seriam fechadas, sendo estipulado às 9h e às 21h, respectivamente. Por sua vez, aquele imigrante que não quisesse se estabelecer em terras do governo só teria direito à acomodação e alimentação por conta deste, no dia do desembarque e nos dois seguintes, tendo que repor a importância dos alimentos. (IOTTI, 2001)

A Lei Orçamentária para o ano de 1858 apresentou alterações que atingiram a hospedagem dos imigrantes. Em um de seus artigos, estipulou-se que as passagens, o valor das comedorias, socorros e transportes até as respectivas colônias, além do preço das terras, seriam nominal e individualmente debitados a cada colono. O pagamento de tais auxílios deveria ser feito no prazo e nas condições colocadas pela Lei de 1854, referente à compra das terras, ou seja, dentro de cinco anos, sendo os casos de excessos acrescidos de 1% ao mês e ficando as terras hipotecadas até o completo pagamento, bem como tudo que lhe fosse adiantado. A partir de então, os imigrantes deviam carregar consigo um guia com informações pessoais e suas respectivas despesas durante a viagem. Este guia, entregue pelo Agente Intérprete de Rio Grande àqueles que se dirigiam para Porto Alegre, deveria ser levado para as colônias, já contendo os gastos realizados na capital. Assim, determinou-se que o serviço de recepção não era gratuito, devendo ser indenizado ao governo. (IOTTI, 2001)

Em 1859, o governo provincial organizou, pela Lei 428 de 8 de janeiro, uma Inspeção Geral de Colonização, regulamentada em 12 de janeiro de 1859, que teve como funções a direção e a inspeção das colônias. Estas tarefas eram realizadas pelo Inspetor Geral das colônias, escolhido pelo presidente da província. Segundo Iotti (2010, p. 213), “ficaram subordinados a ele, os agentes intérpretes, os diretores e vice-diretores das colônias, os

³ Alguns meses mais tarde, entretanto, um novo regulamento alterou o antigo suprimindo o cargo de Agente Mordomo, que passou a ter suas funções realizadas pelo Agente Intérprete.

agrimensores e demais funcionários ligados à colonização provincial.” Ademais, esteve entre suas funções a execução, ou a garantia desta, dos regulamentos e ordens relativos à recepção e transportes dos imigrantes, bem como o seu tratamento. Dessa forma, no final da década de 1850, o serviço de hospedagem dos imigrantes chegados ao Rio Grande do Sul estava organizado, visto possuir funcionários específicos e um órgão para fiscalizar o andamento das tarefas, ainda que não possuísse grandes hospedarias.

Na década de 1860, importantes ações foram tomadas quanto à hospedagem dos recém-chegados. Na Lei 578 de 12 de maio de 1864, colocou-se que, assim que findasse o contrato realizado com Steinmann & C^a., a presidência da província suprimiria toda a despesa que fazia com a colonização. Assim, em 1866, o presidente da província, Pereira Cunha, afirmou ter extinguido o lugar de Agente Intérprete na cidade do Rio Grande e ordenou a entrega das chaves do “armazém” que ali existia alugado para a recepção dos colonos, ou seja, a hospedaria de Rio Grande havia sido fechada. (RIO GRANDE DO SUL, 1866)

No entanto, o Inspetor Geral das colônias, Francisco Xavier Cunha, em seu relatório ao vice-presidente da província, comentou sobre a necessidade de existir auxílios para a imigração, pois era um erro esperar uma imigração espontânea sem a intervenção dos poderes públicos. Citou, como exemplo, os Estados Unidos, onde os imigrantes recebiam todas as acomodações e subsistência por preço fixo e diminuto, contando com agentes públicos que os dirigiam, além de hospitais que tratavam suas enfermidades. Da mesma forma, contavam com auxílios de sociedades de beneficência que contribuía com grandes recursos. (RIO GRANDE DO SUL, 1866)

O Inspetor ressaltou a grande importância do cargo de Agente Intérprete, colocando sua falta como prejudicial aos serviços de imigração. Por este motivo, ele foi, novamente, restabelecimento. O mesmo, por outro lado, não ocorreu com a hospedaria de Rio Grande. Segundo Francisco Xavier, era necessário que a Assembleia Provincial adotasse medidas fixas e regulares com o fim de prestar os socorros à imigração, caso contrário os colonos seriam deixados à própria sorte, mantendo-se exclusivamente com seus recursos. Por fim, ressaltou a extrema necessidade de tais providências, visto não acreditar plenamente na iniciativa particular quanto a este ponto. (RIO GRANDE DO SUL, 1866)

No ano seguinte, a Lei 603 de 10 de janeiro orçou e fixou as despesas para 1867, cujos gastos com a colonização ficaram reduzidas as gratificações de alguns funcionários e aos gastos com a recepção e acomodação dos colonos que espontaneamente viessem para a

província, ficando suprimido o lugar de Inspetor Geral. Neste mesmo ano, o presidente da província, na sua fala, afirmou ser benéfico a providência autorizada pela referida lei, na qual ficaram abonados os colonos recém-chegados dos auxílios de transporte, hospedagem e alimentação até as colônias de destino. Segundo ele, tal ação é praticada, igualmente, em todos os países que se utilizam dos benefícios da colonização.

Continuou, relatando que na cidade de Rio Grande providenciou-se um novo edifício, em boas condições de uso, para hospedar os recém-chegados; no entanto, o mesmo não acontecia com Porto Alegre, que vinha utilizando o “velho e estragado” quartel dos Guaranis, no qual haviam sido feitos alguns reparos indispensáveis a mando do presidente. Todavia, julgava este ser mais apropriada a construção de um edifício específico para esta finalidade, ainda que modesto, devido ao seu estado de ruína. (RIO GRANDE DO SUL, 1867a)

No ano seguinte, o relatório do então presidente da província referiu-se ao decreto emitido pelo governo imperial, de 19 de janeiro de 1867, que estabelecia a cada colônia um edifício para hospedar os imigrantes. Dizia o presidente que mandou construir, nas colônias de Nova Petrópolis e Santo Ângelo⁴, um “barracão” para hospedar os imigrantes com suas bagagens, e que os gastos com tal empreendimento deveriam correr por conta dos cofres gerais. Mais adiante, o presidente se referiu ao alojamento da capital; segundo ele, era notável que não existisse, até aquele momento, um edifício apropriado para receber os imigrantes chegados à província. Por este motivo, mandou estabelecer, “no terreno beira-rio em frente à praça da Harmonia”, um grande “barracão”, onde os imigrantes que chegassem à capital pudessem ser alojados (RIO GRANDE DO SUL, 1868a, p. 27). Dessa forma, Porto Alegre passava a ter uma nova hospedaria de imigrantes, sobre a qual se falará mais adiante.

Novas mudanças ocorreram na legislação imigratória em 1869 com a Lei 669 de 18 de agosto que relevou a dívida dos colonos devedores à Fazenda Provincial. Segundo esta, os gastos referentes a socorros, transportes, subsídios e acomodações foram relevados, ficando apenas o valor das terras a ser saldada. Entretanto, os colonos chegados depois desta data eram obrigados a realizar todos os pagamentos citados no prazo de cinco anos, contando da data de entrega do título do respectivo prazo colonial, em três prestações iguais: a primeira, apenas no fim do terceiro ano, e as demais no fim de cada um dos outros anos. (IOTTI, 2001) Em Rio Grande e Porto Alegre, o valor cobrado pela acomodação e pela alimentação foi de 440 réis diários, segundo o relatório do Agente Intérprete. Conforme este, a hospedagem em

⁴ Atual região de Agudo.

Rio Grande raramente passava de um dia; já na capital, não se costumava demorar mais que três. (RIO GRANDE DO SUL, 1870)

Com o aumento do fluxo imigratório ao passar do tempo, viu-se a necessidade cada vez maior de dotar a província com locais mais apropriados para acomodar os recém-chegados. Nos relatórios seguintes, percebe-se essa preocupação, não só com o estabelecimento de hospedarias, mas também com a manutenção das já existentes. Em 1872, o então presidente da província afirmou ter dado providências para estabelecer casas onde os imigrantes pudessem se hospedar durante o trajeto até as colônias. Lembrou, ainda, de mandar alugar uma casa no porto de Guimarães⁵, pelo preço de 12\$000 réis mensais. No relatório de seu sucessor, falou-se, novamente, da necessidade urgente de construir hospedarias na freguesia de S. João do Montenegro, e outro no Porto de Guimarães para abrigar os imigrantes que se dirigissem às colônias de Nova Petrópolis e Conde d'Eu, além de outro alojamento na colônia de Dom Feliciano. (RIO GRANDE DO SUL, 1873a)

No ano seguinte, o assunto foi relembrado quando o presidente mencionou a necessidade de construção de um prédio especial no Porto de Guimarães, visto que até o momento tinha alugado uma casa particular para atender aos imigrantes que, ali, necessitavam aguardar a continuação de sua viagem. (RIO GRANDE DO SUL, 1873b). A casa alugada pelo presidente anterior não era adequada o suficiente para acomodar os imigrantes, sendo necessária a construção de um espaço próprio para suprir essa demanda.

Nota-se que, ao longo das décadas que se seguem, este foi um problema recorrente enfrentado pelo Rio Grande do Sul. Nem sempre se dispôs de locais próprios para recepcionar os imigrantes, visto que a ação adotada era, quase sempre, alugar ou reformar casas e prédios para servir de alojamento.

Nos contratos realizados pelo governo com associações e empresas privadas, ressaltou-se, por partes das últimas, a necessidade de construir hospedarias. Assim foi em 1869, quando a Sociedade de Beneficência Alemã avisou da chegada à província de cerca de 600 imigrantes alemães e pediu que fossem tomadas providências acerca da hospedagem e da alimentação dos imigrantes na cidade de Rio Grande, pois estes haviam embarcado contando com tais auxílios. Para tanto, foi disponibilizado o quartel das trincheiras da cidade e uma das salas do novo edifício da Santa Casa de Misericórdia. (RIO GRANDE DO SUL, 1869)

⁵ Porto de Guimarães é, atualmente, o município de São Sebastião do Caí.

Da mesma forma, a empresa Caetano Pinto & Irmão e Holtzweissig & Cia., com a qual o governo provincial assinou, em 1871, um contrato para a introdução de 40 mil imigrantes, lembrou a necessidade de construir grandes “barracões”, tanto na Capital como em Rio Grande, localizados em locais apropriados, para alojar os imigrantes assim que desembarcassem, a fim de que não houvesse reclamações em relação aos serviços prestados, posto que isto prejudicaria a empresa (RIO GRANDE DO SUL, 1872). Portanto, mais uma vez, afirmava-se a necessidade de melhores estruturas destinadas à hospedagem dos imigrantes, que, como nos dois casos citados acima, chegavam em número elevado.

Por este último contrato, o governo foi responsável pela recepção dos colonos, hospedagem, alimentação e transporte da capital para as colônias, sem a necessidade de indenização, sendo os serviços disponíveis durante cinco dias, dentro dos quais os imigrantes deveriam procurar algum emprego ou ocupação. (IOTTI, 2001)

A partir de 1874, a província passou a se afastar dos assuntos ligados à imigração e à colonização, ao mesmo tempo em que o fluxo imigratório aumentava, sobretudo com a vinda dos italianos. Daí por diante, alterações foram realizadas na legislação rio-grandense, modificando a organização das hospedarias. Destaca-se, em 1877, a Lei 1110 de 14 de maio, que extinguiu, definitivamente, o cargo de Agente Intérprete em Rio Grande e em Porto Alegre. Suas funções, na capital, ficaram sob o cargo da diretoria da fazenda provincial e, em Rio Grande, da mesa de rendas da cidade (IOTTI, 2001). Já nas hospedarias, seu trabalho passou a ser realizado por funcionários nomeados pela Inspeção Geral de Terras e Colonização, criada em 1876.

As dificuldades em estabelecer hospedarias de imigrantes e manter as já existentes continuaram, levando o governo rio-grandense a fundar associações auxiliadoras de imigração que ficaram responsáveis por auxiliar as hospedarias. Em Porto Alegre, a associação instituída logo se interessou pela tarefa e obteve ajuda do Agente Oficial da Colonização, que disponibilizou para a capital alimentação, acondicionamento das bagagens e reembarque para as colônias; a própria associação, por sua conta, forneceu alguns artigos de alimentação para torná-la mais abundante. (RIO GRANDE DO SUL, 1882a). Em outro relatório do mesmo ano, José Leandro de Godoy e Vasconcellos, presidente da província, solicitou que essas associações fossem fundadas em outras colônias e que, por despesas próprias, estabelecessem hospedarias para abrigar os imigrantes recém-chegados. (RIO GRANDE DO SUL, 1882b) Em 1885, tal assunto foi reforçado.

Apesar das dificuldades com as hospedarias, em geral pela falta de verbas destinadas a essas construções, Roche (1969, p. 114) afirma que, durante esse período,

Os deputados provinciais, todas as vezes que o Governo solicita abertura de crédito, continuam a discussão não somente sobre o interesse, mas também sobre o princípio mesmo da colonização. A relação entre o total do orçamento provincial e o do capítulo “Colonização” revela em que desconsideração esta caíra. (...) A Assembléia Provincial já não consagra mesmo a centésima parte de suas disponibilidades à colonização. E ainda intervenções se elevam de novo contra o custo da colonização oficial e a mediocridade de sua produção.

Portanto, percebe-se a falta de interesse em investir nessas questões, o que refletia diretamente nos locais de hospedagem dos imigrantes, haja vista que a maior dificuldade apresentada era a falta de verbas, especialmente para as hospedarias de Rio Grande e da capital.

Durante a década de 1880, reclamou-se constantemente das condições estruturais e higiênicas da Hospedaria de Imigrantes da Praça da Harmonia, em Porto Alegre. Reformas na edificação já não se mostravam mais suficientes, sendo cobrada a construção de um novo edifício. Porém, foi somente em 1887, pela proposta do Inspetor Especial, que se tomou a decisão de alugar a casa número 59, localizada na Rua Sete de Setembro, para atender os imigrantes que aportavam em Porto Alegre. A antiga hospedaria da Praça da Harmonia foi, então, desativada (RIO GRANDE DO SUL, 1887c). Acreditava o presidente da província que o gasto com o aluguel da referida casa, orçado até aquele momento em 504\$000 réis – foi mais vantajoso do que a realização de reparos no antigo edifício, devido à superioridade das condições higiênicas da casa alugada. Após o estabelecimento da nova hospedaria, procedeu-se com a compra dos materiais de que a casa necessitava (RIO GRANDE DO SUL, 1888). A partir de então, Porto Alegre possuía uma nova hospedaria de imigrantes; porém, continuou carecendo de um prédio construído especialmente para essa função.

Francisco de Barros e Accioli de Vasconcelos, Inspetor Geral, apresentou seu relatório ao Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura e Obras Públicas em 1888, e teceu comentários sobre a nova hospedaria:

A hospedaria dos imigrantes estabelecida presentemente em um prédio espaçoso, próximo ao desembarque, com dois pavimentos perfeitamente ventilados, acha-se provida dos móveis e utensílios necessários para o

conveniente alojamento dos imigrantes que se mostram satisfeitos com o modo como são recebidos. (BRASIL, 1888, p. 35)

No mesmo ano, o presidente relatou que os imigrantes chegados à capital recebiam o devido tratamento na hospedaria; quase não havia reclamações, exceto daqueles que eram levados por seus compatriotas aqui estabelecidos e retornavam à hospedaria tarde da noite, perdendo os horários das refeições. Relatou, ainda, sobre a importância de ter um médico que atendesse os colonos no local, pois o tratamento até então realizado se dava através de visitas ao seu consultório; os casos mais graves eram levados a Santa Casa de Misericórdia. (RIO GRANDE DO SUL, 1888)

No entanto, um ano após, a hospedaria que funcionava na capital foi fechada e, a partir de então, passou a funcionar nas Charqueadas⁶. O motivo se deu pelo contato que os imigrantes tinham, em Porto Alegre, com indivíduos que os acabavam influenciando e retardando a ida para as colônias, ou mesmo desviando-os de suas rotas. Daí por diante, os imigrantes que chegavam a Porto Alegre eram imediatamente levados em pequenos vapores para aquele ponto, e, de lá, seguiam viagem até o seu destino final. (RIO GRANDE DO SUL, 1889)

Pelo prédio principal, armazém, galpões e ranchos que constituíam a hospedaria das Charqueadas, pagou-se o aluguel mensal de 210\$000 réis. Todavia, foram necessários reparos de alto custo. Alertou-se, também, para a importância de ter presentes ambulâncias e farmácias e farmacêuticos, tanto nas hospedarias como nas colônias, devido ao aparecimento de epidemias. (RIO GRANDE DO SUL, 1889)

Com a mudança do regime político, a legislação rio-grandense ganhou uma nova organização. Segundo Iotti (2010, p. 79):

O governo republicano estadual passou a considerar a região colonial como uma fonte de renda. A legitimação da posse da terra, assim como sua venda pelo estado e o imposto territorial [...] deveriam garantir fundos para o orçamento estadual. A cobrança da dívida colonial e a criação de comissões para verificação da posse de terras continuaram a ser os principais temas da legislação sobre imigração e colonização no período de 1890 a 1914, quando se encerrou a imigração oficial para o Rio Grande do Sul.

⁶ Conhecido como Porto do Jacuí. (NOGUEIRA; HUTTER, 1975)

Em função disto, de 1889 até 1912, não se encontram, nas Mensagens dos Governantes à Assembleia Legislativa, menções quanto à recepção dos imigrantes que chegavam ao estado. Apenas sabe-se da existência de hospedarias de imigrantes pelas referências feitas na legislação e por outras fontes, dentre as quais, os próprios documentos das hospedarias, como é o caso da Hospedaria de Imigrantes do Cristal.

Pela legislação, a partir de 1890, os colonos foram relevados de todas as dívidas que possuíam, exceto o valor das terras, ou seja, não era mais necessário indenizar o governo pelos gastos realizados com recepção e alimentação nas hospedarias. Quanto a estas, o governo tratou de estabelecer um novo local de hospedagem para os imigrantes na capital, entretanto, sua existência só é conhecida através de seus próprios documentos, por alguns relatos de imigrantes e de viajantes, pelas menções de alguns autores e pelas poucas referências em documentos oficiais.

Segundo Sérgio da Costa Franco (1998), esta hospedaria surgiu no ano de 1891, no atual Bairro Cristal, na área onde hoje se localiza o Hipódromo. Ary Sanhudo (1979) também faz referência a esta em seu livro dizendo que foi edificada pelo governo do estado. Por sua vez, os documentos desta hospedaria datam de 1891 em diante. Portanto, sabe-se que a partir da década de 1890, Porto Alegre contou com um novo ambiente para receber os recém-chegados.

Referências suas aparecem na legislação imigratória do estado apenas em 1895 e 1896, quando passaram a aparecer os vencimentos do pessoal empregado nela (IOTTI, 2001). Este último ano é marcado por uma nova organização do serviço de colonização, através do Ato 14 de 31 de janeiro, que procurou ampliar o controle sobre a posse e venda das terras com a criação de uma estrutura administrativa mais efetiva e eficiente, garantindo um maior rendimento para os cofres públicos. (IOTTI, 2010)

Sobre a recepção dos imigrantes, inúmeras alterações foram realizadas, como explicou Roche (1969, p. 123):

Concede-lhes a gratuidade da viagem até ao destino, da hospedagem e da alimentação até a sua acomodação no lote recebido, dos cuidados médicos e dos medicamentos, a concessão de adiantamentos em dinheiro para a construção da casa e a exploração das terras, assim como um emprego remunerado de quinze dias por mês. Mas essas vantagens foram suprimidas em 1890, restabelecidas em 1892, suspensas em 1893, restabelecidas em 1896, alteradas em 1898.

Contudo, após tantas mudanças, em 1899, pelo Decreto 247 de 19 de agosto, foi aprovado o novo regulamento para as colônias do estado que tratou, em um de seus capítulos, sobre a recepção e o estabelecimento dos imigrantes. Fixou que, na capital, o tempo de hospedagem não deveria exceder a 10 dias, e nos núcleos em que fossem transportados, os imigrantes receberiam hospedagem durante oito dias, salvo enfermidades ou força maior.

Mais adiante, na segunda parte do decreto, retomou-se a questão da recepção, frisando que a capital deveria possuir uma hospedaria para os imigrantes composta por: um administrador, que deveria manter a ordem e a higiene do local; dois fiscais, que se ocupariam da missão de recepcionar imigrantes e de outros trabalhos ordenados; dois serventes e um enfermeiro. Este pessoal seria subordinado à Diretoria de Obras Públicas⁷ e o número de empregados poderia aumentar ou diminuir segundo as necessidades do serviço (IOTTI, 2001). Mais uma vez, as hospedarias de imigrantes passaram a ter uma nova organização.

A data em que a Hospedaria de Imigrantes do Cristal deixou de funcionar é incerta. Entretanto, os vencimentos relativos a ela, encontrados em Iotti (2001), aparecem até o ano de 1904 pelo Decreto 769 de 30 de dezembro, que fixou a despesa para 1905. Porém, após esta data, não há mais menções quanto a ela, nem por seus documentos, nem por outros relatos, supondo que tenha deixado de funcionar nesse período.

Somente em 1912, na mensagem dirigida a Assembleia Legislativa, mencionou-se a aquisição, em dezembro de 1911, de um prédio – no valor de 65:000\$000 réis – para bem acomodar os imigrantes que chegavam a capital. Localizado na Rua Voluntários da Pátria, número 483, o edifício passou por várias modificações com o objetivo de melhorar as condições higiênicas e oferecer o máximo de conforto possível. (RIO GRANDE DO SUL, 1912)

Segundo a mensagem, ele possuía 210 leitos de lastro metálico, disposto em dormitórios ventilados, uma enfermaria, um grande tanque dissolutor para esgotos e um reservatório de alvenaria, com a capacidade de 500 litros para receber de um grande filtro a água destinada à alimentação.

⁷ Com a extinção da Inspetoria Geral de Terras e Colonização em 1895 e a transferência para os estados do serviço de imigração e colonização, criou-se, neste mesmo ano, no Rio Grande do Sul, a Diretoria de Terras e Colonização na Secretaria de Obras Públicas. (IOTTI, 2010)

Entretanto, em 1914, o Decreto 2098 de 13 de julho alterou o regulamento quanto à recepção e estabelecimento de imigrantes, suprimindo as vantagens concedidas por não considerar mais necessários tão altos gastos (IOTTI, 2001). A hospedaria da Voluntários da Pátria foi, então, desativada, sendo sua edificação utilizada para o estabelecimento de uma escola.

Figura 1. Hospedaria de Imigrantes da Rua Voluntários da Pátria - Porto Alegre, adquirida em 1911.



Fonte: Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul.

3.4 AS HOSPEDARIAS DE IMIGRANTES POR AQUELES QUE VIRAM E VIVERAM

Através dos relatórios dos presidentes da província e da legislação, pôde-se conhecer acerca das ações realizadas pelo governo quanto à recepção dos recém-chegados, e perceber as condições dos locais destinados ao alojamento de imigrantes, bem como o que se realizou a fim de melhorá-los. Contudo, outra fonte importante para este estudo são os depoimentos de imigrantes e de viajantes que percorreram estas hospedarias, visto que através deles existe a

oportunidade de compreender aspectos de sua história que não se encontram nas demais fontes.

Como define Cristóvão (2002, p. 35), a literatura de viagem não consiste apenas em registrar o deslocamento, mas também é “[...] a descrição da terra, fauna, flora, minerais, usos, costumes, crenças e formas de organização dos povos, comércio, organização militar, ciências e artes, bem como os seus enquadramentos antropológicos, históricos e sociais [...]”.

Portanto, estas descrições auxiliam na construção do conhecimento da história dessas hospedarias, seja em seus aspectos estruturais, em suas condições de acomodação, no tempo de permanência ou no seu cotidiano. Dessa forma, cruzando-se os dados encontrados nos relatórios dos presidentes da província e na legislação imigratória rio-grandense com os relatos dos viajantes e imigrantes, foi possível conhecer mais a fundo algumas das hospedarias mais importantes estabelecidas no Rio Grande do Sul, dentre as quais, destacam-se as de Rio Grande e Porto Alegre, especialmente a Hospedaria de Imigrantes da Praça da Harmonia, localizada na capital.

3.4.1 Hospedaria de Imigrantes em Rio Grande

Como primeiro ponto de desembarque dos imigrantes, a cidade de Rio Grande possuiu hospedarias para recepcionar aqueles que chegavam desde 1857, quando a Lei Orçamentária de 4 de março autorizou o presidente da província a utilizar a quantia de 1,241:924\$256 réis para o estabelecimento de casas destinadas à hospedagem e à alimentação dos imigrantes. Inicialmente, então, alugou-se uma casa, em local próximo de onde desembarcavam, pela quantia de 70\$ réis (RIO GRANDE DO SUL, 1857). Contudo, quando se suprimiu as despesas referentes à imigração e à colonização, em 1866, ordenou-se o fechamento desta casa, sendo seus utensílios vendidos em hasta pública, segundo Carlos Koseritz, agente intérprete da época. (RIO GRANDE DO SUL, 1867b)

Um ano mais tarde, em 1867, após o restabelecimento de alguns auxílios para os imigrantes, providenciou-se um novo espaço para hospedar aqueles que aportavam no Rio Grande do Sul. Koseritz comunicou que não se encontrou lugar algum por baixo preço e com condições de servir de alojamento, sendo o problema solucionado com a realização de um

contrato com Bussard Constant, proprietário de um terreno em Rio Grande, localizado na Rua do Canal.

Combinou-se que este proprietário seria responsável por construir um recinto com todos os cômodos necessários para acolher cerca de 200 pessoas. O governo, por sua vez, alugá-lo-ia pelo prazo de dois anos ao preço de 32\$000 réis. Aprovado o contrato pelo presidente, o agente intérprete foi empossado do edifício em 1º de maio daquele ano.

Após, solicitou-se a compra dos utensílios necessários, como camas, mesas, bancos, vasilhas, fogão, panelas, etc.. Segundo Koseritz, após a compra dos materiais, a casa estava habilitada para acomodar os recém-chegados. Foi providenciado também o fornecimento de víveres aos colonos, cujo valor consistia em 410 réis diários para pessoa adulta e 200 réis para os menores de 12 anos. Nas palavras do agente intérprete, o serviço de recepção em Rio Grande encontrava-se totalmente organizado e em nada deixava a desejar, evitando ao governo a crescida despesa que se fazia com a acomodação dos colonos em hospedarias da cidade. (RIO GRANDE DO SUL, 1867a). A partir de 1870, no relatório do agente intérprete daquele ano, ficou registrada uma alteração nos preços a serem pagos pela acomodação e pelos víveres. A partir de então, saíam pelo valor de 440 réis diários, sendo que a demora na hospedaria, segundo ele, raramente passava de um dia. (RIO GRANDE DO SUL, 1870)

Josef Umann, um imigrante alemão que chegou ao Brasil em 1877, dirigiu-se para o Rio Grande do Sul com esperança de encontrar melhores condições de vida e de trabalho. Ao chegar ao estado, passou pelas hospedarias de Rio Grande e Porto Alegre relatando sua estadia em ambos os lugares. Umann descreve, brevemente, sua passagem pela hospedaria de Rio Grande, contando que ali permaneceu apenas dois dias. Sabe-se, portanto, que o tempo de permanência neste ambiente não era longo, visto que apenas permaneciam ali para aguardar o embarque para Porto Alegre, local onde se deveria proceder com algumas formalidades.

Após esta data, não aparecem mais referências sobre as hospedarias de Rio Grande.

3.4.2 Hospedarias de Imigrantes em Porto Alegre

Assim como em Rio Grande, ficou estabelecido que Porto Alegre deveria possuir hospedarias de imigrantes desde 1857. Inicialmente, utilizou-se o chamado Quartel dos

Guaranis, que vinha servindo de depósito provincial, depois de realizados os reparos necessários para tal função. (RIO GRANDE DO SUL, 1857)

Com o corte de gastos realizado em 1866, a hospedaria de Porto Alegre também foi desativada e novamente disponibilizada quando se decidiu restabelecer os auxílios de recepção. Entretanto, a situação desse prédio era extremamente precária, sendo imprescindíveis reparos no edifício para que pudesse voltar a funcionar. (RIO GRANDE DO SUL, 1867b)

Segundo Kozeritz, por diversas vezes foram realizados reparos, mas o envio de tropas, pelo governo imperial, fazia com que ele voltasse a ficar estragado. Nesse sentido, acreditava ser mais vantajoso construir um novo edifício, “exclusivamente destinado para o alojamento de colonos” em algum dos terrenos devolutos existentes nas imediações da Praça da Harmonia⁸. Nas palavras do agente, o edifício de Rio Grande era digno do grau de civilização que o país atingiu, e, portanto, a capital precisava possuir um estabelecimento nesta mesma ordem. (RIO GRANDE DO SUL, 1867b, p.41)

O quartel encontrava-se em ruínas; sem mesas, bancos, camas, portas e janelas, uma reforma custaria o dobro ou o triplo de uma nova construção. Kozeritz, assim, relata a situação do local:

Tenho dó e pena de qualquer família de colonos, que tenha de passar alguns dias naquele desmantelado edifício, que nem sequer da chuva e do frio resguarda seus habitantes, não tendo sequer portas, porque as poucas que os soldados e prisioneiros de guerra deixaram, tem sido queimadas e destruídas pelos insubordinados colonos norte americanos⁹, que aí foram acomodados e que até as tarimbas velhas destruíram que ainda existiam de resto. (RIO GRANDE DO SUL, 1867b, p.41)

No ano seguinte, o então presidente da província referiu-se ao alojamento da capital, comentando que era notável a não existência, até aquele momento, de um edifício apropriado para receber os imigrantes chegados à província. Por este motivo, mandou estabelecer, “no terreno beira-rio em frente à praça da Harmonia”, um grande “barracão”, onde os imigrantes que chegassem à capital pudessem ser alojados. (RIO GRANDE DO SUL, 1868a, p. 27)

⁸ Atual Praça Brigadeiro Sampaio.

⁹ Os colonos norte-americanos referidos por Kozeritz eram soldados emigrados do sul, em consequência da Guerra de Secessão, também conhecidos como Confederados Norte-Americanos. Segundo Diégues Jr. (1964), há pouca bibliografia em português sobre estes imigrantes, bem como estudos sobre esses deslocamentos e sua influência no Brasil, porém sabe-se que os confederados espalharam-se por diversas partes do país.

Alguns meses após, Joaquim Vieira da Cunha, presidente da província, relatou que a construção aprovada por seu antecessor custaria não menos de 6:000\$000 réis, além de tomar grande parte da Praça da Harmonia; a construção teria como medidas 40 palmos de frente e 100 de fundos. Por este motivo, Vieira da Cunha determinou que fosse adquirido uma cocheira, com grande telheiro no fundo, localizada no canto da praça, pelo preço de 2:000\$000 réis, que fora oferecida pelo major João de Castro Canto e Mello. A cocheira media 21 palmos e o telheiro 31 de largura. Para tanto, mandou proceder com os consertos necessários. (RIO GRANDE DO SUL, 1868b)

Porto Alegre, então, possuía uma nova hospedaria de imigrantes. A Hospedaria da Praça da Harmonia teve longa duração e são muitos os relatos de imigrantes e de viajantes que tiveram a oportunidade conhecê-la.

Contudo, passados dez anos da sua aquisição, houve preocupação com a reforço de sua estrutura, quando em 12 de março de 1878, realizou-se o orçamento necessário para fazer os reparos de que carecia a prédio. O valor orçado ficou em 1:976\$680 réis, sendo o serviço executado pela repartição de obras públicas, que gastou a quantia de 1:708\$680 réis. No entanto, não se mencionou quais foram os reparos realizados (RIO GRANDE DO SUL, 1879).

São os viajantes e os imigrantes que ajudam a conhecer melhor sua estrutura e a entender os cuidados que se teve com a sua manutenção. Assim, descreveram-na como um velho casarão que tinha capacidade de alojar cerca de dois mil imigrantes (LORENZONI, 1975). Ainda que se tenha optado por uma edificação menor do que foi proposto, tem-se a imagem que a Hospedaria da Praça da Harmonia foi um prédio amplo, capaz de recepcionar um número cada vez maior de imigrantes.

Por outro lado, averigua-se que os cuidados com a manutenção do edifício foram insuficientes ao longo dos anos. Afirma Canstatt, viajante alemão que esteve algumas vezes visitando a área em 1871, que o seu lamentável estado se dava pelo fato de não haver grande preocupação por parte do governo em oferecer os reparos necessários, e que “a impressão geral que se traz desta hospedaria é como se entrasse no quarteirão pobre de qualquer cidade”. (CANSTATT, 2002, p. 397).

Em 1882, o então presidente da província mandou “caiar” o edifício e consertar o seu telhado, além de construir um barracão para guardar as bagagens dos imigrantes. Em seu relatório, comentou que esta obra e a latrina que mandou fazer já estavam prontas. (RIO

GRANDE DO SUL, 1882a). Porém, em 1886, afirmou-se que era da maior urgência a construção de um novo edifício para alojar os imigrantes, pois a hospedaria não se encontrava em condições próprias de higiene e não atendia a capacidade de imigrantes que nela precisavam se hospedar. (RIO GRANDE DO SUL, 1887a).

O viajante italiano Andrea Pozzobon, em 1885, descreve sua chegada da seguinte forma: “acomodamo-nos em galpões nas proximidades da Praça da Harmonia” (FILHO; FRANCO, 2004, p. 218). O termo “galpões” aponta para a hipótese de que o prédio da hospedaria, de fato, já estava com sua capacidade máxima atingida, sendo necessário instalar galpões na sua proximidade para acomodar os imigrantes que continuavam a chegar.

Em 1886, essa situação é comentada por Manoel Maria de Carvalho em seu relatório para o Ministro e Secretário de Estados dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas. Sobre o prédio, comenta:

Serve de hospedagem um antigo próprio provincial, mal construído, de acanhadas proporções, sem as necessárias dependências para a cozinha, depósito de bagagem e refeitório, sendo mal arejado e pequenos os dormitórios. Desde que haja mais de 100 imigrantes, faltam-lhes completamente acomodações, ficando nas ruas e praças adjacentes, espetáculo contestador e que muito nos compromete. (BRASIL, 1886, p. 12)

Com o passar dos anos, o aumento do fluxo de imigrantes passou a exigir melhorias no prédio. Entretanto, na situação em que se encontrava o local, mostrou-se mais conveniente a construção de um novo edifício, porém o governo rio-grandense não teve condições financeiras para tal empreendimento. Assim, meses depois, o presidente da província afirmou que continuava a servir de hospedaria o antigo prédio e ressaltou, mais uma vez, que este não tinha a capacidade e as condições higiênicas que necessitava. Enquanto a questão não se resolvia, o presidente da província providenciou alguns reparos urgentes no prédio. (RIO GRANDE DO SUL, 1887b)

Somente em 1887 foi alugada a casa localizada na Rua 7 de Setembro para atender os imigrantes que aportavam em Porto Alegre. Para o presidente da província, o gasto com o aluguel era mais vantajoso do que a realização dos reparos no antigo edifício. (RIO GRANDE DO SUL, 1888). A antiga Hospedaria de Imigrantes da Praça da Harmonia foi, então, desativada após dezenove anos do início do seu funcionamento (RIO GRANDE DO SUL, 1887c).

Outro ponto importante é o que se refere às condições de acomodação. Canstatt não só escreveu sobre a condição estrutural desta hospedaria, mas também sobre suas acomodações. Para ele, podia-se comparar com os “grandes navios de emigrantes, dividido em compartimentos quadrados de madeira onde colocam um número maior ou menor de pessoas”. (CANSTATT, 2002, p. 396). O que se nota, portanto, é que a estrutura interna consistia em uma grande construção em que havia repartições sem que houvesse, necessariamente, privacidade.

Todavia, Josef Umann relata que neste recinto encontrou teto e assistência, e que os imigrantes que haviam adoecido já estavam recuperados. Assistência, neste caso, ligava-se não só a receber alojamento, mas também cuidados médicos. As hospedarias de imigrantes deveriam ser dotadas de enfermarias para atender àqueles que chegavam com alguma enfermidade ou que viessem a adoecer. Ademais, era fornecida pelo governo a alimentação necessária para cada imigrante durante o tempo em que permanecesse hospedado, fato que é confirmado por Canstatt ao relatar que, durante suas visitas, presenciou os imigrantes preparando suas refeições com os víveres que o governo fornecia. Entretanto, como já mencionado anteriormente, esses auxílios não era gratuitos e deveriam ser pagos junto com o valor das terras.

A Hospedaria de Imigrantes da Praça da Harmonia, diferente da Hospedaria de Imigrantes do Cristal, não deixou documentos que permitissem compreender seu funcionamento e sua organização, mas as narrativas de viagem possibilitam a realização de algumas inferências a este respeito, ainda que não seja possível identificar rigorosamente todos os procedimentos adotados, já que não as descrevem na íntegra.

Nos primeiros dias após a chegada, recebia-se a visita da Alfândega e, após, os imigrantes eram levados ao Diretor Geral dos assuntos ligados à imigração e à colonização, que os orientava sobre os próximos passos. (UMANN, 1997). Josef Umann relata que foi o próprio hospedeiro quem os acompanhou até o Diretor Geral; esse, nomeado pelo governo, deveria ser o responsável pelas hospedarias.

Canstatt, por sua vez, fornece outras informações quanto aos funcionários e suas funções. Segundo ele:

[...] só de vez em quando se encontra um funcionário que ocupa o lugar de intérprete, nomeado pelo governo provincial, a quem está especialmente confiado o cuidado e proteção dos novos colonos. Pedidos, queixas e

reclamações que eles façam em alemão ou qualquer outra língua européia, ele encaminha para as autoridades competentes, sem que, porém seus esforços sejam sempre bem-sucedidos. (CANSTATT, 2002, p. 397).

Neste relato, observa-se que não havia, até aquele momento, um maior cuidado em relação à organização e ao funcionamento do local, visto que apenas em certas ocasiões se dispunha de um funcionário que, além de ter o dever de cuidar e proteger os imigrantes, servia como intérprete; ademais, somente nestes momentos havia a oportunidade de realização de pedidos, queixas e reclamações que nem sempre eram atendidas.

O relato de Canstatt é de 1871, seis anos antes do de Josef Umann, que mostrou existir um hospedeiro que os orientava. Isto se dá, como mencionado anteriormente, pelo fato de que apenas em 1876 criou-se a Inspetoria Geral de Terras e Colonização, cuja função, entre outras, era de organizar as hospedarias de imigrantes.

Na época da visita de Canstatt, esta organização ainda não existia, o que poderia explicar a ausência de funcionários adequados para cada função, enquanto que na estadia de Umann, a Inspetoria já fora criada, contando com o hospedeiro que, provavelmente, tratava-se do administrador nomeado pelo Inspetor Geral. Além disso, Canstatt, no decorrer do seu relato, afirma que não havia muita preocupação com aqueles que entravam e saíam da hospedaria, o que sugere a falta de guardas para controlar o fluxo, função que só passou a existir a partir de 1876.

Por outro lado, desde 1857 elaborou-se, pela província, um regulamento sobre a recepção e o encaminhamento dos imigrantes para as colônias. Por este, foram nomeados para receber, acomodar e distribuir os imigrantes que chegavam um Agente Intérprete e um Agente Mordomo – cargo extinto meses mais tarde, passando suas funções ao Agente Intérprete. Assim, ainda que houvesse apenas um funcionário para atender a todas as demandas exigidas para manter o funcionamento da hospedaria, o cargo de Agente Intérprete era previsto e regulamentado pelo governo.

De qualquer modo, após os procedimentos iniciais, os imigrantes deveriam aguardar as ordens das autoridades, partindo alguns dias após a chegada. Em 1870, relatou-se que o tempo de permanência no local raramente excedia três dias (RIO GRANDE DO SUL, 1870). Lorenzoni, imigrante italiano que passou pela hospedaria em 1878, e Andrea Pozzobon, relataram que ficaram cinco e oito dias, respectivamente (LORENZONI, 1975) (FILHO; FRANCO, 2004a). Daí conclui-se que houve atrasos na saída dos imigrantes ao longo dos

dezenove anos de seu funcionamento, especialmente por terem que cumprir com as formalidades do serviço e aguardar a decisão do seu destino.

Como último ponto de análise, tem-se o cotidiano. Da mesma forma que os procedimentos, não se pode relatar o que ocorria no local diariamente, mas apenas apontar alguns de seus aspectos, visualizando o que viveram os imigrantes durante o tempo em que ficaram hospedados. Canstatt foi o único viajante que descreveu aquilo que viu de forma mais completa e detalhada. Outros imigrantes que se hospedaram no estabelecimento não foram capazes de narrar com mais detalhes os momentos que vivenciaram na hospedaria.

Segundo ele, durante suas visitas, observou que as famílias que chegavam tiravam suas roupas “domingueiras” das malas e saíam para conhecer a cidade. Sabe-se que os imigrantes não precisavam estar presentes durante o decorrer do dia na hospedaria e que tinham liberdade para passearem pela cidade. Tal não ocorreu ao tempo das primeiras hospedarias que,

não deixaram de ser uma variação de lazaretos, hospitais marítimos especificamente destinados ao recebimento de passageiros e cargas que inspirassem cuidados por eventualmente conduzirem moléstias contagiosas, configurando estações de quarentena em virtude da suspeita. (SEGAWA, 1989, p. 24)

Enquanto alguns passeavam, outros cuidavam de preparar suas refeições em fogões que eram instalados provisoriamente nos pátios. Mesmo que fossem responsáveis por sua própria alimentação, os imigrantes recebiam os alimentos do governo. No relatório do Agente Intérprete de 1870, colocou-se que a valor pago pelas comedorias era de 440 réis diários, valor que deveria ser reembolsável mais tarde. (RIO GRANDE DO SUL, 1870)

Vale ressaltar, novamente, que na época de Canstatt ainda não havia organização dos serviços e funções das hospedarias. Portanto, o preparo da própria refeição poderia ser resultado da falta de cozinheiros contratados pelo governo. Ainda havia aqueles que, durante o dia, ocupavam-se em lavar as roupas usadas durante a viagem na margem “da lagoa”, pois até ali só dispuseram de água salgada. Novamente, supõe-se que não havia serviços encarregados de higienizar as roupas dos recém-chegados.

Dessa forma, percebe-se que até a criação da Inspeção Geral de Terras e Colonização, em 1876, a organização e as funções desta hospedaria eram precárias, pois se contava apenas com um funcionário – o Agente Intérprete – que possuía inúmeras funções. Após a sua criação, as hospedarias começaram a ter uma organização mais sistemática. É válido, agora,

entender como se deu a organização e o funcionamento da Hospedaria de Imigrantes do Cristal, criada a partir de 1890, quando a Inspetoria Geral passou por uma reorganização que atingiu a recepção dos recém-chegados.

4 HOSPEDARIA DE IMIGRANTES DO CRISTAL

O movimento imigratório do século XIX em direção às Américas, crescente especialmente nas suas décadas finais, exigiu medidas que objetivassem a organização, o auxílio e a assistência àqueles que aportavam em um novo país. Para tanto, a solução foi a construção de grandes e complexas estruturas de recepção para os recém-chegados.

Chamadas de “hospedarias de imigrantes”, essas estruturas foram inicialmente desenvolvidas nos Estados Unidos, país que recebeu um elevado número de imigrantes. Como consequência das longas viagens e da aglomeração de pessoas, inúmeras mortes foram registradas devido a epidemias e a baixa eficiência dos conhecimentos médicos sanitários da época. Nesse sentido, além de recepcionar inicialmente os que chegavam, as primeiras hospedarias foram variações de “lazaretos, hospitais marítimos especificamente destinados ao recebimento de passageiros e cargas que inspirassem cuidados por eventualmente conduzirem moléstias contagiosas, configurando estações de quarentena em virtude da suspeita” (SEGAWA, 1989, p. 24)

Nesse sentido, Segawa (1989, p. 24) afirma que:

[...] tentativas de criação de estabelecimentos de isolamento sanitário permitiram, ao longo do tempo, consolidar soluções arquitetônicas adequadas ao problema, simultaneamente ao desenvolvimento de um conhecimento de natureza profilática compatível com a frágil ordem sanitária no processo migratório.

Destacaram-se, naquele momento, a Hospedaria de Castle Garden, localizada em Nova York e criada em 1855, e posteriormente, a Hospedaria de Ellis Island, de 1892. (SEGAWA, 1989)

Outros países receptores de imigrantes também estabeleceram hospedarias de imigrantes, incluindo o Brasil. Nos diversos estados brasileiros em que foram criadas, elas serviram como ponto de assistência inicial e espaço de espera até a definição do rumo de cada imigrante, seja para as lavouras de café ou para a colonização, tornando-se essenciais para coordenar o fluxo imigratório. Segawa (1898, p. 24) assim as caracteriza:

Foram construções integradas organicamente à estrutura dos movimentos migratórios patrocinados inicialmente pelo império e conduzidos em seguida

pela República, vinculados ao contexto econômico vigente e que responderam a essa correlação não apenas como alojamentos de indivíduos em trânsito mas como verdadeiras instalações arquitetônicas especificamente organizadas como infra-estrutura de assistência médica e social, consignando-lhes um caráter parahospitalar em sua ação cotidiana.

Dentre as mais conhecidas destacam-se a Hospedaria da Ilha das Flores, no Rio de Janeiro, e a Hospedaria de Imigrantes do Brás, em São Paulo, cujos trabalhos iniciaram em 1883 e 1887, respectivamente.

O Rio Grande do Sul, por sua vez, implantou hospedarias ao longo de toda a segunda metade do século XIX. Entretanto, escassos estudos foram realizados sobre este tema e poucas informações são encontradas sobre estes locais. A Hospedaria de Imigrantes do Cristal é uma das poucas que podem ser estudadas através de seus próprios documentos. Tentou-se, por meio das fontes encontradas, conhecer sua estrutura, seu funcionamento e aspectos de seu cotidiano.

Como dito na Introdução, dentre as fontes consultadas, destacam-se os boletins diários, livros que controlavam o movimento da instituição através do registro de entradas, saídas, presenças e doentes na enfermaria. Contudo, tais livros datam apenas de julho de 1891 a junho de 1895, permitindo conhecer somente os anos de 1892, 1893 e 1894 em sua totalidade. De qualquer forma, tais registros servem para ilustrar a movimentação da hospedaria durante os anos de seu funcionamento e permitem levantar hipóteses sobre sua história.

Igualmente, as dietas da enfermaria, os mapas das rações pedidas e os ofícios do administrador para o delegado da Inspeção Geral de Terras e Colonização forneceram outras informações importantes sobre o local. Além destes, os relatos de viagem e algumas matérias publicadas no jornal “A Federação” possibilitaram novas inferências.

Conhecer a Hospedaria de Imigrantes do Cristal e sua história significa compreender, inicialmente, o momento em que foi criada e sua estrutura. Portanto, parte-se para a primeira categoria de análise.

4.1 UM NOVO LOCAL DE HOSPEDAGEM EM PORTO ALEGRE

4.1.1 Estrutura e condições de acomodação

Em 8 dezembro de 1890, através da solicitação do Presidente da Junta de Higiene Pública à Delegacia da Inspetoria Geral de Terras e Colonização, promoveu-se a mudança da hospedaria de imigrantes das Charqueadas para uma chácara no Cristal, devido ao mau estado dos seus alojamentos. Quase de imediato, a Hospedaria do Cristal passou a funcionar com barracões construídos provisoriamente (BRASIL, 1893). Assim confirma João Stawinski, imigrante polonês chegado em Porto Alegre no final do ano de 1890. Com 17 anos e acompanhado de seu pai, João lembra sua chegada:

Chegamos a Porto Alegre a 17 dezembro. Do cais do rio Guaíba até aos barracões do Cristal as mulheres e as crianças foram levadas em carroças. Os homens e os rapazes fizeram o trajeto a pé. Desfilamos em fila indiana sob os olhares de curiosos postados ao longo do caminho. (STAWINSKI, 1999, p. 86-87)

Percebe-se, então, que o novo cenário para alojar os imigrantes já funcionava no final de 1890. A chácara, adquirida pela quantia de 19:000\$000, tinha como medida 207.973m². Efetuada a compra, iniciaram-se os trabalhos para a construção dos alojamentos, do refeitório, da farmácia e das demais dependências necessárias para recepcionar os imigrantes e alojar os empregados, que deveriam permanecer ali constantemente.

A obra, orçada em 74:428\$366¹⁰ foi iniciada em janeiro de 1891, mas suspensa em novembro do mesmo ano pela falta de verbas. Inicialmente, disponibilizou-se a quantia de 10:752\$010 para a construção dos barracões provisórios e alojamentos, restando 58:281\$356 para as obras definitivas da hospedaria. Entretanto, segundo o ministro Antonio Francisco de Paula Souza, esta quantia já havia findado no início das obras. (BRASIL, 1893)

Nas suas palavras, já em 1893, a obra não fora concluída e tornava-se imprescindível o seu término, pois o “esqueleto” da construção poderia danificar-se com o passar o tempo. Segundo ele, a obra vinha recebendo aplausos daqueles que a visitavam pela boa disposição de seus compartimentos; ademais, o projeto da construção prometia ser um dos “primeiros deste gênero na América do Sul” (BRASIL, 1893, p. 96-97).

¹⁰ Desde valor, foram utilizadas a quantia de 3:700\$000 para construção de um alojamento em Rio Grande e 1:695\$000 para o cemitério da Tristeza.

Um ano antes, em janeiro de 1892, a situação dos galpões parecia alarmante. Manfroi (1975, p. 109) traz um trecho do jornal *L'Italiano* em que se comentou sobre as condições dos galpões e das obras da hospedaria. Na reportagem do dia 17 de janeiro do referido ano, afirmou-se que as obras continuavam paradas e os imigrantes ainda precisavam acomodar-se nos galpões, adjetivados de “imundos”.

Meses depois, entretanto, em visita do delegado da Inspeção Geral de Terras e Colonização, em agosto de 1892, para inspecionar as condições da hospedaria, mostrou-se que o local estava recebendo os cuidados necessários para melhor acomodar os imigrantes. Nas palavras do inspetor, o estabelecimento correspondeu as suas expectativas pela boa ordem, regularidade e limpeza que encontrou no ambiente. Além disso, ouviu dos próprios imigrantes elogios quanto ao tratamento recebido, restando apenas parabenizar o administrador e os demais empregados pelos serviços realizados na hospedaria. (A FEDERAÇÃO, 23/08/1892)

Melhorias podem ter sido realizadas após as acusações realizadas pelo jornal *L'Italiano*. Contudo, a situação nos barracões logo se mostrou precária novamente, haja vista o elevado número de imigrantes que chegavam ao estado nesse período. A aglomeração de pessoas gerou epidemias que levaram a óbito muitos imigrantes, reclamando-se a construção urgente de uma enfermaria. Diante do número elevado de mortes foi necessário construir um novo lugar para sepultar os imigrantes, adquirindo-se gratuitamente uma propriedade que deu lugar ao cemitério da Tristeza. (BRASIL, 1893)

Sobre as condições das acomodações, tem-se apenas o breve relato do imigrante polonês João Stawinski. Segundo ele, “nos barracões, o calor de verão e os mosquitos não nos permitiam descansar nem de dia nem de noite”. (STAWINSKI, 1999, p.86-87)

Sabe-se que, ao longo de seu funcionamento, obras de reforma foram realizadas a fim de melhorar os serviços disponibilizados pela instituição. Assim ocorreu em 1893, quando o administrador da hospedaria solicitou ao delegado da Inspeção Geral a construção de um novo galpão para servir de refeitório aos imigrantes, pois o antigo apresentava rachaduras. Antes que uma tragédia acontecesse, o administrador pediu a vinda de um pedreiro para realizar a obra (ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL, 1893-1898).

Diante dessas condições, o ministro solicitou um crédito de 150:000\$ para terminar as obras da Hospedaria do Cristal. Não se tem notícias sobre o término efetivo da construção, entretanto, alguns relatos de viajantes e de imigrantes permitem inferir que a obra foi

finalizada de acordo com o pretendido. Segundo ofício do Ministro da Agricultura, o edifício seria capaz de alojar 1.500 imigrantes. (A FEDERAÇÃO, 05/03/1892, p. 2)

Conforme o relato de Pietro Antonelli¹¹, que em dezembro de 1898 cumpriu missão de fiscalizar a condição de imigrantes italianos no Rio Grande do Sul, a Hospedaria de Imigrantes do Cristal foi um “imenso edifício”, grande suficiente para alojar cerca de 3.000 imigrantes. (FILHO; FRANCO, 2004b).

Já para Vittorio Buccelli, viajante italiano, que escreveu a obra “Un Viaggio a Rio Grande Del Sud”, feita sob encomenda para propagandear o Rio Grande do Sul na Exposição Internacional de Milão, em 1906, o edifício da hospedaria “era grandioso e dotado dos elementos necessários para oferecer hospitalidade a várias centenas de pessoas.” (BUCCELLI, 1906, p. 112).

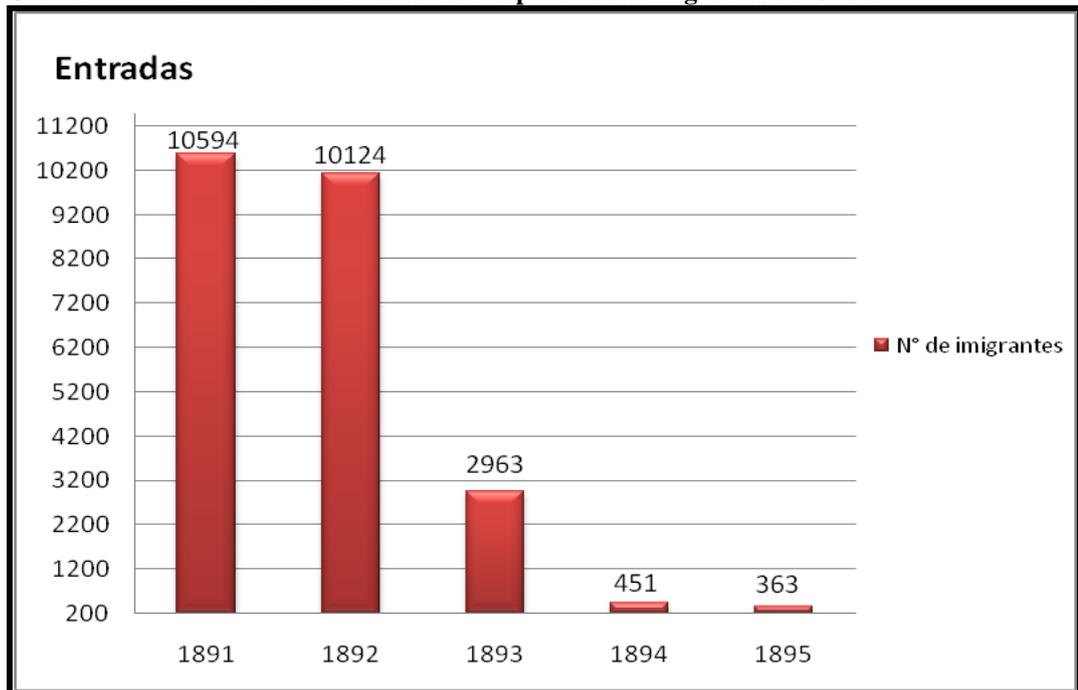
Por último, Fr. Westphal, imigrante alemão que desembarcou em Porto Alegre no final do século XIX, permanecendo por alguns dias, comentou que a hospedaria podia ser comparada a grande Hospedaria da Ilhas das Flores, no Rio de Janeiro (FILHO; FRANCO, 2004). Esta, com capacidade para 3.000 imigrantes. (FOLHETO, 2013)

Os relatos, assim, mostram que o prédio foi construído com grande capacidade de alojamento. O fluxo de entradas, saídas e permanências, entre 1891 a 1895, contidos nos boletins diários, comprovam o elevado número de imigrantes que circularam pela hospedaria, principalmente nos primeiros anos do seu funcionamento.

O gráfico abaixo demonstra o fluxo de entradas na hospedaria, nos anos citados:

¹¹ Conde e diplomata nascido em Roma; desempenhou a função de ministro de seu país na capital brasileira.

Gráfico 5 - Número total de entradas na Hospedaria de Imigrantes do Cristal



Fonte: a autora.

Os boletins diários encontrados datam somente de julho de 1891 em diante, não sendo possível conhecer o número real de imigrantes que transitaram pela hospedaria durante os primeiros anos de seu funcionamento. De qualquer forma, sabe-se que, em 1891 e 1892, a hospedaria não estava totalmente pronta, e que o elevado número de imigrantes nos barracões causou problemas, incluindo as epidemias já referidas. O mesmo ocorreu com o ano de 1895, cujas informações apresentam-se até o mês de junho.

Cabe ressaltar que tais dados não representam os números de imigrantes chegados ao Rio Grande do Sul, pois em muitas ocasiões os imigrantes registrados na casa das “entradas” vinham das colônias ou de Porto Alegre, por razões diversas. Sendo assim, esta quantificação representa apenas o fluxo de imigrantes que passaram pela hospedaria, independente de sua procedência. Quanto às nacionalidades, têm-se as seguintes informações¹²:

¹² As tabelas completas estão apresentadas nos apêndices.

Tabela 2 - Número de entradas na Hospedaria de Imigrantes do Cristal divididas por nacionalidades.

ENTRADAS	1891	1892	1893	1894	1895	TOTAL
Italianos	6555	8108	1610	224	204	16701
Alemães	1100	741	266	162	138	2407
Poloneses	1450	467	36	4	0	1957
Espanhóis	381	459	409	10	1	1260
Austríacos	169	158	575	30	0	932
Suecos	447	59	25	11	0	542
Franceses	61	47	22	8	0	138
Belgas	78	32	0	0	0	110
Portugueses	4	29	19	2	5	59
Ingleses	1	13	1	0	0	15
Russos	0	2	0	0	7	9
Holandeses	1	2	0	0	0	3
Brasileiros	1	0	0	0	0	1
Diversos	346	7	0	0	8	361

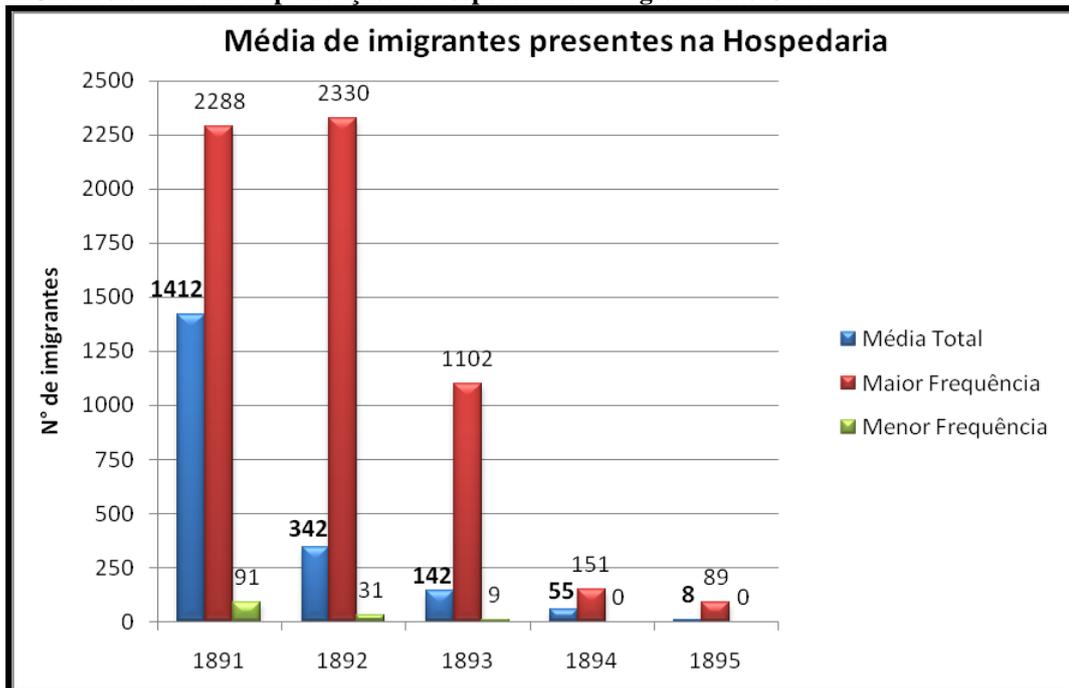
Fonte: a autora.

Nota-se que os italianos representaram o maior contingente de imigrantes que passaram pela Hospedaria do Cristal, seguidos por alemães, poloneses e espanhóis. Os quantificados como “diversos” não são especificados, mas principalmente em 1891, podem ter sido registrados imigrantes de alguma das nacionalidades referidas, pois os boletins eram preenchidos a mão e apresentam diversas mudanças na listagem das nacionalidades. Somente a partir de 1892, os registros ganham uma organização diferente, que será comentada mais adiante.

Comparando o fluxo de entradas na hospedaria com as chegadas ao estado, observam-se números aproximados, mas não iguais. Conforme Cenni (2003, p. 174), o total de imigrantes entrados no Rio Grande do Sul entre 1891 a 1895 foi, respectivamente: 20.739, 8.526, 2.795, 855 e 2.329. Observa-se que a passagem pela Hospedaria de Imigrantes do Cristal acompanhou a entrada de imigrantes no Rio Grande do Sul, incluindo os períodos de queda dos números, como em 1893 e 1894.

Apesar do elevado número registrado, as entradas não permitem identificar a real capacidade de alojamento da hospedaria. Diante da falta de informações sobre seu tamanho, um cálculo da média de imigrantes que estiveram presentes no período estudado mostrou-se uma importante fonte de informação. Nesse sentido, considerando as entradas e saídas por dia na hospedaria, chegou-se à seguinte média de presenças:

Gráfico 6 - Média de presenças na Hospedaria de Imigrantes do Cristal.



Fonte: a autora.

Novamente, as médias apresentadas foram calculadas a partir dos boletins diários. Em azul, observa-se a média de imigrantes durante o respectivo ano; em vermelho e em verde, o maior e o menor número de presenças em um dia registrado durante aquele mesmo ano.

Acompanhando o número de entradas, o ano de 1891 é marcado pela maior média de presenças na instituição. Já em 1892 a média decaiu, mas nota-se que a hospedaria chegou a alojar 2.330 imigrantes¹³, correspondendo ao maior número registrado durante os anos em que esteve ativa.

Este número levanta uma questão em relação a sua estrutura, visto que, segundo fontes oficiais do governo, a obra deveria ter capacidade para 1.500 imigrantes. Entretanto, nas palavras daqueles que conheceram suas edificações, a hospedaria tinha capacidade para cerca de 3.000 pessoas, comparando-a com a Hospedaria da Ilha das Flores, de mesma capacidade. No caso da primeira opção, haveria um problema de aglomeração de pessoas, colocando-se em dúvida as condições de acomodação do local.

De qualquer forma, pode-se inserir a Hospedaria de Imigrantes do Cristal no contexto das grandes hospedarias de imigrantes construídas no Brasil, ainda que seu período de funcionamento tenha sido consideravelmente menor do que as outras grandes hospedarias,

¹³ O registro de 2.330 imigrantes deu-se no mês de janeiro de 1892.

tais como a Hospedaria do Brás (SP) e da Ilha das Flores (RJ), com 91 e 83 anos de funcionamento, respectivamente. (PAIVA; MOURA, 2008) (FOLHETO, 2013)

Uma das possíveis causas de seu curto funcionamento está, justamente, na queda de presenças a partir de 1893¹⁴, quando chegou a não ter imigrantes utilizando suas dependências. Pela legislação, os vencimentos relativos à hospedaria aparecem fixados até 1905, não existindo mais menções quanto a ela após esta data. Supõe-se, portanto, que funcionou até este ano, mas apenas com parte de suas instalações disponíveis aos imigrantes. Segundo Franco (1998), em 1899, o 3º Batalhão de Infantaria da Brigada Militar, por enfrentar dificuldades de alojamento, usou algumas dependências da hospedaria para se acomodar.

Tal informação é partilhada pelos viajantes que percorreram a área nos tempos da sua existência, como Pietro Antonelli que, em 1898, afirmou que o local estava “provisoriamente ocupado por um batalhão da milícia federal, pois com o término da imigração subsidiada, o governo rio-grandense achou desnecessário manter aberto um edifício tão grande” (FILHO; FRANCO, 2004b, p.62). Da mesma forma, Vittorio Buccelli comenta que, assim que a corrente imigratória diminuiu, a “famosa hospedaria foi transformada num alojamento militar” (BUCCELLI, 1906, p. 112).

Portanto, as dificuldades enfrentadas pelo governo rio-grandense em manter os gastos com a imigração e a diminuição de chegadas ao estado, levou ao fim os serviços oferecidos pela Hospedaria de Imigrantes do Cristal, projetada para ser um exemplo desses estabelecimentos, tanto no Brasil quanto no restante da América. (BRASIL, 1893)

4.1.2 Procedimentos

4.1.2.1 Castle Garden

A Hospedaria de Imigrantes de Nova York, conhecida como Castle Garden, foi criada a partir de 1855 para recepcionar aqueles que chegavam aos Estados Unidos. Este país

¹⁴ Deve-se chamar atenção para a Revolução Federalista que iniciou neste ano, causando a paralisação da imigração e da colonização.

oferecia boas condições para a imigração devido a sua economia e fronteira. Entre os anos de 1821 a 1880 cerca de 9,5 milhões de pessoas chegaram ao país. (KLEIN, 1999)

O rápido desenvolvimento dos Estados Unidos através da imigração tornou-se exemplo a ser seguido pelo Brasil. Petrone (1982, p. 19) comenta que:

Basta folhear os livros publicados sobre a necessidade de colonizar o vasto território brasileiro e de atrair para essa finalidade imigrantes europeus, e ver-se-á páginas e mais páginas dedicadas ao exemplo americano, à sua política de imigração, à rápida expansão do povoamento e das áreas de pequena propriedade, do crescimento das cidades e do incremento de suas atividades artesanais e manufatureiras.

Diante do alto número de imigrantes que aportavam naquele país, providências para melhor recepcionar e organizar a população que chegava foram necessárias. Assim, na década de 1850, definiram-se as bases para a recepção dos imigrantes através da criação da Castle Garden. Seu objetivo era auxiliar os recém-chegados, fornecendo atendimento médico e informações sobre seu destino.

Como não poderia ser diferente, sua estrutura e sua organização serviram de exemplo para as construções realizadas no Brasil, assim como os procedimentos adotados para recepcionar os imigrantes. Portanto, cabe conhecer as origens das hospedarias de imigrantes a partir da estrutura montada em Nova York.

Inicialmente, antes de chegar a Castle Garden, os imigrantes eram deixados em quarentena na Staten Island, a fim de evitar qualquer propagação de doenças ao desembarcarem em Nova York. Após este período, os imigrantes eram levados em barcos a vapor para a Castle Garden, onde eram minuciosamente examinados, a fim de verificar se nenhum doente havia escapado do período de quarentena. Passado este momento, os imigrantes eram levados para realizar o seu registro e receber as informações sobre seu destino. A eles eram providenciados alimentos e acomodações durante o tempo que permaneciam hospedados. (SVEJDA, 1968)

A partir de 1860, o aumento da imigração exigiu mudanças na estrutura da Castle Garden e novos procedimentos foram adotados. Em 1867, doze departamentos foram responsáveis pela recepção dos imigrantes: o Departamento de Embarque; o Departamento de Desembarque; o Departamento de Registros; os Agentes Ferroviários; o Serviço de Entrega de Bagagens; os Corretores de Câmbio; o Departamento de Informações; o Departamento de

Correspondências; os Guardas; o Departamento de Encaminhamento; a Enfermaria; e o Departamento de Trabalho. (SVEJDA, 1968)

O departamento de embarque delegou a um oficial a responsabilidade de assistir os imigrantes desde a saída da quarentena até a hospedaria, controlando o número de passageiros e possíveis falecimentos, além do cuidado com a limpeza dos navios. Já no desembarque, os imigrantes e suas bagagens eram checados e novos exames realizados. Após, encaminhava-os ao “Rotunda”, um largo salão central no qual eram realizados os registros. Neste momento, procedia-se com a coleta do nome, da nacionalidade, do endereço da antiga residência e do local para onde desejavam ir. (SVEJDA, 1968)

Em seguida, os imigrantes eram direcionados para os agentes ferroviários, com os quais deveriam adquirir bilhetes para o seu destino. Já aqueles imigrantes que desejavam permanecer em Nova York ou arredores eram encaminhados para o serviço de entrega de bagagens. (SVEJDA, 1968)

Disponibilizou-se, ainda, o serviço de câmbio, no qual os imigrantes poderiam trocar ouro ou prata pela moeda corrente americana. No departamento de informações, os imigrantes eram comunicados sobre amigos que os tivessem esperando ou pertences que tivessem sido enviados pelo Departamento de Encaminhamento. Aqueles que desejassem se comunicar com parentes ou amigos poderiam solicitar assistência aos funcionários do departamento de correspondências. (SVEJDA, 1968)

Além disso, guardas eram colocados a disposição de imigrantes para evitar qualquer tipo de abuso, bem como médicos para tratar os doentes, inclusive visitando-os em residências na cidade de Nova York. Por fim, no departamento de trabalho, os imigrantes eram apresentados a possíveis empregadores, de acordo com seu sexo, referências, recomendações e tipo de trabalho pretendido. (SVEJDA, 1968)

A partir do conhecimento da Castle Garden, a pioneira das grandes hospedarias de imigrantes, percebe-se que, no Brasil, estas instituições seguiram modelo semelhante. Contudo, a grande maioria não se constituiu em estações de quarentena. Sobre esta característica Beatriz Kushnir (2008, p. 65) informa:

Delimitando a noção de *hospedaria* e localizando outras pelo país, é oportuno destacar que o termo também se refere aos centros para reclusão de enfermos. No caso daquela do Espírito Santo, há alusão, no ano de 1892, a imigrantes confinados no *lazareto* – uma construção para quarentena de

indivíduos vítimas de doenças infecciosas – da Grande Ilha, sendo essa no final do século 19 a única estação quarentenária no Brasil.

Embora se tenha notícia apenas de uma estação quarentenária, a Hospedaria da Ilha das Flores, no Rio de Janeiro, foi um bom exemplo do desejo de estabelecer locais de hospedagem semelhantes ao adotado nos Estados Unidos, visto que sua construção se desenvolveu em uma ilha, local adequado para controlar questões de higiene e saúde, assim como a Castle Garden, construída em uma ilha artificial. (SVEJDA, 1968)

No Brasil, as hospedarias assemelharam-se no que tange ao seu funcionamento, sua estrutura e sua organização, visto que eram controladas pelo mesmo órgão, a Inspetoria Geral de Terras e Colonização. Por este motivo, para conhecer os procedimentos adotados na Hospedaria de Imigrantes do Cristal, uma comparação com as principais hospedarias do Brasil – do Brás e da Ilha das Flores – faz-se necessária.

4.1.2.2 Rio de Janeiro – São Paulo – Porto Alegre

As fontes documentais utilizadas nesta pesquisa, ainda que possibilitem um conhecimento amplo sobre a organização da Hospedaria do Cristal, não permitem a reconstituição integral dos seus serviços. Em tempo análogo ao seu funcionamento, tinha-se, em São Paulo, a Hospedaria de Imigrantes do Brás, e no Rio de Janeiro, a Hospedaria de Imigrantes da Ilha das Flores. A organização e estrutura de ambas são conhecidas, o que permitiu a realização de comparações entre os dados encontrados sobre a Hospedaria de Imigrantes do Cristal e os dados fornecidos pelos estudos sobre as hospedarias citadas.

A própria história da Hospedaria do Cristal se assemelha a história da Hospedaria do Brás. Ambas foram projetadas em função das condições precárias das hospedarias então existentes, e tiveram de começar a funcionar antes do fim das obras. Conta Nogueira (1981, p. 29) que em 1885 o governo paulista foi autorizado a despender até 100:000\$000 na compra do terreno e na construção de uma nova hospedaria; em 1887, entretanto, a obra ainda não havia sido concluída. Um surto de varíola e crupe¹⁵ nos hóspedes da antiga Hospedaria no

¹⁵ Difteria, com formação de membranas na laringe.

Bom Retiro forçou a transferência da hospedagem para o prédio do Brás, em 5 de junho de 1887.

No Brás, os imigrantes passavam por um processo triplo, constituído pela recepção, triagem e encaminhamento. Inicialmente, deveriam responder à chamada, verificando dados como nome, idade, profissão, parentesco e constituição de família; analisava-se, ainda, se aqueles imigrantes estavam ou não em condições de serem aceitos para o trabalho. Após o registro na hospedaria, recebiam um cartão de rancho para as refeições, no qual constavam o seu nome, sua nacionalidade, o nome do vapor em que veio e o número de rações a que tinham direito (PAIVA; MOURA, 2008). Já no Rio de Janeiro, assim que desembarcavam, os imigrantes eram encaminhados para o Serviço de Recepção e Hospedagem, no qual preenchiam um protocolo de identificação. (FOLHETO, 2013)

Semelhantemente, ao chegar à Hospedaria do Cristal, os imigrantes tinham seus dados coletados e registrados em grandes livros; por estes, fazia-se o controle de todos aqueles que chegavam e que deixavam a hospedaria.

Conforme Gardolinski (1958, p. 92-93):

[...] Com exceção dos grupos, aliás, e pouco numerosos, que se radicavam em Pelotas e Rio Grande, todos os demais eram transportados a Porto Alegre. Aqui se realizavam as inspeções e formalidades aduaneiras, mormente, o preenchimento de documentos e passaportes. Tais providências se processavam, naquela época, no bairro do Cristal, situado fora dos limites da cidade, onde funcionava a “Hospedaria dos Imigrantes” mantida pelo Governo. Passaram por lá centenas e milhares de famílias provindas especialmente da Europa.

Dos documentos preservados têm-se os boletins diários, que controlavam todos aqueles que chegavam e deixavam a hospedaria, assim como quantificavam os imigrantes que já se faziam presentes e os que se encontravam na enfermaria. (ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL, 1891-1895). Entretanto, os dados presentes nesses boletins eram limitados, pois traziam apenas a faixa etária dos imigrantes, dividindo-os em maiores, menores ou infantes, além da sua nacionalidade. Informações como nome, sexo e profissão não eram coletados nestes livros.

Inicialmente, durante o ano de 1891 e metade de 1892, os boletins apresentaram-se como livros escritos à mão, em que as mudanças de nacionalidades eram constantes, não obedecendo a um padrão. Percebem-se, ainda, letras diferentes ao longo do preenchimento do

boletim, o que pressupõe que o processo foi realizado por diferentes pessoas no correr dos dias.

Figura 2 - Boletim diário de julho de 1891 a julho de 1892.

Hospedaria Geral de Imigrantes no Crystal												34 37																	
Registro dos												Boletim Diário		Observações															
Nacionalidades	Existiam				Entraram				Sahiram				Doentes																
													Internas		Externas														
	Homens	Mulheres	Infantes	Total	Mulheres	Menores	Infantes	Total	Total geral	Mulheres	Menores	Infantes	Total		Mulheres	Menores	Infantes	Total											
Outubro, 11 de 1891												1186	19	14	4	107	189	12	3	7	62	<i>Os imigrantes saldos seguintes para o mês 1891 foram: 13 homens, 1 mulher e 13 crianças; para a cozinha 9 mulheres e para sala 12 e 13 crianças.</i>							
Solacos	263	117	56	1116																									
Alemães	26	10	4	50					52	2																			
Austriacos	11	1		12					13	5	4																		
Polacos									8	1		4	2																
Franceses	8			8					21	11	1	13	26																
Portugueses	40	4	4	48					113	29	3	1	33																
Italianos	207	67	39	413					20																				
Gregos	21	1	3	25					32																				
Diversos	25	6	1	32					32																				
Total												1371	276	116	1763					1773	130	62	19	197	1894	12	3	7	62
Outubro, 5 de 1891												1195	52	3	7	62	<i>Os imigrantes mencionados acima saldos, juntamente com os seguintes.</i>												
Solacos	263	117	56	1116	12	1	13	1199	1			1																	
Alemães	26	10	4	50				50																					
Austriacos	11	1		12				12																					
Polacos								8																					
Franceses	8			8				21																					
Portugueses	40	4	4	48				113				1	1																
Italianos	207	67	39	413				113																					
Gregos	21	1	3	25				20																					
Diversos	25	6	1	32				32																					
Total												1381	276	116	1763	12	1	13	1786	1	1	1	3	6	1780	52	3	7	62
Outubro, 16 de 1891												1199	4	2	7	62	<i>Os imigrantes saldos seguintes para o mês de outubro 6 pessoas para sala 12 para a cozinha e 13 crianças e 13 crianças e 13 crianças no hospital.</i>												
Solacos	263	117	56	1116																									
Alemães	26	10	4	50				50	2																				
Austriacos	11	1		12				12																					
Polacos								8																					
Franceses	8			8				21																					
Portugueses	40	4	4	48				113				3	3																
Italianos	207	67	39	413				113																					
Gregos	21	1	3	25				20																					
Diversos	25	6	1	32				32																					
Total												1403	277	116	1766				1786	4	2	1	12	1774	52	3	7	62	

Fonte: Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul.

Somente a partir de meados de julho de 1892, os registros passaram a ser realizados em livros impressos e padronizados, embora continuassem a apresentar apenas informações básicas sobre os imigrantes. Possivelmente, a alteração esteja ligada a uma exigência da Delegacia da Inspeção Geral de Terras e Colonização, órgão criado em julho de 1892 para controlar, entre outros, as hospedarias em cada estado.

Figura 3 - Boletim diário a partir de julho de 1892.

HOSPEDARIA DE IMMIGRANTES																						
Boletim do Dia 22 de Agosto de 1892.																						
Nacionalidades	Existiam				Entraram				Grande total	Sahiram				Existem	Doentes				Observações			
	Maires	Menores	Infantes	Total	Maires	Menores	Infantes	Total		Maires	Menores	Infantes	Total		Maires	Menores	Infantes	Total				
Brasileiros . . .																						
Allemaes . . .	3			3	6	3	1	10	13	1			1	12	1							
Austriacos . . .	5	3		8					8					8	1							
Belgas . . .	1			1					1					1	1							
Francezes . . .	3	1		4	2	1		3	7	2	1		3	4								
Hespanhoes . . .																						
Inglezes . . .																						
Italianos . . .	49	28	4	81	6	6	1	13	94				94	4	4	1	12					
Polacos . . .	20	3	1	26	2	1		3	29				29	2	2	1	5					
Portuguezes . . .																						
Suecos . . .																						
Diversos . . .																						
Somma	81	37	5	123	16	11	2	29	152	3	1		4	148	12	6	2	20				

Hospedaria de Immigrantes, no Crystal, 23 de Agosto de 1892.

O Administrador,
Antonio de Costa Estevão

Fonte: Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul.

Todavia, sabe-se da existência de outros registros responsáveis pelo controle de chegada e saída dos imigrantes, ainda que não tenham sido preservados. É o caso do livro de óbitos, livro de bagagens e o livro com os dados pessoais dos recém-chegados, em que constavam seus nomes. Sua existência é conhecida pela menção nos ofícios enviados pelo administrador da hospedaria ao delegado da Inspeção Geral de Terras e Colonização, mediante solicitação de informações sobre imigrantes e seus pertencentes. Após a checagem nesses documentos, era enviada a resposta ao delegado. Portanto, no momento da chegada dos imigrantes no Cristal, o registro dos dados pessoais de cada um foi mais criterioso do que apenas as informações que constam nos boletins diários. (ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL, 1895-1896)

Outros pontos análogos podem ainda ser citados. Em São Paulo, após os registros iniciais, procediam-se com os serviços de alimentação, alojamento e controle médico-sanitário (PAIVA; MOURA, 2008). Quanto à primeira, sabe-se que os alimentos oferecidos pelas hospedarias eram fornecidos por particulares através de concorrência pública. Segundo Nogueira (1981), quem vencesse comprometia-se a fornecer duas refeições principais, uma às

11h e outra às 16h, além do café pela manhã e à noite. Além disso, o fornecedor deveria manter por sua conta os cozinheiros e os serventes para a distribuição das refeições e vasilhames, incluindo no contrato o dever de preparar as dietas da enfermaria em cozinha e em pratos especiais.

No Cristal, o mesmo acontecia. Editais para a proposta de fornecimento das dietas foram abertos desde o primeiro ano de funcionamento da hospedaria, como ocorreu em 12 de janeiro de 1891, quando foi publicada no jornal “A Federação” a chamada para a apresentação das propostas. Segue o anúncio:

[...] se faz público, que tendo sido chamados concorrentes ao fornecimento de dietas à enfermaria de imigrantes, e que não tendo sido aceita a única proposta apresentada por José Antonio dos Passos Junior, por serem os preços exagerados, de novo convida-se os que pretenderem esse fornecimento a apresentarem suas propostas em cartas fechadas até o dia 20 do corrente, a 1 hora da tarde, para o fornecimento de dietas a enfermaria da hospedaria no Cristal [...]. (A FEDERAÇÃO, 12/01/1891, p. 30)

Ainda segundo o anúncio, os alimentos deveriam ser de primeira qualidade, sendo compostos pela seguinte listagem: açúcar, branco e refinado; chá, preto e hyson; erva mate; leite; carne, de gado e carneiro; frangos; arroz; batatas; pão de 125 gramas; ovos; manteiga; marmelada; goiabada; cevadinha; macarrão; aletria; marmelos secos; araruta; maisena; ameixas e café moído. (A FEDERAÇÃO, 12/01/1891, p. 30)

Entretanto, houve momentos em que a alimentação teve que ser mantida pela própria Delegacia da Inspeção Geral de Terras e Colonização, conforme ficou notificado nos pedidos das rações, possivelmente pela falta de fornecedores naquele momento. (ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL, 1892 - 1895)

Em São Paulo, a alimentação era dividida em rações, que poderiam ser: inteiras, para os imigrantes maiores de 14 anos; meias, para os imigrantes de 3 a 14 anos; e quartas, para os imigrantes menores de 3 anos. Já nas enfermarias, em vista da dieta especial, os pedidos eram realizados pelo médico (NOGUEIRA, 1981). No Cristal, a alimentação também era dividida em rações inteiras, meias e quartas e os doentes possuíam dietas diferenciadas do restante dos imigrantes (ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL, 1892-1895). Da mesma forma, nos vencimentos dos funcionários da Hospedaria do Cristal não aparecem os cozinheiros, concluindo-se que o preparo dos alimentos era feito por cozinheiros mantidos pelos fornecedores.

Paiva e Moura (2008) afirmam que os serviços de alimentação eram intercalados com os de alojamento, controle médico-sanitário, registros e direcionamento ao trabalho. Nesse sentido, após a chegada procedia-se com as tarefas de higienização, como banho, desinfecção e troca de roupas, além da avaliação da saúde do imigrante pelo serviço médico.

Conforme os autores, a Hospedaria do Brás possuía uma “Seção de Banhos”, constituída por 31 banheiros e estufa para realizar a desinfecção de roupas. Estes banheiros possuíam três compartimentos, assim descritos:

[...] um para o imigrante despir-se, outro para tomar banho, e o último para vestir-se com a roupa deixada no primeiro compartimento e desinfetada na estufa (autoclave) e colocada no terceiro compartimento. O imigrante retirava-se por um corredor independente, não entrando em contato com os que ainda não tivessem passado pelo banho e pela desinfecção de roupas. (PAIVA; MOURA, 2008, p. 33)

Após estes procedimentos, os recém-chegados eram vacinados.

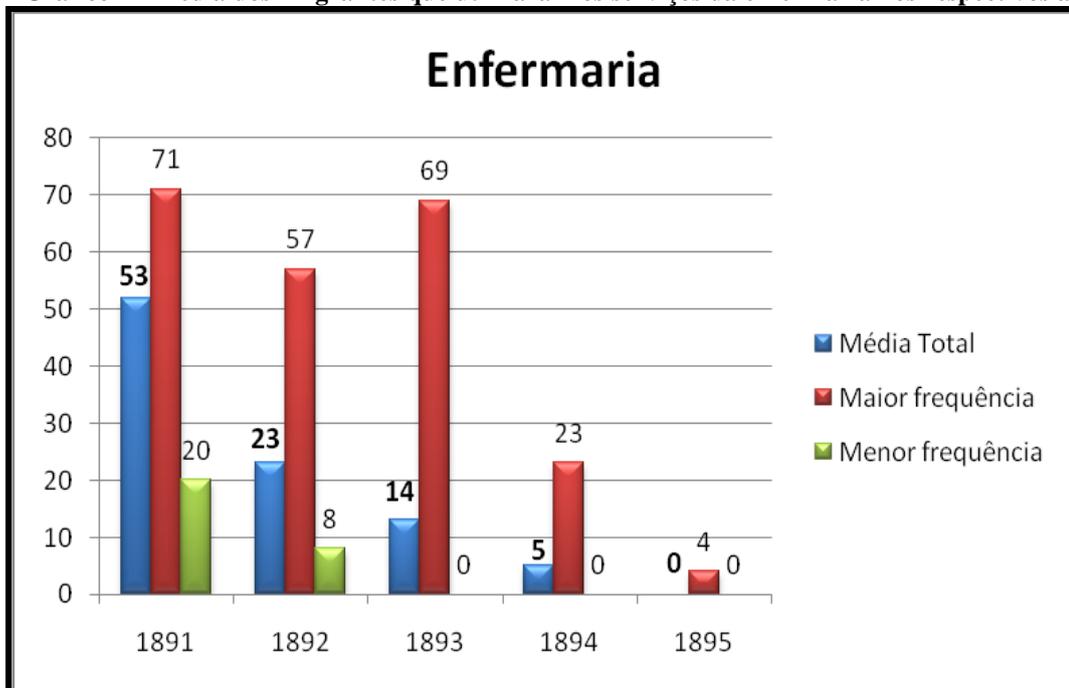
Os alojamentos eram providos de camas de ferro, colchões, travesseiros, cobertores, sanitários, lavatórios e água potável, sendo fechados durante o dia para realização da limpeza; permaneciam nos dormitórios apenas os imigrantes que necessitavam de repouso (NOGUEIRA, 1981). No Rio de Janeiro, após o registro, os imigrantes eram encaminhados para o Pavilhão Sanitário para a realização de exames médicos. Terminada esta fase, eram levados aos alojamentos, que se dividiam para homens e mulheres, sendo o último também para as crianças. (FOLHETO, 2013)

Todos esses cuidados visavam evitar a proliferação de doenças contagiosas comuns na época, tais como varíola, tuberculose, cólera, entre outras. No entanto, muitos imigrantes adoeciam ou já chegavam doentes às hospedarias. Por este motivo, existiam enfermarias e farmácias para atender os enfermos.

No Brás, contava-se com um médico, um enfermeiro e uma parteira; o médico tinha como atribuições assistir a chegada dos imigrantes e realizar as visitas diárias ao alojamento; o enfermeiro cuidava da enfermaria, requisitava a presença do médico, e organizava o “Boletim de movimento da enfermaria”; a parteira, por sua vez, além de realizar os possíveis partos, servia como enfermeira das mulheres (PAIVA; MOURA, 2008). Na Ilha das Flores, contava-se com o Pavilhão Sanitário, onde se localizava a farmácia, e o Pavilhão Clínico, composto pelo hospital, pela maternidade e por duas enfermarias. (FOLHETO, 2013)

Não se tem referências quanto aos procedimentos de higienização e controle médico na Hospedaria do Cristal, mas assim como no Brás e na Ilha das Flores, ela contou com uma enfermaria e uma farmácia, bem como profissionais da saúde. Inicialmente a hospedaria possuía um médico, um farmacêutico e um enfermeiro, mas nos anos finais de seu funcionamento passou a constar nos vencimentos dos funcionários apenas um enfermeiro (IOTTI, 2001). De qualquer modo, durante toda a sua existência, a enfermaria esteve em atividade. O quadro abaixo aponta para a média de imigrantes que necessitaram dos seus serviços:

Gráfico 7 - Média dos imigrantes que utilizaram os serviços da enfermaria nos respectivos anos.



Fonte: a autora.

Novamente, cabe alertar que os registros datam de julho de 1891 até junho de 1895. Correspondendo ao maior fluxo de imigrantes nos primeiros anos de funcionamento, a enfermaria tratou uma média de 53 pessoas em 1891, atingindo 71 enfermos em um só dia. Certamente, a média foi maior neste primeiro ano, visto que os registros estão incompletos. Por conseguinte, com a diminuição de imigrantes entrados na hospedaria, o número daqueles que necessitaram de seus serviços também diminuiu, chegando a não ter doentes nos meses de 1895. Portanto, através dessas informações, é possível inferir que um número significativo de imigrantes adoecia, necessitando de cuidados especiais.

Como já mencionado, a enfermaria contava com dieta especial, e tal como elas eram adquiridas, fazia-se a aquisição dos medicamentos. Assim consta no jornal “A Federação”, de dezembro de 1891, quando a Delegacia da Inspeção Geral de Terras e Colonização dá abertura para as propostas de fornecimento de drogas para a farmácia da enfermaria (A FEDERAÇÃO, 12/1891). Segundo a publicação, “[...] a lista de medicamentos e drogas a fornecer-se acham-se a disposição dos proponentes nesta repartição, onde podem ser examinados em todos os dias úteis, das 10 horas da manhã as 4 horas da tarde”. (A FEDERAÇÃO, 12/1891, p. 3)

Findado todos esses procedimentos iniciais, os imigrantes deveriam aguardar até que o trajeto final fosse definido. No Brás, os imigrantes tinham direito ao alojamento e a alimentação por cerca de uma semana, salvo em casos de problemas médicos-sanitários. No Cristal, o tempo de permanência não é esclarecido, mas segundo Decreto de 1899, a hospedagem era assegurada pelo estado por, no máximo, dez dias. Dessa forma, entende-se que o tempo de permanência na Hospedaria do Cristal tenha variado de uma a duas semanas. Vale lembrar que desde 1890, os colonos foram relevados de todas as dívidas que possuíam, exceto o valor das terras, ou seja, não era necessário indenizar o governo rio-grandense pelos gastos realizados com recepção e alimentação nas hospedarias, sendo os auxílios gratuitos.

Ainda durante o tempo de hospedagem os imigrantes deveriam deixar suas bagagens sob os cuidados de guardas. Segundo Paiva e Moura (2008, p. 38):

Entendia-se por bagagem de imigrantes que chegavam aos portos do Brasil: roupa usada, instrumentos e artigos de serviço e uso diário ou da profissão; baús, malas e sacos de viagem usados; jóias reconhecidas como sendo de uso. Havia utensílios especialmente considerados como ‘bagagem do colono que viesse a se estabelecer no país’, tais como: barras, catres e camas, louça comum e usada; instrumentos oratórios ou de sua profissão e uma espingarda de caça para cada adulto.

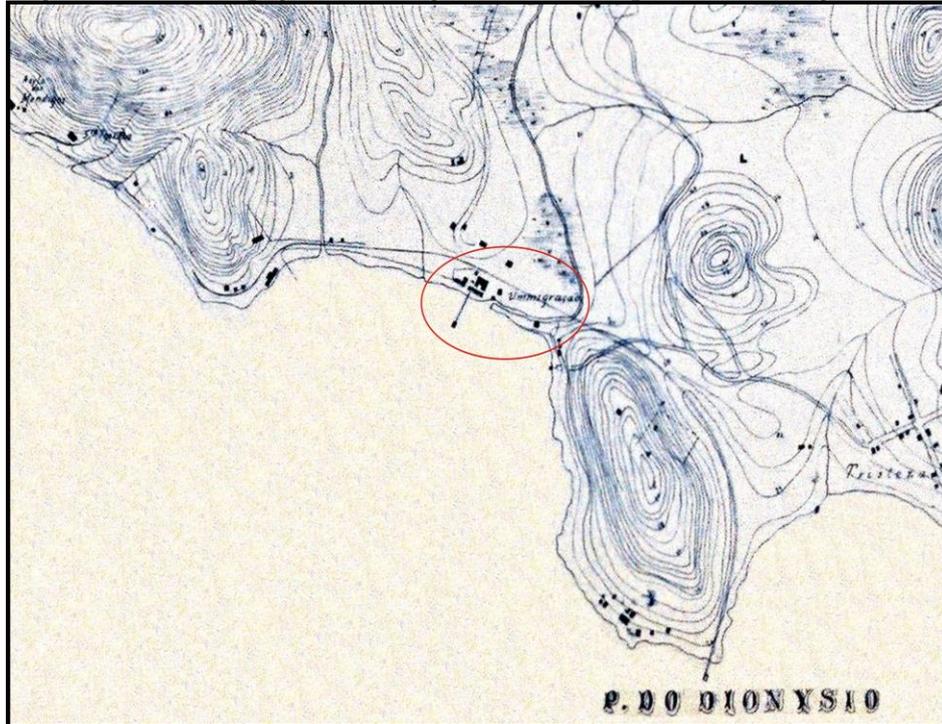
No Brás, assim como as roupas, as bagagens passavam por um processo demorado de desinfecção. No Cristal, não há informações quanto a esse ponto.

A dificuldade de acesso a Hospedaria do Cristal, devido à baixa altura das águas no local, exigiu a construção de um trapiche para o embarque e desembarque dos imigrantes e suas bagagens. Medindo 183 metros de comprimento e 4,5 de largura, o trapiche ainda contou com a construção de um pequeno galpão de madeira para o depósito das bagagens em caso de

chuvas fortes, já que estas impediam o transporte das mesmas para o armazém destinado a depositá-las.

O comprimento do trapiche, por sua vez, tornou difícil o transporte das mesmas, exigindo a construção de trilhos para uma vagonete a fim de facilitar o trabalho. Na imagem abaixo é possível visualizar a localização do trapiche e da Hospedaria do Cristal:

Figura 4 - Planta Topográfica e Orográfica do Município de Porto Alegre – 1896.



Fonte: Acervo Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul

Figura 5 - Mapa de Porto Alegre. Bairro Cristal atualmente com a localização da antiga Hospedaria.



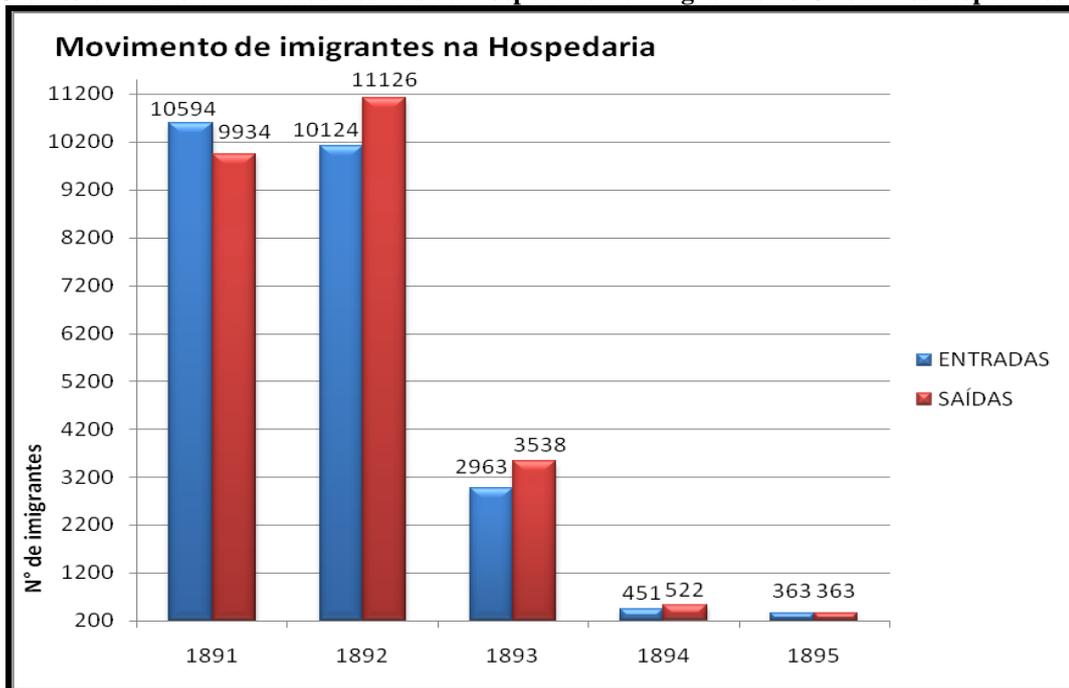
Fonte: Google Earth.

Realizadas as formalidades e definidos os caminhos finais, os imigrantes deixavam a hospedaria. Do modo como se fazia o controle de chegada, fazia-se o de saída. Após alguns dias, os imigrantes rumavam para as colônias que lhes foram destinadas. Para tanto, o transporte era realizado por particulares, novamente convocados através de concorrência pública (NOGUEIRA, 1981).

No Cristal, notou-se que as saídas não foram diárias; houve dias de intenso fluxo de movimentação e outros com nenhum. Dentre os principais destinos estavam: Alfredo Chaves, Conde d'Eu, Caxias, Antônio Prado, Jaguari, Mariana Pimentel, Lajeado, Cachoeira, São Sebastião, São João do Montenegro, Santo Ângelo (Agudo), Santa Cruz, Monte Alverne, Ijuí, Dom Feliciano, Santa Maria e Porto Alegre.

Nem sempre os trajetos foram especificados nos boletins, tão pouco se fez a distinção por destino e nacionalidade. Dessa forma, têm-se apenas informações genéricas quanto à saída dos imigrantes. De qualquer modo, observa-se a movimentação a partir do gráfico abaixo:

Gráfico 8 - Fluxo de entradas e saídas da Hospedaria de Imigrantes do Cristal nos respectivos anos.



Fonte: a autora.

Comparando o número de entradas e saídas, é possível perceber a origem das médias de presenças demonstradas no segundo gráfico deste capítulo. Em 1891, o número de saídas foi menor que o número de entradas, elevando assim o índice de presenças no recinto. Por conseguinte, em 1892 estes valores são invertidos, passando a ser maior o número de saídas; a média de presenças neste período, por sua vez, decaiu consideravelmente em comparação com o ano anterior, seguindo assim até 1895. Neste último ano, as entradas e as saídas se igualam, não se registrando nenhum imigrante presente na hospedaria. Daí por diante, os registros cessam nos boletins diários, o que não significa que a hospedaria tenha deixado de receber imigrantes.

Em todos os boletins diários e demais documentos da hospedaria havia a assinatura do administrador, que poderia mudar de tempos em tempos. Este, de acordo com o que já foi dito no capítulo anterior, era nomeado pelo Inspetor Geral, após a indicação do delegado da Inspetoria Geral de Terras e Colonização. Além do administrador, a hospedaria contou com médicos, enfermeiros, farmacêuticos, intérpretes, escrivães, guardas, serventes e fiscais. Entretanto, o quadro de funcionários mudou com o passar do tempo; o cargo de escrivão, por exemplo, foi extinto em 1895, quando coube ao administrador encarregar-se de tal tarefa; já nos vencimentos dos funcionários, a partir de 1898, não constam os cargos de médico,

farmacêutico, intérpretes e guardas (IOTTI, 2001). Possivelmente pela diminuição dos imigrantes que necessitavam dos seus serviços, esses cargos foram suprimidos.

Entender a organização da hospedaria é fundamental para conhecer e compreender a sua história. Esta exposição possibilitou uma visão geral sobre o seu funcionamento e os procedimentos adotados, tanto no Rio Grande do Sul, quanto nas demais hospedarias da época; porém, sua história não pode ser completa sem o conhecimento de fatos que ocorriam no seu cotidiano. Nesse sentido, cabe expor alguns aspectos da vida cotidiana deste estabelecimento, vivido por imigrantes e funcionários.

4.2 ASPECTOS DO COTIDIANO NA HOSPEDARIA DO CRISTAL

Além dos procedimentos e das formalidades que deveriam ser realizadas na hospedaria, uma vida cotidiana marcou a trajetória de todos que transitaram por ali. Mais do que um espaço para aguardar o transporte até a rota final desta longa jornada, as hospedarias de imigrantes foram instituições que “presenciaram” parte importante da história dos imigrantes e da imigração para o Brasil. Como bem afirmaram Paiva e Moura (2008, p. 11), além de “lugar de passagem” elas foram “palco e testemunha da grande e pequena história”.

Lá:

[...] entrecruzaram-se sonhos, angústias, e expectativas [...]. Em seus pátios, corredores, dormitórios, refeitórios e acervo documental está inscrita a memória da imigração [...]. Nela, aromas, cores, sabores, credos e costumes mesclaram-se, transformando a terra que encontraram. (PAIVA; MOURA, 2008, p. 11)

Nesse sentido, as muitas histórias de vida trazidas pelos imigrantes fizeram-se presentes e transformaram-se em novas, tendo, ali, o seu novo início. Infelizmente, é impossível conhecer integralmente o cotidiano vivido na Hospedaria do Cristal, mas através dos ofícios enviados pelo administrador à Delegacia da Inspeção Geral de Terras e Colonização é possível conhecer alguns de seus principais fatos.

Buscando conceituar o que se entende por cotidiano e vida cotidiana encontrou-se em Agnes Heller a definição que melhor se adequou aos casos e fontes apresentados nesta pesquisa. Conforme a autora (2000, p. 17), “a vida cotidiana é a vida de todo homem”. Este,

“participa na vida cotidiana com todos os aspectos de sua individualidade, de sua personalidade”.

Dessa forma, entende-se que a vida cotidiana da Hospedaria do Cristal foi formada por aspectos da vida dos imigrantes que por lá passaram. Apesar dos imigrantes serem os personagens principais desta história, a hospedaria não poderia funcionar sem os seus empregados que, diariamente, trabalhavam no local. Assim, alguns fatos do cotidiano foram protagonizados por funcionários, já que suas atitudes influenciavam diretamente a vida dos imigrantes. Suas histórias também fizeram parte da vida cotidiana dos imigrantes na hospedaria e fora dela. Foram as atitudes, as ações, as características dessas pessoas que determinaram o cotidiano da instituição e, portanto, a sua história, pois como afirmou Heller (2000, p. 20), “a vida cotidiana não está ‘fora’ da história, mas no ‘centro’ do acontecer histórico”.

Afirma-se, assim, que a história da Hospedaria do Cristal é caracterizada pelos fatos que aconteciam no seu dia-a-dia. Consequentemente, sua história é, também, a vida cotidiana de imigrantes e de funcionários. As situações ocorridas neste estabelecimento afetaram a vida desses, mudando suas aspirações e planos. Certamente, os muitos casos ficaram marcados na memória de todos que, por um período de tempo, hospedaram-se ali.

Agnes Heller vai além quando atribui características a vida cotidiana, que puderam ser percebidas nos diversos acontecimentos registrados na instituição. Dentre essas, algumas se destacam. Para Heller (2000, p. 18):

A vida cotidiana é, em grande medida, heterogênea; e isso sob vários aspectos, sobretudo no que se refere ao conteúdo e a significação ou importância de nossos tipos de atividade. São partes orgânicas da vida cotidiana: a organização do trabalho e a vida privada, os lazeres e o descanso, a atividade social sistematizada, o intercâmbio e a purificação.

Nesta perspectiva, sendo cada indivíduo diferente do outro e, portanto, sendo as vidas heterogêneas, deduz-se que cada imigrante e cada funcionário possuía, dentro da hospedaria, particularidades em relação às suas atividades. Consequentemente, diversos interesses coexistiram no mesmo ambiente, podendo levar a conflitos. Para Heller (2000, p. 18), “a significação da vida cotidiana, tal seu conteúdo, não é apenas heterogênea, mas igualmente hierárquica”, o que alerta para o fato de sempre existir alguma atividade, ou interesse, predominante entre as pessoas de uma dada sociedade e cultura. No Cristal, diversas culturas,

com seus hábitos e costumes, misturaram-se, tornando o cotidiano do local igualmente heterogêneo.

Nos muitos acontecimentos vividos na hospedaria é que se percebe o que Heller aponta como a principal característica do cotidiano: a espontaneidade. Sustenta a autora que:

[...] nem *toda* atividade cotidiana é espontânea no *mesmo* nível, assim como tampouco uma mesma atividade apresenta-se como identicamente espontânea em situações diversas, nos diversos estágios de aprendizado. [...] em todos os casos, a espontaneidade é a *tendência* de toda e qualquer forma de atividade cotidiana. [...] A assimilação do comportamento consuetudinário, das exigências sociais e dos modismos, a qual, na maioria dos casos, é uma assimilação não tematizada, já exige para sua efetivação a espontaneidade. [...] Mas a espontaneidade não se expressa apenas na assimilação do comportamento consuetudinário e do ritmo da vida, mas também no fato de que essa assimilação faz-se acompanhar por motivações *efêmeras*, em constante alteração, em permanente aparecimento e desaparecimento. (HELLER, 2000, p. 29-30)

A espontaneidade se dá, ainda, pelo fato de que na vida cotidiana não há tempo para cálculos científicos para uma ação. Ou seja, na grande quantidade de atividades cotidianas diárias, não se pode refletir sobre as consequências de determinadas atitudes realizadas. Nestes casos, atua-se através da probabilidade de tal ação dar certo ou não (HELLER, 2000). Isto, segundo Heller (2000), representa outra característica do cotidiano, o economicismo.

Em uma esfera mais ampla, percebe-se que estas características estiveram presentes entre os imigrantes na hospedaria, visto que, ao tomar a atitude de emigrar, não possuíam o domínio das circunstâncias que se apresentariam a eles, ou seja, não conheciam, por dados científicos, os resultados das ações de viajar, chegar ao seu destino, ficar alojados na hospedaria, e, por fim, seguir para a colônia. No entanto, tinham o conhecimento da possibilidade de todos esses passos darem certo. Caso tivessem o domínio científico de todos esses procedimentos, haveria uma grande chance de nunca emigrar, já que conheciam, por exemplo, os riscos de doenças e mortes durante a viagem¹⁶. O conhecimento da possibilidade

¹⁶ A ação de “emigrar” pode não se caracterizar como uma ação cotidiana, pois não se emigra constantemente. Entretanto, no contexto vivido pelos imigrantes naquela época – grandes migrações – a emigração podia ser parte da vida cotidiana daquelas pessoas como uma motivação efêmera, visto que está característica faz parte da vida cotidiana, segundo Heller (2000). Ademais, para muitos, a emigração tinha sido realizada por pessoas próximas e conhecidas, configurando, então, um precedente. Leite (1999, p. 180) afirma que o fenômeno imigratório possui elementos de continuidade, pois “os emigrantes de uma geração utilizam frequentemente os contatos e experiências de uma geração anterior, servindo por sua vez de referência aos emigrantes da geração seguinte”.

de uma atitude ter êxito ou não era alcançado pelo que Heller chamava de “precedente”. Este, na realidade, era o conhecimento de uma situação anteriormente já realizada por outros. Conforme a autora (2000, p. 36):

O precedente tem mais importância para o conhecimento da situação que para o conhecimento das pessoas. É um “indicador” útil para nosso comportamento, para nossa atitude. (“Outros agiram nessa situação em que me encontro desse ou daquele modo”, “já havia exemplos disso”, etc.)

Neste caso, outros imigrantes – parentes, amigos, vizinhos – já haviam emigrado; portanto, esta já era uma ação conhecida, inclusive pelas possibilidades que propiciava. Muitos fatos vividos na hospedaria estiveram permeados de ações nas quais a probabilidade e o precedente foram fundamentais para a sua execução.

Dentre as características apresentadas aqui, a imitação tem um destaque especial, haja vista que “não há vida cotidiana sem imitação [...] sem mimese, nem o trabalho nem o intercâmbio seriam possíveis” (HELLER, 2000, p. 36). Ainda que em níveis diferentes, os episódios vividos na hospedaria tiveram por base a imitação; entretanto, o que não os fez idênticos foi o fato de serem protagonizados por pessoas diferentes, que possuíam necessidades diferentes, ou seja, o que Heller (2000, p. 36) chama de entonação:

A *entonação* tem uma grande importância na vida cotidiana, tanto na configuração de nosso tipo de atividade e de pensamento quanto na avaliação dos outros, na comunicação, etc. O aparecimento de um indivíduo em dado meio “dá o tom” do sujeito em questão, produz uma atmosfera tonal específica em torno dele e que continua depois de envolvê-lo. A pessoa que não produz essa entonação carece de individualidade, ao passo que a pessoa incapaz de percebê-la é insensível a um aspecto importantíssimo das relações humanas.

Por outro lado, o cotidiano também é constituído por situações incomuns, por novas experiências. Gleny Duro Guimarães (2002, p. 11) diz que “[...] pensar o cotidiano de um prisma teórico implica descobrir o incomum no repetido. É descobrir que a essência do cotidiano está no não cotidiano [...]”. Portanto, fatos inusitados registraram-se na Hospedaria do Cristal, sem que estivessem fora de seu cotidiano, ao contrário, fizeram parte dele e igualmente afetaram os indivíduos ao seu redor.

Igualmente, Heller (2000, p. 37) ressalta a necessidade de viver novas experiências. Para ela:

[...] as formas necessárias da estrutura e do pensamento da vida cotidiana não devem *se cristalizar em absolutos*, mas têm de deixar ao indivíduo uma margem de movimento e possibilidades de explicitação. [...] Se essas formas se absolutizam, deixando de possibilitar uma margem de movimento, encontramos-nos diante da alienação da vida cotidiana.

A vida cotidiana, ainda que formada por estas características, é fortemente marcada por outra esfera importante: o pensamento. Este também é comportamento e ambos, na complexidade da vida cotidiana, são ultrageneralizadores e podem se converter em preconceitos.

A ultrageneralização é inevitável na vida cotidiana. Cada uma de nossas atitudes baseia-se numa avaliação probabilística. Em breves lapsos de tempo, somos obrigados a realizar atividades tão heterogêneas que não poderíamos viver se nos empenhássemos em fazer com que nossa atividade dependesse de conceitos fundados cientificamente. (HELLER, 2000, p. 44)

A ultrageneralização é, portanto, um juízo provisório, algo que se antecipa a uma atividade possível e nem sempre, pelo contrário, encontra confirmação no infinito processo da prática. Esses juízos provisórios transformam-se em preconceitos quando são refutados pela ciência ou por alguma experiência cuidadosamente analisada, mas sempre se conserva contra todos os argumentos da razão.

Juízos provisórios estiveram presentes na hospedaria e mostraram-se em alguns casos. Julgamentos sobre atitudes e comportamentos foram ultrageneralizantes. Por consequência, preconceitos foram elaborados, mesmo quando não estiveram explícitos.

Heller (2000) também ressalta que os preconceitos são produtos da classe dominante. Conforme ela:

A maioria dos preconceitos, embora nem todos, são produtos das classes *dominantes*, mesmo quando essas pretendem, na esfera do *para-si*, contar com uma imagem do mundo relativamente isenta de preconceitos e desenvolver as ações correspondentes. O fundamento dessa situação é evidente: as classes dominantes desejam manter a coesão de uma estrutura social que lhes beneficia e mobilizar em seu favor inclusive os homens que representam interesses diversos. (HELLER, 2000, p. 54)

Nesse sentido, nota-se que os preconceitos e juízos provisórios partiram, em sua grande maioria, daqueles que possuíam mais poder: o administrador em relação ao

funcionário ou em relação aos próprios imigrantes. Numa esfera mais ampla, não se pode esquecer do próprio preconceito das autoridades da época para com algumas etnias que aportavam em território brasileiro.

No século XIX, o pensamento sobre a superioridade do homem europeu começou a ser defendida e a ganhar força na sociedade da época. Os homens deste século começaram a pensar o mundo a partir de uma nova perspectiva, defendendo que este estaria em uma permanente evolução. Tais ideias tiveram grande influência na teoria evolucionista de Darwin, que, a partir de 1859, dominou o pensamento europeu. Segundo Baumer (1977, p. 99):

[...] Era impossível considerar quaisquer das questões perenes sem fazer referência a evolução. Isto projetava um quadro da natureza radicalmente novo, como ‘processo cósmico’, mas sem desígnio. A evolução abria novas frentes de guerra entre a ciência e a teologia. Envolvia o próprio homem, até agora claramente isento, no processo evolucionário, chamando assim a atenção para a humildade do homem, isto é, para sua origem animal.

Logo, o lugar do homem na natureza modificava-se, bem como o pensamento sobre a sua natureza humana. A partir de então, o homem também fazia parte do processo cósmico e evoluía desde o lodo primitivo, ou seja, em outras palavras, descendia dos animais. Os darwinianos, ainda que reduzissem o homem ao mundo animal, falavam em diferenças entre eles. Entre estas, figurava o pensamento de raça. (BAUMER, 1977, p. 112)

Segundo Baumer (1977), este pensamento, já existente antes da teoria de Darwin, pautava-se na distinção entre as raças com base na cor, no formato dos crânios, nádegas, ou ligados a comportamentos mentais e morais relacionados com a estrutura física. Entretanto, os darwinianos passaram a acreditar na existência de raças superiores e inferiores, o que contribuiu para reforçar preconceitos etnocêntricos correntes.

No Brasil, estas ideias estiveram presentes, fazendo-se sentir nas políticas imigratórias propostas pelo governo brasileiro ao longo do século XIX, especialmente entre os anos de 1880 a 1920. Neste período, pensava-se na construção de um Brasil branco e civilizado, que só seria conquistado com a imigração de homens brancos europeus. (SKIDMORE, 1976)

Segundo Giralda Seyferth (2002), na legislação referente à imigração e à colonização, raramente aparecem menções claras quanto à preferência racial por brancos europeus. Entretanto, “elas estão subsumidas no substantivo *imigração* cujo significado genérico remete

a *européu*” (SEYFERTH, 2002, p. 126). Infere-se, então, que as ideias raciais, presentes na política imigratória brasileira, fizeram-se presentes, ainda que sutilmente, nas instituições de hospedagem, em vista da preocupação com a recepção dos *imigrantes* – para Seyferth, europeus.

Segundo Skidmore (1976) o decreto de 28 de junho de 1890 trazia uma cláusula em que asiáticos e africanos só poderiam entrar no país mediante autorização do Congresso Nacional. Tal fato deriva da concepção de inferioridade atribuída a estes povos, considerados como desqualificados para exercer o trabalho livre.

Segundo Seyferth, o imigrante preferencial era aquele que pretendia se fixar como agricultor ou trabalhador rural. A autora ressalta que “[...] o imigrante ideal, o único merecedor de subsídios, é o agricultor, mais do que isso, um agricultor branco que emigra em família” (SEYFERTH, 2002, p. 119). Este, também chamado de “bom colono” deveria “[...] ter amor ao trabalho e à família e respeito às autoridades, além de ser sóbrio, perseverante, morigerado, resignado, habilidoso, etc.” (SEYFERTH, 2002, p. 120) Assim, na hospedaria, aquele imigrante que não se adequava as exigências descritas acima era considerado um problema que necessitava de solução, entre as quais a repatriação.

Para Heller (2000), na vida cotidiana há diferentes tipos de preconceitos, sejam morais, políticos, nacionais, religiosos, raciais, etc. Seja qual for, a Hospedaria de Imigrantes do Cristal não deixou de ter em seu cotidiano tais demonstrações.

Outra característica importante presente na instituição e na vida cotidiana diz respeito à assimilação de papéis sociais, baseados, em geral, na imitação. Na vida pessoal ou profissional, os homens são levados a cumprir papéis sociais já estipulados. Entretanto, a recusa em cumprir certas exigências do seu papel demonstra uma não alienação, pois o indivíduo não se sente à vontade diante das funções que tem que desempenhar. Na hospedaria, um dos aspectos recorrentes no cotidiano eram os problemas com seus funcionários que, por vezes, não desempenharam as funções que cabiam ao seu papel.

Algumas das principais características da vida cotidiana são observadas através dos papéis sociais, pois a imitação, os estereótipos, os costumes, etc., passam a aparecer sob a forma destes. Heller (2000) afirma que tais fatos são marcas do capitalismo desenvolvido que aliena as relações humanas, cristalizando em papéis os sistemas consuetudinários das hierarquias de comportamento.

Na hospedaria, muitos papéis foram estipulados, nem todos foram cumpridos, mas marcaram aqueles que circularam neste cenário, visto que “[...] deve-se recordar que não existe nenhum contexto, por mais alienado que seja, no qual os papéis assumidos não deixem marca alguma no sujeito”. (HELLER, 2000, p. 108)

Todas essas características puderam ser observadas nos diversos casos ocorridos na Hospedaria do Cristal durante os anos em que esteve ativa. Lá, vidas e culturas misturaram-se, integraram-se e transformaram-se. A hospedaria, por isto, foi um palco de transformações. Cabe, portanto, conhecer o cotidiano do local em seus pormenores.

4.2.1 Bagagens

Situação comum, retratada inúmeras vezes, e que afetava diretamente a vida dos imigrantes envolvidos eram os problemas com as suas bagagens. Recorrente não só na Hospedaria do Cristal, mas em diversas hospedarias do Brasil, os problemas com as bagagens levaram o governo central a destinar um artigo, no Decreto 528 de 28 de junho de 1890, para regularizar os procedimentos que deveriam ser realizados concernentes à questão. Neste, ficou estabelecido que todas as reclamações relativas às bagagens deveriam ser dirigidas à Inspeção Geral, que realizaria as providências necessárias para que as mesmas chegassem aos seus respectivos donos. (IOTTI, 2001).

Na Hospedaria de Imigrantes do Brás, além do atraso no envio das bagagens da hospedaria para as fazendas, outros casos foram registros. Paiva e Moura (2008, p. 38) afirmam que:

As bagagens, por apresentarem a etiqueta com dados incorretos ou por outro motivo qualquer, ficavam muitas vezes nos armazéns da Hospedaria ou no Porto de Santos. Grande era a quantidade de volumes que iam a leilão. Um deles foi realizado com 171 volumes, os quais por seis anos permaneceram no armazém da Hospedaria, sem serem procurados por seus donos.

Tal como no Brás, no Cristal as bagagens ficavam em um depósito especialmente destinado a guardá-las, e registraram-se casos de bagagens sem dono. Em outros casos, sabe-se que as bagagens não eram recebidas no destino dos imigrantes; a Delegacia da Inspeção,

então, solicitava respostas para as situações ao administrador, a fim de esclarecer os ocorridos.

Em outras ocasiões, durante a troca de hospedarias, de São Paulo ou do Rio de Janeiro, para Porto Alegre, ocorria o extravio das bagagens. Assim aconteceu com um imigrante espanhol e um italiano, que reclamaram pelas suas bagagens deixadas na Hospedaria de Pinheiros – RJ. Outras vezes, as bagagens não eram encontradas e nenhuma informação se tinha delas; chegou-se a receber um ofício do cônsul italiano à procura de notícias sobre determinadas bagagens, mas nada foi encontrado.

Por último, casos de roubos e arrombamentos também foram relatados. É o que ocorreu com imigrantes espanhóis que notaram seus baús abertos ao chegarem à Hospedaria do Cristal; além de arrombados, deram-se conta que havia pertences faltando e que o fato ocorreu na viagem do Rio de Janeiro a Rio Grande.

Não se tem notícias, pelos documentos pesquisados se, de fato, os imigrantes recebiam novamente suas bagagens, mas se pode imaginar a aflição e os tormentos causados àqueles que perdiam seus pertences.

4.2.2 Funcionários

Além dos problemas com as bagagens, a hospedaria enfrentou problemas com seus funcionários. Em diversos documentos relataram-se dificuldades com os empregados, das mais diversas espécies. Além das reclamações do administrador em relação as funções prestadas por esses funcionários, foram frequentes os casos de demissão.

Em ofício enviado para o delegado da Inspeção Geral, em 19 de setembro de 1893, disse o administrador da hospedaria que as obrigações desempenhadas por esta estavam irregulares e atrasadas. Isto se deu pela falta de empregados necessários para a realização de determinadas tarefas, entre as quais, os serviços competentes ao escrivão. Nestes casos, o administrador da hospedaria encaminhava ao delegado da Inspeção Geral o pedido para a nomeação de novos empregados, a fim de que os serviços do estabelecimento não fossem prejudicados e voltassem o quanto antes a ser regularizados. (ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL, 1893-1898)

As causas das faltas dos funcionários nem sempre foram explicadas, mas, sem justificativa, a simples ausência poderia ser o motivo principal; assim, por vezes, comunicou o administrador sobre a falta de funcionários em seus postos sem autorização. Em 10 de maio de 1893, aquele colocou o delegado da Inspeção Geral a par da ausência do funcionário José Candido de Almeida, que ocupava o cargo de guarda da hospedaria e, até então, nunca havia se apresentado para o trabalho. (ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL, 1893-1898)

Já em junho de 1897, comentou o administrador que apenas o farmacêutico havia se apresentado sem faltas durante todo aquele mês, tendo todos os demais funcionários se ausentado de seus cargos em dias alternados (ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL, 1893-1898). Em casos extremos, os próprios imigrantes foram solicitados a auxiliar em algumas tarefas, como em abril de 1894, quando o cozeiro responsável por realizar os sepultamentos não se encontrava presente e, desde março, esperava-se o sepultamento de um imigrante falecido na hospedaria. Pelo serviço realizado foi paga uma importância ao imigrante e solicitado desconto no pagamento do referido empregado, além de um desconto pela inchada entregue ao mesmo que não fora devolvida à hospedaria. (ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL, 1893-1898)

Quando a falta de funcionários não esteve ligada à ausência dos empregados, ela se deu pelos pedidos de demissão solicitados pelos próprios. Os motivos para estes casos não foram explicitados, mas igualmente eram enviados ao delegado da Inspeção Geral que tratava de nomear novos funcionários. Entretanto, alguns motivos puderam ser inferidos, como os baixos salários. Em 1898, relatou-se que o enfermeiro e também farmacêutico estava descontente com o trabalho pouco rendoso que realizava, não conseguindo se sustentar com o que recebia na hospedaria; por isso, solicitou demissão da mesma, mas em virtude de não encontrar outro trabalho, acabou decidindo permanecer na função. (ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL, 1893-1898)

Por outro lado, não raro foram os casos em que o pedido de demissão de empregados foi requerido pelo administrador da hospedaria. Nestas ocasiões, os motivos não só foram conhecidos, como também os mais diversos. O fato ocorrido com o sepultamento de um imigrante foi motivo da demissão do servente Redussi Giovanni. Segundo o administrador, a sepultura foi realizada em más condições, no cemitério Teresópolis, como pôde averiguar pessoalmente aquele. Assim, solicitou o administrador que se realizassem as providências

para que a sepultura fosse, novamente, “aprofundada” e construída nas condições ordenadas. Por esta falha, o servente foi demitido a pedido do administrador que, através de ofício ao delegado, pedia a aprovação do seu ato. (ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL, 1893-1898)

Outro episódio ocorreu com o servente Giovanni Piolanti, que, segundo o administrador, vinha apresentando comportamento irregular e “vexatório”. Acusou-se o funcionário de não cumprir suas funções e de atrapalhar o andamento dos serviços, pois estava aconselhando os imigrantes, que tinham como rota a colônia de Jaguari, a não se dirigirem para lá, argumentando que a colônia era deserta e que os imigrantes passariam por grandes dificuldades. Além disso, o empregado informava a estes que a viagem até Jaguari era longa e penosa.

Para o administrador, a atitude do servente prejudicava a hospedaria, pois suas informações, tidas como falsas, traziam o descrédito para os serviços prestados pelo estabelecimento. Prosseguiu o administrador afirmando que, “por sorte”, esta “falsidade” foi descoberta, através do relato realizado pelos próprios imigrantes.

Além do mais, o comportamento deste funcionário não se restringiu apenas ao fato descrito. No mesmo ofício, o administrador relatou que o empregado era, ainda, “useiro e vezeiro” em “seduzir moças”, geralmente as filhas dos imigrantes que aqui chegavam. Conforme o administrador, o servente sofria de sífilis e mesmo com tal enfermidade continuava a praticar o assédio contra mulheres e moças. Terminou as acusações, alertando que Giovanni Piolanti tinha o hábito de se embriagar, como já havia constatado pessoalmente. (ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL, 1893-1898)

É interessante notar que, apesar das atitudes deste funcionário, o seu alerta sobre a colônia de Jaguari não foi totalmente falso como afirmou o administrador. Sabe-se que, nem sempre, o trajeto realizado pelos imigrantes até seus destinos era fácil; têm-se notícias de viagens longas e difíceis, e os casos de desilusão dos imigrantes ao chegarem ao seu destino eram recorrentes, já que nem sempre se deparavam com a realidade que esperavam encontrar. Dessa forma, quando dizia que os imigrantes enfrentariam dificuldades, não estava apresentando informações errôneas.

Em ambos os casos, chama a atenção que os dois empregados, Redussi Giovanni e Giovanni Piolanti foram indicados pelo próprio administrador. Segundo palavras deste, ao dirigir-se à Delegacia da Inspeção Geral em ofício reservado, “os empregados (...) são de

minha inteira confiança”; o comunicado foi realizado apenas três dias antes do pedido de demissão de Redussi Giovanni; já Giovanni Piolanti permaneceu no cargo por dois meses. (ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL, 1893-1898).

Independentemente dos motivos, observa-se que os papéis sociais desses funcionários deixaram de ser cumpridos, “imitando-se” os casos de demissão. Portanto, mimese, precedente, entonação, espontaneidade e juízos provisórios, enquanto características da vida cotidiana, puderam ser notados nesses episódios.

Além das ausências e demissões, procedimentos irregulares e funções não cumpridas foram frequentes na hospedaria, causando transtornos aos serviços oferecidos aos imigrantes. Desde empregados realizando funções que não eram de sua alçada, como assinar documentos que cabiam ao administrador, até o recebimento irregular de alimentos destinados aos imigrantes, foram registrados. Notificou-se, ainda, que em dias de muita movimentação na hospedaria, a recepção de imigrantes foi feita por funcionários encarregados de outras responsabilidades, deixando as suas em segundo plano. Explica-se, então, o porquê das mudanças nos preenchimentos dos boletins diários. Erros que prejudicavam os próprios funcionários ocorreram, como em novembro de 1893, quando um destes foi excluído da folha de pagamento por omissão do empregado que a fez. (ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL, 1893-1898)

Em todos esses casos, nota-se que os problemas e erros foram sempre causados pelos empregados, não se cogitando as atitudes do próprio administrador. Quando ausente do local, este afirmava que estava cumprir suas funções fora dali. Para provar seus relatos, colocava às ordens da Delegacia os demais funcionários para confirmarem os fatos. Pode-se pensar, portanto, até que ponto esses relatos retrataram a realidade da hospedaria, haja vista que as demissões eram solicitadas pelo administrador, e seu cargo era escolhido pela Delegacia da Inspeção Geral.

De qualquer forma, percebe-se que os problemas decorridos na Hospedaria do Cristal colocaram em risco a eficiência dos serviços oferecidos, prejudicando, inclusive, o andamento do processo imigratório dirigido às colônias. Entretanto, os empecilhos causados não envolveram apenas episódios com seus funcionários; os imigrantes foram responsáveis por causar incômodos, fosse atrapalhando a organização da instituição, fosse relatando suas opiniões e seus desejos.

4.2.3 Imigrantes

Aqueles que partiram de seus países de origem e chegaram a uma nova pátria são há muito tempo estudados. Sabe-se sobre suas vidas antes e depois da viagem, mas pouco se conhece sobre os dias vividos nos locais de hospedagem que percorreram. Estes, muitas vezes, guardam histórias e fatos únicos na vida de alguns imigrantes, mas a falta de fontes que permitam conhecer esses tempos vivenciados é um dos motivos que impossibilitam tais estudos. Segundo Núncia Constantino (2011, p. 1):

Imigrantes são quase sempre pessoas comuns, que deixam poucos traços. Subtraídos os registros relacionados a políticas imigratórias quando, por exemplo, são criadas colônias rurais, a maioria dos imigrantes praticamente desaparece nos desvãos das cidades, silenciando sobre as próprias vidas porque raramente escrevem de si. Cientistas sociais têm investigado as colônias do interior do Rio Grande do Sul, mas são quase inexistentes os estudos pertinentes às cidades, sobretudo sobre as formas de lazer desses europeus que buscaram os núcleos urbanos gaúchos, desde as primeiras décadas do século XIX.

Do mesmo modo, alguns aspectos da vida cotidiana destes imigrantes são pouco conhecidos. Entretanto, suas atitudes, suas vontades e seus sentimentos ficaram registrados durante a passagem pela Hospedaria do Cristal. Ainda que breve, sua estadia na hospedaria e os relatos deixados pelo administrador permitem conhecer um pouco da vida desses homens e mulheres.

Diferente do que se possa pensar, os imigrantes não se silenciaram diante de situações com as quais não concordaram, reclamando diante de tarefas não cumpridas e da postura de alguns funcionários. Segundo o administrador, em abril de 1894, estavam descontentes com os serviços prestados pela hospedaria e com a alimentação fornecida; segundo aquele, as reclamações eram infundadas e ocorreram devido à presa que alguns tinham em seguir para as colônias. No entanto, o funcionário reiterou que a alimentação era da melhor qualidade e, quando havia demora nos transportes, tratava de providenciar algum trabalho para que os imigrantes pudessem ganhar algum dinheiro durante o período, porém seus esforços não foram reconhecidos. (ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL, 1893-1898)

Seus desejos também foram expressos, como ocorreu em julho de 1893, quando nove imigrantes optaram por voltar à Europa. No entanto, durante o período em que aguardaram a

resposta do Governo Federal, duas imigrantes acabaram casando e preferiram ficar e dirigir-se para Santo Antônio. Ainda que tivessem a liberdade para realizar escolhas, essas decisões podiam tumultuar a recepção e o encaminhamento para as colônias, causando transtornos para os órgãos e funcionários encarregados; porém, os imigrantes não deixaram de exprimir suas vontades e decisões, ainda que fossem contraditórias e mudassem em pouco tempo. (ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL, 1893-1898)

Durante sua estadia, os imigrantes podiam optar por realizar trabalhos em Porto Alegre, ou até mesmo deixar a hospedaria para acolher-se em outros locais, sem necessariamente desvincular-se dela. No primeiro caso, 31 imigrantes foram chamados para ajudar na construção de uma linha telegráfica do Cristal até Itapuã, ganhando 3\$500 réis diários. O trabalho durou apenas dois dias, sendo que somente no primeiro contou-se com os 31 imigrantes; no segundo dia, a mão-de-obra foi reduzida pela metade a fim de economizar com as despesas da obra. Nestes casos, a autorização da Delegacia da Inspeção Geral era necessária. (ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL, 1893-1898)

Em relação ao segundo exemplo, têm-se casos de imigrantes que se registraram na hospedaria, deixaram suas bagagens no depósito da mesma e aguardaram o transporte para as colônias em outros locais, de sua preferência. É o que ocorreu com o já mencionado imigrante alemão, Fr. Westphal. Segundo ele:

Depois de ter me inscrito também aqui [*hospedaria*] e ter entregado minha bagagem aos cuidados de bons alemães, caminhei para a cidade e ocupei um quarto em um hotel alemão, onde encontrei um bom lugar para ficar e pude descansar de todas as fadigas e privações. (...) Na hospedaria, para a qual eu ia a cada dois dias, a organização dos transportes demorou. (FILHO; FRANCO, 2004b, p. 68)

O mesmo ocorreu com imigrantes em março de 1894, quando a demora nos transportes levou-os a buscar outras acomodações na cidade (ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL, 1893-1898). Embora o governo dispusesse de acomodação e de alimentação gratuitamente, nem todos os imigrantes optaram por alojar-se na hospedaria.

Sobre esse ponto, sabe-se que o tempo ideal de permanência era de uma a duas semanas, entretanto, alguns fatores influenciaram o tempo de alojamento na instituição. A Revolução Federalista, que tumultuou o estado entre 1893 e 1895, prejudicou a imigração e a

colonização, afetando os transportes e dificultando os serviços oferecidos pelo estabelecimento no que tange à saída dos imigrantes e sua viagem até as colônias.

Exemplo deste fato é o ofício do administrador ao delegado da Inspetoria, datado de maio de 1893. Neste, falava-se do atraso no transporte dos imigrantes pela falta de carretas, devido à situação em que a revolução vinha deixando o Rio Grande do Sul. (ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL, 1893-1898)

Ainda em 1893, a Delegacia da Inspetoria Geral de Terras e Colonização mandou suspender o embarque dos imigrantes para as colônias, pois a administração da hospedaria não solicitou o envio do peso das bagagens e da relação necessária para a Estrada de Ferro. O motivo que culminou com o atraso deu-se porque o empregado encarregado de providenciar a saída dos imigrantes estava, naquele dia, recepcionando os imigrantes que chegavam à hospedaria. Contudo, o administrador explicou ao delegado que tal serviço foi realizado por telefone, o que não surtiu resultado, visto que o atraso estava consolidado (ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL, 1893-1898). Portanto, o tempo de permanência nem sempre correspondeu ao que previa a lei.

Independente do tempo da estadia, as atitudes dos imigrantes podiam resultar em sérios problemas a eles mesmos. Isabel Rosa Gritti (2001), ao trabalhar com o preconceito em relação aos imigrantes poloneses, traz um episódio ocorrido dentro da hospedaria.

Em fevereiro de 1891, a Delegacia da Inspetoria Geral de Terras e Colonização comunicou ao governador do estado um incidente ocorrido na instituição. Tratou-se de um conflito causado por um imigrante polonês, resultando em uma pessoa ferida; todavia, os motivos da confusão e a identidade do agredido não constam no relato do caso. Por este acontecimento pediu-se uma força policial para evitar que novos episódios voltassem a acontecer, visto que não houve prisões, pois os demais imigrantes não permitiram. Em resposta ao delegado da Inspetoria Geral, o Inspetor Geral informou que estava autorizada a retirada, mesmo que a força, dos imigrantes poloneses que estavam causando incômodos.

Apesar de não ter informações mais detalhadas sobre o ocorrido, não se pode deixar de pensar que conflitos entre imigrantes fossem passíveis de acontecer com frequência. Segundo Alvin (2006, p. 269), “toda e qualquer desavença entre os países de origem era transferida ao país de adoção, passando a fazer parte do cotidiano dos imigrantes como se estes ainda estivessem na própria pátria”. Ainda segundo a autora, “[...] Alemães originários do Norte não

se davam com alemães do Sul, e os dois não aceitavam poloneses. Italianos setentrionais e meridionais viam-se com estranheza e mesmo desprezo;”. (ALVIN, 2006, p. 269).

Consoante Gritti (2001), havia também resistência de alguns imigrantes em deixar a hospedaria, pois se tratavam de trabalhadores urbanos que não estavam acostumados com a vida agrícola e, portanto, desejavam permanecer em Porto Alegre. Em outros casos, havia imigrantes que, por não se adaptar a vida na colônia, voltavam à hospedaria.

Esses problemas com os imigrantes, assim como outros motivos não especificados, poderiam resultar em casos de repatriação (ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL, 1893-1898). Sabe-se que esta atitude não era desejada e só chegou a acontecer em situações mais graves. Segundo Gritti (2001, p. 93):

[...] a repatriação não era bem-vista pelo governo brasileiro. Este fato propagaria uma imagem negativa do Brasil no exterior, e isto não interessava, uma vez que os imigrantes europeus eram, além de desejados, necessários para o povoamento do sul do país e como trabalhadores nas lavouras de café do sudeste.

Além desses casos, outros mais graves e complicados foram registrados na hospedaria. Em agosto de 1894, o então administrador relatou uma difícil situação a ser resolvida: uma criança recém-nascida abandonada nas dependências da instituição há quatro anos, e cuja mãe reapareceu reclamando a guarda da criança.

Na época, a criança foi encontrada sob uma árvore, “em miserável estado de imundices e saúde” após ter permanecido ali por quase 48 horas. O administrador a deixou sob os cuidados do senhor Antioli Guiseppe, até que pudesse dar-lhe um caminho; entretanto, não encontrando ninguém que pudesse cuidar da criança e tendo Antioli criado grande afeição a ela, decidiu cuidar da menina, fazendo dela sua herdeira.

Passado este período de tempo, a mãe da menina reapareceu exigindo ter a criança de volta. O administrador duvidou dos reais sentimentos da mãe, chegando a cogitar que esta fosse lhe dar um rumo incerto. Para resolver a situação, colocou a Delegacia a par do caso e a disposição os vizinhos e empregados da hospedaria, que presenciaram e conheciam a história, para que pudesse tomar as providências necessárias e justas. Segundo ele, ainda, ao saber os motivos de sua visita a casa de Antioli, a criança desabou em prantos, pois criou verdadeira afeição ao senhor que reconhecia como pai. (ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL, 1893-1898)

O desfecho inesperado do caso acima, a partir de uma nova atitude da mãe, demonstra que outras características permearam a vida cotidiana, tal como o arrependimento e o erro. Segundo Heller (2000, p. 91):

[...] é inegável que o homem vê muitas coisas de outro modo quando se encontra sob uma luz pública. Quem cometeu um erro é capaz de vê-lo muito melhor diante do público, e não por oportunismo, mas porque a presença da comunidade funciona como um catalizador: nessa situação, é possível reconhecer os próprios erros, os quais, em outras situações, passariam despercebidos.

Assim, diante de outros e de outras situações, os indivíduos podem mudar seus pensamentos e comportamentos. À luz de uma nova sociedade e comunidade, outras possibilidades podem ter sido apresentadas aquela mãe que mudou sua decisão. Por outro lado, notam-se, novamente, os juízos provisórios, quando o administrador julgou a atitude da mãe a partir de sua própria percepção.

Vê-se, então, o quão intensos foram os dias passados na instituição, e como os fatos vividos ali influenciaram e transformaram a vida de imigrantes e funcionários. Como já dito, tanto a Hospedaria de Imigrantes do Cristal quanto às demais existentes pelo Brasil, não foram meros locais de passagem, mas locais de forte e intensa experiência.

Ademais, mais do que fatos vividos, outros fatores poderiam mudar drasticamente a vida daqueles que estiveram ali presentes; estes, com poucas possibilidades de mudança: as doenças e as mortes.

4.2.4 Doenças e mortes

As doenças e as mortes permearam o cotidiano da instituição e dos imigrantes que desembarcaram no Brasil. As enfermarias das hospedarias nem sempre conseguiram tratar os males dos recém-chegados, fazendo da morte algo comum. As epidemias que surgiam ainda durante a viagem ou na própria hospedaria foram recorrentes e levaram a óbito inúmeras pessoas. Em 1891, por exemplo, registrou-se um surto de varíola no Cristal, fato que pode ter causado o alto número de mortes registradas naquele ano. Conforme os boletins diários, de julho até dezembro de 1891, 148 imigrantes faleceram, sendo 93 menores e infantes, a partir

de um cálculo aproximado¹⁷. (ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL, 1891-1895)

Há casos de famílias inteiras que perderam a vida, outros em que apenas os pais faleceram, deixando órfãos seus filhos. Neste último, duas meninas foram enviadas novamente ao Rio de Janeiro para que providências quanto ao seu caminho fossem tomadas. (ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL, 1893-1898)

Em julho de 1893, uma jovem família austríaca chegou ao Cristal; o pai, com 26 anos, a mãe com 21 anos e os dois filhos, de um ano e um mês de vida. Após alguns dias, o menor de um ano faleceu na enfermaria; a família se retirou da hospedaria dias depois. Fato semelhante se deu com outra família, provavelmente provenientes do Império Austro-Húngaro¹⁸, em 1893. Ambos os filhos da família faleceram, com uma diferença de 10 dias entre as mortes; no dia seguinte a morte do segundo filho, a família seguiu para a colônia de Ijuí. (ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL, 1893-1898)

De julho de 1891 a junho de 1892, registrou-se um total de 414 óbitos na Hospedaria do Cristal, sendo 148 registrados em 1891 e 201 em 1892, ou seja, números que acompanharam os fluxos de imigrantes chegados e hospedados na instituição. Após este período, os índices caem consideravelmente, registrando-se 60 óbitos em 1893, 3 em 1894, e apenas 2 em 1895. (ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL, 1891-1895)

Quando algum imigrante falecia, seus pertences ficavam com seus familiares ou outros a quem o imigrante nomeasse. No entanto, quando o imigrante não possuía ninguém que pudesse ficar com seus pertences, estes eram enviados à Delegacia da Inspeção Geral. É o caso, por exemplo, do imigrante italiano Fedeli Messone, solteiro e com 37 anos, que faleceu na enfermaria da hospedaria no dia 12 de março de 1894; todos os seus pertences – uma quantia de seis mil e quinhentos réis, um saco de “roupas velhas” e um embrulho contendo o seu passaporte e papéis diversos – foram enviados para o delegado da Inspeção. O mesmo ocorreu com um imigrante italiano que deixou cem liras italianas, igualmente remetidas à Delegacia. (ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL, 1893-1898)

Eram comuns os imigrantes presentes na hospedaria que haviam emigrado sozinhos. Como afirma Klein (1999, p. 24), “grande parte dessa migração era a tradicional, composta

¹⁷ Diz-se aproximado em virtude de algumas mortes não terem sido especificadas quanto à faixa etária. Certamente, o número de crianças falecidas foi maior que o calculado, pois os imigrantes não identificados foram quantificados como adultos.

¹⁸ O ofício do administrador era uma resposta ao pedido de notícias sobre a família ao Cônsul do Império Austro-Húngaro.

em sua maioria de jovens adultos do sexo masculino em busca de emprego temporário ou permanente no país de recepção.”

Contudo, não só os falecimentos fizeram parte do cotidiano na hospedaria; os nascimentos, não tão comuns, também aconteceram. Os registros destes eram colocados nos boletins diários, e os recém-nascidos constavam como imigrantes entrados. No mesmo período mencionado, registraram-se apenas 11 nascimentos.

Assim, a hospedaria mostrou-se como cenário onde personalidades e vontades surgiram e muitas situações semelhantes foram vivenciadas. Entretanto, em todos os momentos percebeu-se a “entonação” dos indivíduos. Como afirmou Heller (2000, p. 20):

A vida cotidiana é a vida do indivíduo. O indivíduo é sempre, *simultaneamente, ser particular e ser genérico*. Considerado em sentido naturalista, isso não o distingue de nenhum outro ser vivo. Mas, no caso do homem, a particularidade expressa não apenas seu ser “isolado”, mas também seu ser “individual”.

Este, ainda que integrado em uma sociedade, expressa suas particularidades, suas vontades, as necessidades do seu “Eu”. Nesse sentido, as necessidades dos imigrantes e funcionários foram colocadas a tona em diversos momentos durante o período em que estiveram na hospedaria. Suas vidas cotidianas transformaram outras vidas cotidianas, pois suas ações se refletiram em outros indivíduos – outros imigrantes e outros funcionários. Assim, transformaram e construíram a vida cotidiana e a história da própria Hospedaria do Cristal.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente dissertação caracteriza-se como um estudo sobre um tema amplamente explorado: a imigração para o Brasil e para o Rio Grande do Sul. No entanto, apresentou um assunto pouco trabalhado até o momento, principalmente neste estado, onde o déficit de pesquisas sobre a hospedagem dos imigrantes torna-se ainda maior.

Buscando compreender a trajetória de criação desses espaços e conhecer a história de um deles, problematizou-se o tema da pesquisa a partir do interesse em esclarecer como se organizou e funcionou a Hospedaria de Imigrantes do Cristal e quais os aspectos do cotidiano que marcaram sua história.

Para tanto, traçaram-se objetivos que foram alcançados no decorrer deste trabalho. O primeiro deles centrou-se em analisar o contexto histórico em que as hospedarias de imigrantes começaram a ser construídas e como esse processo desenvolveu-se no Brasil e no Rio Grande do Sul. Neste sentido, verificou-se que a construção desses ambientes, com as características que foram apresentadas ao longo do trabalho, está diretamente ligada as Grandes Migrações do século XIX, momento em que milhares de pessoas deixaram seus países de origem para tentar uma nova vida com melhores oportunidades.

Fossem políticas, econômicas ou sociais, as mudanças ocorridas no século XIX afetaram a vida de inúmeras pessoas nos países europeus, que se viram excluídas desse processo, como já comentado no primeiro capítulo desta dissertação.

Ao mesmo tempo, o Brasil também passava por importantes mudanças, fato que o fez integrar-se intimamente ao movimento das Grandes Migrações. O desenvolvimento da lavoura cafeeira, a mudança do regime político, o fim da escravidão e os ideais de branqueamento da época despertaram no governo brasileiro o desejo de atrair a mão-de-obra estrangeira que se oferecia naquele momento. Assim, dotou-se o país com uma legislação que visava atrair esses emigrantes e ao mesmo tempo organizar a sua entrada no país. Neste processo, viu-se a necessidade de edificar as já conhecidas hospedarias de imigrantes.

O segundo objetivo deste trabalho foi verificar, na legislação da época e nos relatórios oficiais, o que foi proposto pelos governos referente à criação de locais específicos para recepcionar os imigrantes tão logo à sua chegada, especialmente pelo governo do Rio Grande do Sul, destino de milhares de emigrantes.

Constatou-se, inicialmente, que a legislação sobre esse tema sofreu constantes alterações ao longo do tempo. Dentre essas, inferiu-se que a gestão das hospedarias foi alternadamente feita por associações privadas e pelos governos central e local. Até meados do século XIX, delegou-se a instalação e gestão das hospedarias às associações, responsabilidade só assumida pelo governo central em 1867; o Rio Grande do Sul, por sua vez, solicitou a construção de locais para acomodar os recém-chegados desde 1857.

Oscilações entre o governo central e o local também foram recorrentes; ora o primeiro tomava para si o cuidado com a recepção dos imigrantes, ora passava a função para o segundo. Entretanto, em ambos os casos, quando os governos tomam para si esta função, o fazem sem os recursos necessários, pois nenhum decreto foi criado regulamentando o funcionamento das hospedarias. Assim, instalam-se casas e hospedagens para os imigrantes, mas não se dispõe de uma legislação específica para tratar do assunto; o resultado foi uma forte carência de funcionários preparados e de organização adequada.

Somente em 1876, com a criação da Inspetoria Geral de Terras e Colonização, esse serviço foi estruturado, passando a existir artigos e incisos destinados a regulamentar a função das hospedarias de imigrantes e dos funcionários contratados para trabalhar nessas instituições.

Mesmo depois da regulamentação das hospedarias de imigrantes, as mudanças continuaram a existir, seja em repartições, cargos e investimentos, que foram criados e suprimidos constantemente.

Outra alteração importante deu-se em relação ao pagamento da hospedagem. Ao contrário do que poderia se pensar, a recepção nas hospedarias teve que ser reembolsada pelos imigrantes, junto com o valor das terras adquiridas. Entretanto, essa situação não esteve em vigor durante todo o período em que se deu o fluxo imigratório; no Rio Grande do Sul, os serviços foram gratuitos de 1854 a 1858, e de 1890 até, pelo menos, o ano de 1914, quando o fluxo de imigração foi interrompido pela eclosão da guerra.

Não só constantes alterações foram verificadas neste processo. Ao longo da pesquisa, evidenciou-se a diferença entre as hospedarias criadas antes e depois de 1876, resultado da falta de uma legislação que guiasse a acomodação dos recém-chegados. As primeiras, extremamente precárias em sua estrutura, sem base que garantisse uma organização efetiva e eficiente, sem empregados preparados devidamente para essa missão; e as segundas, buscando

adequar-se às necessidades da época e da legislação criada, melhorando suas incumbências, ainda que com inúmeras dificuldades.

Ao mesmo tempo, inferiu-se sobre a dificuldade do Rio Grande do Sul em estabelecer hospedarias adequadas, sendo a falta de verbas a causa principal. *Improvisação* foi a palavra que regeu o estabelecimento desses espaços, pois durante toda a segunda metade do século XIX reclamou-se das estruturas adquiridas para essa missão. Reformas, aluguéis e galpões provisórios foram soluções encontradas frente à falta de orçamento para a construção de um espaço adequado, com amplas instalações e departamentos especializados. É o exemplo da Hospedaria de Imigrantes da Praça da Harmonia, cuja estrutura foi reformada ao invés de ser construída uma nova edificação; pouco tempo depois, a sua estrutura já estava comprometida. As demais hospedarias de Rio Grande e Porto Alegre foram adquiridas mediante pagamento de aluguel.

Entretanto, como mencionaram Lazzari (1980) e Roche (1969), sabe-se que a verba destinada à imigração e à colonização foi reduzida, representado menos de 10% do orçamento rio-grandense; assim, deduz-se que a falta de interesse em investir na hospedagem dos recém-chegados também fez parte desse processo. Por outro lado, viu-se que, de todas as hospedarias criadas no Rio Grande do Sul durante esse período, a do Cristal foi a que mais recebeu atenção, embora tenha passado pelos mesmos problemas acima relatados. O seu estudo foi o último objetivo a ser alcançado neste trabalho, analisando seu funcionamento, sua organização e aspectos de seu cotidiano.

Inferiu-se, neste momento, que a Hospedaria do Cristal está entre as grandes hospedarias do Brasil; isto porque foi uma ampla estrutura construída especificamente para acomodar os recém-chegados, diferente das demais construídas no estado. Apesar de não se ter certeza do seu real tamanho, sabe-se que chegou a contar com mais de 2.000 pessoas em um só dia. Sua diferença em relação às grandes hospedarias do Brás e da Ilha das Flores consiste no tempo de seu funcionamento: não mais que 15 anos, a contar pelo início de seus serviços até as suas últimas menções, em 1905.

Passaram por ela imigrantes de diversas nacionalidades, que foram registrados no momento de sua chegada através da coleta de seus dados pessoais. Lá, receberam alimentação – as rações, foram atendidos em sua enfermaria quando necessário e, após alguns dias, partiram para seus destinos.

Haja vista todo o procedimento que se instituiu durante sua existência, perceptíveis através dos documentos deixados por ela, atesta-se que foi a mais bem preparada para receber imigrantes até 1914. Infelizmente, poucos documentos da instituição foram preservados, o que impossibilitou um estudo mais completo sobre seu funcionamento que, assim mesmo, revelou-se mais eficiente.

Além do mais, destacou-se das anteriores tanto pela nova estrutura da Inspetoria Geral de Terras e Colonização, decretada em 1890, quanto pela possível atenção dada a estas questões pelo governo positivista da época, que prezava por ordem, organização e serviços bem preparados, como inferiram De Boni e Costa (1984). Este fato pode ser observado, ainda, na mensagem enviada à Assembleia Legislativa de 1912, que se referiu à aquisição de um novo edifício na Rua Voluntários da Pátria, em Porto Alegre. A descrição do ambiente – que não se fez em relatórios anteriores –, mostra que se prezava por um espaço com todas as condições necessárias para abrigar os que chegavam, ainda que tenha sido adquirido um prédio já existente e que precisou de reformas.

Por outro lado, a maior eficiência da Hospedaria do Cristal não significou a inexistência de inúmeros problemas. Primeiramente, a demora na sua construção fez com que os imigrantes tivessem que acomodar-se em galpões que não ofereciam o suporte necessário para a sua recepção, principalmente quando se registrou o maior número de entradas: 10.594 pessoas apenas na segunda metade de 1891. Soma-se a isto a presença de funcionários mal preparados para exercerem as atividades que lhes eram designadas, colocando em risco o andamento do processo imigratório. Ausências, comportamentos inadequados e serviços mal realizados foram os principais fatores observados que contribuíram para atrapalhar a organização da hospedaria. Gerando atrasos nas saídas, indisposições com os imigrantes, entre outros problemas, a má preparação dos empregados acabou por prejudicar os objetivos do governo.

Os imigrantes, por sua vez, foram protagonistas de difíceis situações, dados os frequentes conflitos, ou casos mais graves, como o abandono de um recém-nascido. Somam-se a isto os incômodos com o extravio de suas bagagens, uma das principais causas de problemas na instituição.

Embora não tenha sido possível reconstruir na íntegra o cotidiano da Hospedaria do Cristal, bem como todas as suas funções, foi possível inferir que, na sua história, houve momentos conturbados, afetando todos aqueles a ela ligados.

Por outro lado, ainda que alguns serviços tenham deixado a desejar, percebe-se que se tentou oferecer aos imigrantes a melhor assistência possível. Após longos dias de viagem nos navios, com condições precárias e alimentação deficiente, as hospedarias de imigrantes representaram um primeiro momento de conforto e de cuidados. Assistência médica, dietas especiais aos enfermos e alimentação de qualidade aos demais imigrantes foram objetivos traçados pelo governo brasileiro que, ao menos na Hospedaria de Imigrantes do Cristal, é provável que tenham sido alcançados, pois nenhuma queixa foi registrada quanto a esses quesitos.

Portanto, conclui-se que a Hospedaria de Imigrantes do Cristal, assim como as demais existentes no Brasil, não foi mero local de passagem e espera, mas parte importante de um projeto imigratório que influenciou direta – e até mesmo profundamente – a vida dos recém-chegados.

Entendendo que a vida cotidiana carrega consigo uma série de características que assim a define, percebeu-se que imigrantes e funcionários na hospedaria vivenciaram momentos importantes, pois ali inauguravam um novo tempo em suas vidas, quando desejos, medos, incertezas, alegrias e tristezas foram, sem dúvida, sentimentos presentes. A dor de uma perda ou a alegria de um nascimento; o desejo de começar uma nova vida, com melhores condições do que a deixada para trás, foram emoções palpáveis no espaço da hospedaria; o medo e a insegurança diante da nova realidade também ali estiveram.

Esta dissertação encerra-se acreditando que tenha desvendado alguns aspectos da história da imigração no Rio Grande do Sul. Entretanto, trata-se de um primeiro estudo sobre essa temática específica, cuja continuidade pode ainda muito acrescentar, à medida que novas fontes forem sendo encontradas.

REFERÊNCIAS

Referências Bibliográficas:

ALVIN, Zuleika Maria Forcione. **Imigrantes: a vida privada dos pobres do campo**. In: NOVAIS, Fernando A. (org.). **República: da belle époque à era do rádio**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

_____. **O Brasil italiano (1888-1920)**. In: FAUSTO, Boris (org.). **Fazer a América**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999.

ARÓSTEGUI, Julio. **As técnicas quantitativas**. In: **A pesquisa histórica: teoria e método**. Bauru, SP: Edusc, 2006.

BAUMER, Franklin Le Van. **O pensamento europeu moderno**. Rio de Janeiro: Edições 70, 1977. v. II.

CANSTATT, Oscar. **Brasil: terra e gente (1871)**. Brasília (DF): Senado Federal, 2002.

CENNI, Franco. **Italianos no Brasil : "andiamo in 'merica ... "**. São Paulo: Edusp, 2003.

CRISTÓVÃO, Fernando (coord.). **Condicionantes culturais da Literatura de viagens: estudos e bibliografias**. Coimbra: Almedina, 2002.

DE BONI, A. Luis, COSTA, Rovilho. **Os italianos do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: EST, 1984.

CONSTANTINO, Núncia Maria Santoro. **O italiano da esquina: meridionais na sociedade portoalegrense e permanência da identidade entre moraneses**. Tese de Doutorado. São Paulo: USP 1990.

_____. **Imigrantes italianos: partir, transitar, chegar (1889-1930)**. In: TAU, Golin; BOEIRA, Nelson (coords.). **História Geral do Rio Grande do Sul – República Velha (1889-1930)**. Tomo I. Passo Fundo : Méritos, 2006.

_____. **Nas horas vagas: Porto Alegre dos imigrantes (1880-1914)**. São Paulo: Anais do XXVI Simpósio Nacional de História, 2011.

DIAS, Celia Maria de Moraes. **O modelo de hospitalidade do Hotel Paris Ritz: um enfoque especial sobre a qualidade**. In: _____ (org.). **Hospitalidade: Reflexões e perspectivas**. São Paulo: Manole, 2002.

DIÉGUES JR., Manuel. **Imigração, urbanização e industrialização: estudo sobre alguns aspectos da contribuição cultural do imigrante no Brasil**. Rio de Janeiro: Centro de Pesquisas Educacionais/Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos/MEC, 1964.

FILHO, Valter Antonio Noal; FRANCO, Sérgio da Costa. **Os viajantes olham Porto Alegre: 1754-1890**. Santa Maria: Anatterra, 2004a.

FILHO, Valter Antonio Noal; FRANCO, Sérgio da Costa. **Os viajantes olham Porto Alegre: 1890-1941**. Santa Maria: Anatterra, 2004b.

FOLHETO. **Museu a Céu Aberto**. Rio de Janeiro: Centro de Memória da Imigração da Ilha das Flores, 2013.

FRANCO, Sérgio da Costa. **Porto Alegre: Guia Histórico**. Porto Alegre: Ed. da Universidade / UFRGS, 1998.

GARDOLÍNSKI, Edmundo. **Imigração e colonização polonesa**. In: Becker Klaus (org.). Enciclopédia Rio-Grandense. Canoas: Regional, 1958, v.5.

GUIMARÃES, Gleny Terezinha Duro. **O não-cotidiano do cotidiano**. In: GUIMARÃES, Gleny Terezinha Duro (org.). **Aspectos da Teoria do Cotidiano: Agnes Heller em Perspectiva**. Porto Alegre: Edipucrs, 2002.

GIRON, Loraine Slomp. **A imigração italiana no RS: Fatores determinantes**. In: BARROS, Eliane Cruxên. (org.). **RS: imigração e colonização**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1992.

GIRON, Loraine Slomp; HERÉDIA, Vania. **História da Imigração Italiana no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: EST, 2007.

GRITTI, Isabel Rosa. **Imigração e colonização polonesa no Rio Grande do Sul: a emergência do preconceito**. Tese de Doutorado. Porto Alegre: PUCRS, 2001.

HELLER, Agnes. **O cotidiano e a História**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

HOLANDA, Sérgio Buarque. **O Brasil Monárquico**. São Paulo: DIFEL, 1982. V. 3 – II Tomo.

IOTTI, Luiza Horn, org. **Imigração e colonização: legislação de 1747 a 1915**. Porto Alegre: Assembléia Legislativa do Estado do RS. – Caxias do Sul: EDUCS, 2001.

_____. **Imigração e Poder: A Palavra oficial sobre imigrantes italianos no Rio Grande do Sul (1875-1914)**. Caxias do Sul: EDUCS, 2010.

KLEIN, Hebert S. **Imigração Espanhola no Brasil**. São Paulo: Editora Sumaré: FAPESP, 1994.

_____. **Migração Internacional na História das Américas**. In: FAUSTO, Boris (org.). **Fazer a América**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999.

KUSHNIR, Beatriz. **A Hospedaria Central: a Ilha das Flores como ante-sala do paraíso.** In: MATOS, Mariz Izilda; SOUZA, Fernando de; HECKER, Alexandre (org.). **Deslocamentos e Histórias: Os portugueses.** São Paulo: Edusc, 2008.

LAZZARI, Beatriz Maria. **Imigração e Ideologia: Reação do Parlamento Brasileiro à política de colonização e imigração (1850-1875).** Porto Alegre: EST/UCS, 1980.

LEITE, Costa. **O Brasil e a Emigração Portuguesa (1855-1914).** In: FAUSTO, Boris (org.). **Fazer a América.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999.

LORENZONI, Júlio. **Memórias de um imigrante italiano.** Porto Alegre: Sulina, 1975.

MANFROI, Olívio. **A colonização italiana no Rio Grande do Sul: implicações econômicas, políticas e culturais.** Porto Alegre: Grafosul, 1975.

MORAES, Roque. **Análise textual discursiva.** Ijuí: UNIJUÍ, 2007.

NOGUEIRA, Arlinda Rocha. **Como São Paulo hospedava seus imigrantes no início da República.** São Paulo: Revista Instituto de Estudos Brasileiros, 1981.

Disponível em: <http://www.ieb.usp.br/revista/revista023/rev023arlindanogueira3.pdf>

NOGUEIRA, Arlinda Rocha; HUTTER, Lucy Maffei. **A colonização em São Pedro do Rio Grande do Sul durante o Império (1824 – 1889).** Porto Alegre: Garatuja/Instituto Estadual do Livro, 1975.

PAIVA, Odair da Cruz, MOURA, Soraya. **Hospedaria de Imigrantes de São Paulo.** São Paulo: Paz e Terra, 2008.

PESAVENTO, Sandra. **O imigrante na Política Rio Grandense.** In: BARROS, Eliane Cruxên. (org.). **RS: imigração e colonização.** Porto Alegre: Mercado Aberto, 1992.

PETRONE, Maria Theresa. **Imigração.** In: FAUSTO, Boris (Org.). **O Brasil Republicano, sociedades e instituições (1889-1930).** 4º ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990. v.2.

_____. **O imigrante e a pequena propriedade : 1824-1930.** São Paulo: Brasiliense, 1982.

PORTO, Aurélio. **O trabalho alemão no Rio Grande do Sul.** Porto Alegre: Martins Livreiro, 1996.

ROCHE, Jean. **A colonização alemã e o Rio Grande do Sul.** Porto Alegre: Globo, 1969. 1 v.

SANHUDO, Ary Veiga. **Porto Alegre: crônicas de minha cidade.** Porto Alegre: Sulina, 1979.

SEGAWA, Hugo. **Arquiteturas de hospedarias de imigrantes.** In: Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, 30: 23-42, 1989.

SEVCENKO, Nicolau. **O prelúdio republicano, astúcias da ordem e ilusões do progresso**. In: NOVAIS, Fernando A. (org.). **República: da belle époque à era do rádio**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

SEYFERTH, Giralda. **Colonização, imigração e a questão racial no Brasil**. São Paulo: Revista USP, 2002.

_____. **Imigração e cultura no Brasil**. Brasília (DF): Univ. de Brasília, 1990.

SKIDMORE, Thomas E.. **Preto no Branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

STAWINSKI, Alberto Victor. **Primórdios da imigração polonesa no Rio Grande do Sul: 1875-1975**. Porto Alegre: EST, 1999.

SVEJDA, George J.. **Castle Garden as an Immigrant Depot (1855-1890)**. Washington, D.C.: National Park Service, 1968.

TRUZZI, Oswaldo. **Redes em processos migratórios**. São Paulo: Tempo Social - Revista de Sociologia da USP, v.20, n.1, 2008.

UMANN, Josef: **Memórias de um imigrante boêmio**. Porto Alegre: EST, 1997.

WENCZENOVICZ, Thaís Janaina. **Luto e silêncio: doença e morte nas áreas de colonização Polonesa no Rio Grande do Sul (1910-1945)**. Porto Alegre: PUCRS – Tese de Doutorado, 2007.

ZABOLOTSKY, Jacinto Anatólio. **A Imigração Russa no Rio Grande do Sul**. Santa Rosa: Coli Gráfica e Editora Ltda, 2007.

Fontes Documentais:

A FEDERAÇÃO. Porto Alegre: 12 de janeiro de 1891.

Disponível em: <http://hemerotecadigital.bn.br/>

ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL. **Boletins diários da entrada de imigrantes** - Hospedaria do Cristal. Catálogo de Imigração e Colonização (C186; C010; C189). Porto Alegre, 1891-1895.

_____. **Mapa das rações pedidas** – Hospedaria do Cristal. Catálogo de Imigração e Colonização (C188; C011; C190). Porto Alegre, 1892-1895.

_____. **Discriminação de despesas com a Hospedaria do Cristal.** Catálogo de Imigração e Colonização (C178). Porto Alegre, 1895-1896.

_____. **Ofícios da administração para a delegacia da Inspetoria Geral de terras e Colonização – Hospedaria do Cristal.** Catálogo de Imigração e Colonização (C142). Porto Alegre, 1893-1898.

BRASIL. Relatório sobre o serviço de imigração e colonização na província do Rio Grande do Sul apresentado a S. Ex. Sr. Conselheiro Antonio da Silva Prado, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, pelo engenheiro Manoel Maria de Carvalho, ajudante da Inspetoria Geral das Terras e Colonização. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1886.

Disponível em: <http://www.crl.edu/brazil/ministerial/agricultura>

_____. **Relatório apresentado ao vice-presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo Ministro de Estado dos Negócios da Indústria, Viação e Obras Públicas, engenheiro Antonio Francisco da Paula Souza, no ano de 1893.** (anexos ao relatório). Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1893.

Disponível em: <http://www.crl.edu/brazil/ministerial/agricultura>

RIO GRANDE DO SUL. Relatório do vice-presidente da província de S. Pedro do Rio Grande do Sul, o comendador Patrício Correa da Câmara, na abertura da Assembléia Legislativa Provincial em 11 de outubro de 1857. Porto Alegre: Tipografia do Mercantil, 1857.

Disponível em: http://www.crl.edu/pt-br/brazil/provincial/rio_grande_do_sul

_____. **Relatório do presidente da província de S. Pedro do Rio Grande do Sul, Pereira da Cunha, em 31 de outubro de 1866.** Porto Alegre: Tipografia do Mercantil, 1866.

Disponível em: http://www.crl.edu/pt-br/brazil/provincial/rio_grande_do_sul

_____. *Fala dirigida à Assembléia Legislativa da província de São Pedro do Rio Grande do Sul pelo presidente Dr. Francisco Ignácio Marcondes Homem de Mello, em segunda sessão da 12^a legislatura.* Porto Alegre: Tipografia do Rio-Grandense, 1867a.

Disponível em: http://www.crl.edu/pt-br/brazil/provincial/rio_grande_do_sul

_____. **Relatório da administração central da província de São Pedro do Rio Grande do Sul apresentado ao Illm. e Exm. Sr. Dr. Francisco Ignácio Marcondes Homem de Mello, digníssimo presidente da mesma província, pelo agente intérprete da colonização Carlos de Koseritz.** Porto Alegre: Tipografia do Jornal do Comércio, 1867b.

Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/900/000161.html>

_____. **Relatório com que o Exmo.Sr.Dr. Francisco I. Marcondes Homem de Mello passou a administração desta Província ao Excelentíssimo Senhor Doutor Joaquim Vieira da Cunha, 1º Vice-presidente, no dia 13 de abril de 1868.** Porto Alegre: Tipografia do Jornal do Comércio, 1868a.
Disponível em: http://www.crl.edu/pt-br/brazil/provincial/rio_grande_do_sul

_____. **Relatório com que o Exm. Sr. Dr. Joaquim Vieira da Cunha, 1º vice-presidente desta província, passou a administração da mesma ao Exm. Sr. Marechal de Campo Guilherme Xavier de Souza em 14 de julho de 1868.** Porto Alegre: Tipografia do Jornal do Comércio, 1868b.
Disponível em: http://www.crl.edu/pt-br/brazil/provincial/rio_grande_do_sul

_____. **Fala dirigida à Assembléia Legislativa da província de São Pedro do Rio Grande do Sul pelo presidente Dr. João Sertório, em 1ª sessão da 13ª legislatura.** Porto-Alegre: Tipografia do Rio-Grandense, 1869.
Disponível em: http://www.crl.edu/pt-br/brazil/provincial/rio_grande_do_sul

_____. **Relatório com que o Excelentíssimo Sr. Dr. João Sertório, presidente desta província, passou a administração da mesma ao Ex.mo Sr. Dr. João Capistrano de Miranda e Castro, 1º vice-presidente, no dia 29 de agosto de 1870.** Porto Alegre, Tipografia do Rio Grandense, 1870.
Disponível em: http://www.crl.edu/pt-br/brazil/provincial/rio_grande_do_sul

_____. **Fala dirigida à Assembléia Legislativa da província de S. Pedro do Rio Grande do Sul pelo presidente, conselheiro Jerônimo Martiniano Figueira de Mello, em segunda sessão da 14ª legislatura.** Porto-Alegre: Tipografia do Rio-Grandense, 1872.
Disponível em: http://www.crl.edu/pt-br/brazil/provincial/rio_grande_do_sul

_____. **Relatório com que o Exmo.sr.dr. José Fernandes da Costa Pereira Junior, presidente desta província passou a administração da mesma ao Exmo.sr.dr. João Pedro Carvalho de Moraes, no dia 1 de dezembro de 1872.** Porto Alegre: Tipografia do Constitucional, 1873a.
Disponível em: http://www.crl.edu/pt-br/brazil/provincial/rio_grande_do_sul

_____. **Fala com que o Exmo.sr.dr. João Pedro Carvalho de Moraes, presidente da província abriu a 1ª sessão da 15ª Legislatura da Assembléia Legislativa Provincial no dia 1 de Março de 1873.** Porto Alegre: Tipografia do Constitucional, 1873b.
Disponível em: http://www.crl.edu/pt-br/brazil/provincial/rio_grande_do_sul

_____. **Fala dirigida à Assembleia Legislativa da província de S. Pedro do Rio Grande do Sul pelo presidente, Dr. Felisberto Pereira da Silva, na 1ª sessão da 18ª legislatura.** Porto Alegre: Tipografia do Jornal do Comércio, 1879.

Disponível em: http://www.crl.edu/pt-br/brazil/provincial/rio_grande_do_sul

_____. **Relatório com que o Exmo.sr.dr. Joaquim Pedro Soares passou a administração da Província de S. Pedro do Rio Grande do Sul ao Exmo.sr.dr. José Leandro de Godoy e Vasconcellos, a 27 de fevereiro de 1882.** Porto Alegre: Tipografia do Conservador, 1882a.

Disponível em: http://www.crl.edu/pt-br/brazil/provincial/rio_grande_do_sul

_____. **Relatório apresentado por D. Jose Leandro de Godoy e Vasconcellos ao passar a administração da província de São Pedro do Rio Grande do Sul, em 9 de setembro, ao Exm. Sr. Dr. Leopoldo Antunes Maciel, 1º vice-presidente.** Porto Alegre: Tipografia do Mercante, 1882b.

Disponível em: http://www.crl.edu/pt-br/brazil/provincial/rio_grande_do_sul

_____. **Fala apresentada à Assembléia Legislativa Provincial do Rio Grande do Sul pelo presidente da província o Exmo.sr. desembargador Henrique Pereira de Lucena, ao instalar-se a 2ª sessão da 21ª legislatura em 7 de março de 1886.** Porto Alegre: Oficinas Tipográficas do Conservador, 1887a.

Disponível em: http://www.crl.edu/pt-br/brazil/provincial/rio_grande_do_sul

_____. **Relatório apresentado pelo Exmo.sr. Desembargador Henrique Pereira de Lucena Presidente da Província do Rio Grande do Sul a S. Exa. o Sr. Marechal de Campo Manoel Deodoro da Fonseca, 1º vice-presidente ao passar-lhe a administração da mesma província em 8 de maio de 1886.** Porto Alegre: Oficinas Tipográficas do Conservador, 1887b.

Disponível em: http://www.crl.edu/pt-br/brazil/provincial/rio_grande_do_sul

_____. **Relatório apresentado ao Ilmo.e.exmo.sr.dr. Joaquim Jacinto de Mendonça, 3º Vice-presidente, por S. Exa., o Sr. Dr. Rodrigo de Azambuja Villanova, 2º vice-presidente, ao passar-lhe a administração da Província de S. Pedro do Rio Grande do Sul, em 27 de outubro de 1887c.**

Disponível em: http://www.crl.edu/pt-br/brazil/provincial/rio_grande_do_sul

_____. **Relatório com que o Exmo.sr.dr. Joaquim Jacinto de Mendonça, 3º vice-presidente, passou a administração da província do Rio Grande do Sul ao presidente Exmo.sr.dr. Rodrigo da Azambuja Villanova, em 27 de janeiro de 1888.** Porto Alegre: Oficinas Tipográficas do Conservador, 1888.

Disponível em: http://www.crl.edu/pt-br/brazil/provincial/rio_grande_do_sul

_____. **Relatório apresentado a S. Exa. o Sr. Conselheiro Gaspar Silveira Martins, presidente da província de S. Pedro do Rio Grande do Sul, pelo 2º vice-presidente Exmo. Sr. Coronel João de Freitas Leitão ao passar-lhe a administração da província em 24 de julho de 1889.**

Disponível em: http://www.crl.edu/pt-br/brazil/provincial/rio_grande_do_sul

_____. **Mensagem enviada à Assembléia dos Representantes do Rio Grande do Sul pelo Dr. Carlos Barbosa Gonçalves na 4ª sessão ordinária da 6ª legislatura em 20 de setembro de 1912.** *Porto Alegre: Oficinas Gráficas da Livraria do Globo, 1912.*

Disponível em: http://www.crl.edu/pt-br/brazil/provincial/rio_grande_do_sul

APÊNDICES

APÊNDICE A – Tabela completa de entradas na Hospedaria de Imigrantes do Cristal no ano de 1891, conforme os Boletins Diários.

ENTRADAS 1891	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	TOTAL
Poloneses	786	508	61	68	6	21	1450
Alemães	231	157	171	157	65	319	1100
Austríacos	33	7	17	15	27	70	169
Belgas	0	14	11	19	11	23	78
Franceses	8	10	18	9	3	13	61
Espanhóis	94	29	119	73	55	11	381
Italianos	459	528	847	808	813	3100	6555
Suecos	99	178	30	120	14	6	447
Ingleses	0	0	0	1	0	0	1
Holandeses	0	0	0	0	0	1	1
Brasileiros	0	0	0	0	1	0	1
Portugueses	0	0	0	0	2	2	4
Diversos	290	4	40	12	0	0	346
GERAL	2000	1435	1314	1282	997	3566	10594

APÊNDICE B – Tabela completa de entradas na Hospedaria de Imigrantes do Cristal no ano de 1892, conforme os Boletins Diários.

ENTRADAS 1892	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Mai	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	TOTAL
Poloneses	83	6	21	27	20	79	28	88	89	8	18	0	467
Alemães	114	56	85	45	19	12	135	93	90	56	27	9	741
Austríacos	63	0	9	26	0	0	3	12	11	16	11	7	158
Belgas	5	13	6	0	1	0	2	3	0	0	0	2	32
Franceses	7	3	10	13	4	0	1	5	2	0	2	0	47
Espanhóis	38	1	18	24	16	0	0	0	24	70	147	121	459
Italianos	2638	1116	897	613	583	144	61	106	180	375	251	1144	8108
Suecos	2	0	6	38	10	0	0	0	0	3	0	0	59
Ingleses	0	0	6	0	5	2	0	0	0	0	0	0	13
Holandeses	0	0	0	0	0	2	0	0	0	0	0	0	2
Portugueses	1	2	5	3	5	0	3	4	0	0	0	1	29
Russos	0	0	0	0	2	0	0	0	0	0	0	0	2
Diversos	7	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	7
GERAL	2958	1197	1063	789	665	239	233	311	396	528	456	1284	10124

APÊNDICE C - Tabela completa de entradas na Hospedaria de Imigrantes do Cristal no ano de 1893, conforme os Boletins Diários.

ENTRADAS 1893	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Mai	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	TOTAL
Alemães	30	22	15	40	10	26	15	43	63	0	1	1	266
Austríacos	445	30	5	14	1	36	14	29	1	0	0	0	575
Franceses	6	4	0	7	1	4	0	0	0	0	0	0	22
Espanhóis	120	5	0	23	41	75	94	38	13	0	0	0	409
Ingleses	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1
Italianos	535	228	195	229	132	26	56	147	34	12	5	11	1610
Poloneses	8	9	0	0	0	1	9	0	1	0	8	0	36
Portugueses	0	3	12	0	2	2	0	0	0	0	0	0	19
Suecos	0	4	0	0	0	3	0	0	0	8	10	0	25
GERAL	1144	305	227	313	187	173	189	257	112	20	24	12	2963

APÊNDICE D - Tabela completa de entradas na Hospedaria de Imigrantes do Cristal no ano de 1894, conforme os Boletins Diários.

ENTRADAS 1894	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Mai	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	TOTAL
Alemães	2	85	5	0	0	7	0	0	6	0	15	42	162
Austríacos	3	11	13	0	0	1	2	0	0	0	0	0	30
Franceses	0	0	0	0	0	0	0	0	8	0	0	0	8
Espanhóis	0	5	3	0	0	2	0	0	0	0	0	0	10
Italianos	5	33	6	1	0	16	0	0	12	0	111	40	224
Poloneses	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3	4
Portugueses	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0	2
Suecos	0	8	0	0	0	3	0	0	0	0	0	0	11
GERAL	10	143	27	1	0	29	2	0	26	0	128	85	451

APÊNDICE E - Tabela completa de entradas na Hospedaria de Imigrantes do Cristal no ano de 1895, conforme os Boletins Diários.

ENTRADAS 1895	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	TOTAL
Russos	0	0	0	0	0	7	7
Alemães	130	2	0	0	0	6	138
Espanhóis	0	0	0	1	0	0	1
Italianos	140	28	2	10	0	24	204
Portugueses	3	0	0	2	0	0	5
Diversos	0	0	0	8	0	0	8
GERAL	273	30	2	21	0	37	363

APÊNDICE F - Tabela completa de saídas da Hospedaria de Imigrantes do Cristal no ano de 1891, conforme os Boletins Diários.

SAÍDAS 1891	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	TOTAL
Poloneses	185	385	349	243	923	42	2127
Alemães	135	302	151	176	57	316	1137
Austríacos	269	41	8	9	1	59	387
Belgas	17	22	11	10	6	21	87
Franceses	7	12	14	18	1	8	60
Espanhóis	105	87	103	101	41	23	460
Italianos	490	308	976	818	521	1740	4853
Suecos	346	247	19	89	58	4	763
Ingleses	0	0	0	0	0	0	0
Holandeses	0	0	0	2	0	1	3
Brasileiros	0	0	0	0	1	0	1
Portugueses	0	0	0	0	2	2	4
Diversos	6	18	19	9	0	0	52
GERAL	1560	1422	1650	1475	1611	2216	9934

APÊNDICE G - Tabela completa de saídas da Hospedaria de Imigrantes do Cristal no ano de 1892, conforme os Boletins Diários.

SAÍDAS 1892	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maió	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	TOTAL
Poloneses	45	58	37	49	9	6	95	16	165	22	13	1	516
Alemães	104	51	57	57	27	13	102	92	141	52	32	10	738
Austríacos	66	1	11	26	0	0	0	5	24	7	14	17	171
Belgas	5	15	6	0	0	0	2	2	2	0	0	2	34
Franceses	11	2	10	10	3	0	6	6	6	0	2	0	56
Espanhóis	39	1	18	16	16	0	0	0	6	97	130	114	437
Italianos	3747	1058	1374	629	459	164	146	90	240	319	300	536	9062
Suecos	2	4	6	32	16	0	0	0	0	2	0	0	62
Ingleses	0	0	1	0	0	5	0	7	0	1	0	0	14
Holandeses	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1
Portugueses	0	2	5	3	5	0	3	4	0	1	0	1	24
Russos	0	0	0	0	0	2	0	0	0	0	0	0	2
Diversos	7	0	0	0	0	0	2	0	0	0	0	0	9
GERAL	4026	1192	1525	822	536	190	356	222	584	501	491	681	11126

APÊNDICE H - Tabela completa de saídas da Hospedaria de Imigrantes do Cristal no ano de 1893, conforme os Boletins Diários.

SAÍDAS 1893	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maió	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	TOTAL
Alemães	5	49	14	38	13	27	10	23	77	10	0	0	266
Austríacos	18	454	6	10	2	13	45	1	10	0	0	0	559
Franceses	0	11	0	7	0	1	4	0	0	0	0	0	23
Espanhóis	133	17	0	23	41	75	94	38	14	0	0	0	435
Ingleses	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1
Italianos	570	771	147	186	176	132	35	119	40	0	0	7	2183
Poloneses	0	19	0	0	0	4	0	0	0	0	0	7	30
Portugueses	0	3	12	0	3	2	9	0	0	0	0	0	29
Suecos	0	4	0	0	0	3	0	0	0	0	5	0	12
GERAL	726	1328	179	264	235	257	198	181	141	10	5	14	3538

APÊNDICE I - Tabela completa de saídas da Hospedaria de Imigrantes do Cristal no ano de 1894, conforme os Boletins Diários.

SAÍDAS 1894	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maió	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	TOTAL
Alemães	0	59	16	0	5	10	8	6	5	0	8	49	166
Austríacos	0	0	6	0	3	5	25	8	1	0	0	0	48
Franceses	0	0	0	0	0	0	0	0	8	0	0	0	8
Espanhóis	0	1	3	0	0	2	0	0	1	0	3	0	10
Italianos	4	19	2	52	0	17	0	0	12	0	99	52	257
Poloneses	2	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3	6
Portugueses	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0	2
Suecos	0	0	0	14	0	6	0	3	0	0	0	0	23
GERAL	6	80	27	66	10	40	33	17	27	0	112	104	522

APÊNDICE J - Tabela completa de saídas da Hospedaria de Imigrantes do Cristal no ano de 1895, conforme os Boletins Diários.

SAÍDAS 1895	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maió	Junho	TOTAL
Russos	0	0	0	0	0	7	7
Alemães	60	71	0	0	0	6	137
Espanhóis	0	0	0	1	0	0	1
Italianos	125	43	2	10	0	24	204
Portugueses	3	0	0	2	0	0	5
Diversos	0	1	0	8	0	0	9
GERAL	188	115	2	21	0	37	363

APÊNDICE K - Tabela completa da média de presenças na Hospedaria de Imigrantes do Cristal no ano de 1891, conforme os Boletins Diários, acompanhada dos maiores e menores números registrados em cada mês.

PRESENCAS 1891	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	TOTAL
Média geral	1654	2026	1708	1623	935	528	1412
Maior frequência	2112	2288	2069	1936	1455	1632	2288
Menor frequência	1087	1638	1491	1003	65	91	91

APÊNDICE L - Tabela completa de presenças na Hospedaria de Imigrantes do Cristal no ano de 1892, conforme os Boletins Diários, acompanhada dos maiores e menores números registrados em cada mês.

PRESENCAS 1892	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maió	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	TOTAL
Média geral	1432	489	392	244	198	182	201	172	198	103	198	297	342
Maior frequência	2330	1228	737	644	280	300	314	270	359	338	337	710	2330
Menor frequência	525	94	138	100	92	108	122	91	77	31	79	119	31

APÊNDICE M - Tabela completa de presenças na Hospedaria de Imigrantes do Cristal no ano de 1893, conforme os Boletins Diários, acompanhada dos maiores e menores números registrados em cada mês.

PRESENCAS 1893	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maió	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	TOTAL
Média geral	599	250	112	134	78	94	39	103	112	45	59	77	142
Maior frequência	1102	1095	207	195	178	213	87	178	159	54	73	82	1102
Menor frequência	165	80	80	27	17	23	9	31	44	34	49	69	9

APÊNDICE N - Tabela completa de presenças na Hospedaria de Imigrantes do Cristal no ano de 1894, conforme os Boletins Diários, acompanhada dos maiores e menores números registrados em cada mês.

PRESENCAS 1894	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maió	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	TOTAL
Média geral	71	117	141	119	69	72	49	14	7	3	2	3	55
Maior frequência	75	151	147	138	73	85	53	22	20	3	19	59	151
Menor frequência	68	74	136	73	65	53	22	5	5	3	0	0	0

APÊNDICE O - Tabela completa de presenças na Hospedaria de Imigrantes do Cristal no ano de 1895, conforme os Boletins Diários, acompanhada dos maiores e menores números registrados em cada mês.

PRESENCAS 1895	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Mai	Junho	TOTAL
Média geral	25	15	0	2	0	5	8
Maior frequência	89	85	0	10	0	29	89
Menor frequência	0	0	0	0	0	0	0

APÊNDICE P - Tabela da média de imigrantes utilizando as dependências da Enfermaria da Hospedaria de Imigrantes do Cristal no ano de 1891, conforme os Boletins Diários, acompanhada dos maiores e menores números registrados em cada mês.

ENFERMARIA 1891	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	TOTAL
Média geral	39	56	64	68	54	35	53
Maior frequência	61	69	71	70	69	45	71
Menor frequência	27	41	51	66	22	20	20

APÊNDICE Q - Tabela da média de imigrantes utilizando as dependências da Enfermaria da Hospedaria de Imigrantes do Cristal no ano de 1892, conforme os Boletins Diários, acompanhada dos maiores e menores números registrados em cada mês.

ENFERMARIA 1892	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Mai	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	TOTAL
Média geral	33	28	34	28	23	18	14	18	16	15	17	32	23
Maior frequência	48	39	46	37	28	21	19	23	22	19	30	57	57
Menor frequência	20	22	24	21	18	17	8	14	11	12	17	22	8

APÊNDICE R - Tabela da média de imigrantes utilizando as dependências da Enfermaria da Hospedaria de Imigrantes do Cristal no ano de 1893, conforme os Boletins Diários, acompanhada dos maiores e menores números registrados em cada mês.

ENFERMARIA 1893	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Mai	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	TOTAL
Média geral	55	33	17	11	6	4	6	4	8	5	6	8	14
Maior frequência	69	64	23	19	8	8	12	12	11	5	8	11	69
Menor frequência	45	18	14	5	4	1	0	0	4	4	5	8	0

APÊNDICE S - Tabela da média de imigrantes utilizando as dependências da Enfermaria da Hospedaria de Imigrantes do Cristal no ano de 1894, conforme os Boletins Diários, acompanhada dos maiores e menores números registrados em cada mês.

ENFERMARIA 1894	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Mai	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	TOTAL
Média geral	10	12	17	10	3	4	4	2	1	0	0	0	5
Maior frequência	13	17	23	23	4	4	6	4	3	0	0	0	23
Menor frequência	8	10	11	4	3	3	3	2	0	0	0	0	0

APÊNDICE T - Tabela da média de imigrantes utilizando as dependências da Enfermaria da Hospedaria de Imigrantes do Cristal no ano de 1895, conforme os Boletins Diários, acompanhada dos maiores e menores números registrados em cada mês.

ENFERMARIA 1895	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Mai	Junho	TOTAL
Média geral	0	1	0	0	0	0	0
Maior frequência	2	4	0	0	0	0	4
Menor frequência	0	0	0	0	0	0	0